



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
CAMPUS MATA NORTE



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS – PROFLETRAS

LUCIENE MARIA DOS SANTOS

QUESTÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS NOTÍCIAS
JORNALÍSTICAS ON-LINE: UMA PROPOSTA DE LETRAMENTO
MIDIÁTICO PARA OS ALUNOS DA EJA

Nazaré da Mata - PE

2024

LUCIENE MARIA DOS SANTOS

**QUESTÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS NOTÍCIAS
JORNALÍSTICAS ON-LINE: UMA PROPOSTA DE LETRAMENTO
MIDIÁTICO PARA OS ALUNOS DA EJA**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade de Pernambuco – *Campus* Mata Norte para exame de qualificação.

Orientador: Prof. Dr. Ivandilson Costa

Nazaré da Mata - PE

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte
Biblioteca Mons. Petronilo Pedrosa, Nazaré da Mata – PE, Brasil

S237q Santos, Luciene Maria dos
Questões de violência contra a mulher nas notícias jornalísticas
on-line: uma proposta de letramento midiático para os alunos da EJA.
/ Luciene Maria dos Santos – Nazaré da Mata, 2024.
154p. : il.

Orientador: Prof. Dr. Ivandilson Costa

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Pernambuco, Campus
Mata Norte, Mestrado Profissional em Letras, Nazaré da Mata, 2024.

1. Análise crítica do discurso. 2. Educação de jovens e adultos. 3.
Leitura crítica. 4. Notícias midiáticas. I. Costa, Ivandilson (orient.). II.
Título.

CDD 302.23071

Bibliotecária Responsável: Luciene Aquino – CRB-4/2207

Luciene Maria dos Santos

Questões de violência contra a mulher nas notícias jornalísticas on-line: uma proposta de letramento midiático para os alunos da EJA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras- PROFLETRAS da Universidade de Pernambuco, *Campus* Mata Norte, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, em 13/05/2024.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
IVANDILSON COSTA
Data: 13/05/2024 11:44:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ivandilson Costa (UERN/PROFLETRAS-UPE)
Orientador



Documento assinado digitalmente
JACIARA JOSEFA GOMES
Data: 15/05/2024 09:50:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Jaciara Josefa Gomes (UPE/Campus Mata Norte)
Examinadora Interna



Documento assinado digitalmente
ANDRE MAGRI RIBEIRO DE MELO
Data: 13/05/2024 13:55:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. André Magri Ribeiro de Melo (UFF)
Examinador Externo

Nazaré da Mata- PE

2024

EPÍGRAFE

Com licença poética

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
-- dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou.

Adélia Prado

DEDICATÓRIA

Dedico estas palavras à coragem e à resiliência das mulheres que enfrentam a dor e o sofrimento da violência. Que cada palavra aqui escrita seja um abraço apertado, um sussurro de solidariedade e uma promessa de luta. A vocês, guerreiras da vida cotidiana, que merecem ser vistas, ouvidas e amparadas, dedico minha admiração e compromisso em construir um mundo onde a violência contra as mulheres seja apenas uma triste lembrança do passado. Que a força que reside em cada uma de vocês ilumine o caminho para um futuro mais justo e seguro. Vocês não estão sozinhas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, cuja graça e orientação estiveram sempre presentes ao longo desta jornada acadêmica. Sua luz iluminou meu caminho, fortaleceu minha fé e me deu a força necessária para superar os desafios e alcançar esta conquista.

Aos meus familiares, tios e tias, especialmente a minha mãe e as tias Neves e Graça pelo apoio inabalável, amor incondicional e encorajamento constante foram fundamentais para minha jornada.

Ao meu tio Terencio por suas palavras de incentivo que se tornaram fontes de inspiração e motivação em todos os momentos.

Aos meus irmãos, Luiz Paulo, Luciano, Luciana e Lucineide, suas palavras sempre positivas são motivadoras.

Ao meu pai, José Pereira da Silva (in memoriam). Embora você não esteja mais fisicamente presente para testemunhar este momento, sua presença e influência permeiam cada página desta dissertação. Seu legado de amor, dedicação e sabedoria continua a moldar quem eu sou e o que conquistei.

Ao amigo Eronildo Biondinni pela partilha de algumas etapas desse trabalho, pela escuta atenta aos meus pedidos e pelas sugestões e apoio constantes ao longo desse processo.

Ao amigo Rodrigo Costa cuja colaboração e disposição em compartilhar suas experiências enriqueceram este trabalho de maneira significativa.

Aos professores e a toda comunidade acadêmica, agradeço pela oportunidade de crescimento e aprendizado proporcionada ao longo desta jornada. Sua excelência acadêmica, recursos disponibilizados e ambiente de pesquisa foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao corpo docente do Programa de Mestrado Profissional em Letras da UPE, Campus Mata Norte que contribuiu de maneira significativa na minha formação.

Agradeço também aos coordenadores desta instituição de Ensino, Profº Drº José Jacinto dos Santos Filho e a profª Drª Maria do Rosário da Silva Albuquerque Barbosa por suas contribuições terem sido generosas. O meu mais sincero obrigada.

À minha Banca de Qualificação, profº Drº André Magri Ribeiro e a profª Drª Jaciara Josefa Gomes, expresso minha sincera gratidão pelas valiosas contribuições que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Suas críticas construtivas, insights e conselhos foram fundamentais para o aprimoramento desta dissertação.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao meu orientador, Profº Drº Ivandilson Costa, cuja orientação e expertise foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo. Suas sugestões, críticas construtivas e apoio constante foram indispensáveis ao longo deste processo. Sua voz foi essencial para a compreensão mais profunda do tema em questão. Muito obrigado por tudo!

A todos os colegas de Mestrado ProfLetras, turma 8, pela partilha, pelas trocas de experiência e pelas risadas que aliviaram a caminhada, em especial a Elissandra Marçal, Alessandra Geórgia, Marcikelle Dias, Alex Marcelo, Edivaldo Pedro, Ana Paula Soares.

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão a escola Municipal Eliane Carneiro Leão de Melo que gentilmente abriu suas portas para a realização desta pesquisa. Sem o apoio e a colaboração este estudo não teria sido possível.

Agradeço sinceramente ao diretor profº Lúcio por sua visão e liderança, que permitiu que esta pesquisa fosse conduzida com sucesso. Seu compromisso com a excelência educacional e sua disposição para apoiar iniciativas de pesquisa são verdadeiramente admiráveis. Além disso, gostaria de estender meu agradecimento a todos os membros da equipe educacional.

Aos meus colegas de trabalho, que se fazem sempre presentes, pelo apoio e por acreditarem em mim.

Agradeço a todos os alunos da EJA, desde os mais jovens até os mais experientes, pela confiança depositada em mim e pela disposição em participar deste estudo. Vocês são parte

essencial da comunidade educacional e seu envolvimento é fundamental para o progresso e aprimoramento constante do ensino.

À secretária do ProfLetras da UPE, Campus Mata Norte, Verônica Silva e a Samuel Calebe, ex assistente, por todo zelo e dedicação pelo Programa. Muito obrigada!

Por fim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desta dissertação, o meu muito obrigada!

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, linha de pesquisa em Estudos da Linguagem e Práticas sociais. O objetivo é averiguar o letramento crítico dos alunos da 4ª Fase do Ensino Fundamental da modalidade EJA quanto a notícias jornalísticas sobre questões de violência contra a mulher à luz da Análise Crítica do Discurso. A questão que impulsiona esta pesquisa é a seguinte: Quais as contribuições da análise crítico-discursiva de notícias on-line sobre questões de violência contra a mulher nas aulas de Língua Portuguesa podem favorecer a formação e o letramento crítico dos estudantes da EJA? Nessa direção, a pesquisa estabelece os pressupostos teóricos da investigação, com fundamentos de maneira mais específica da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001 [1992]; 2003). No que tange às discussões sobre letramento social, serão apresentadas as ideias de Street (2014). E, por fim, para informar as características e as implicações do gênero notícia, nos debruçamos sobre as concepções de Charaudeau (2019), Hernandes (2012) Caldas-Coulthard (1997) e Thompson (1998). A metodologia adotada nesse projeto foi de caráter qualitativo, com uma abordagem da pesquisa participante e de natureza aplicada (Gil, 2010). Nessa perspectiva, foram construídas atividades voltadas para as oficinas de leitura, totalizando 06 oficinas com 14 (catorze) atividades, com duração de 60min (oficinas 1 e 2) e 90min (oficinas 3, 4, 5 e 6), sobre as postagens de notícias no que diz respeito à violência contra a mulher, em que as principais etapas foram a utilização de questionários com questões objetivas e subjetivas, ficha de leitura sobre as notícias, atividade de produção em grupo e roda de conversa. Essas atividades suscitaram reflexões sobre dominação, hegemonia e relações de poder nos discursos jornalísticos por meio da análise comunicativa das notícias, da contribuição do léxico, da intertextualidade, da interdiscursividade e do tema. O percurso metodológico da pesquisa foi desenvolvido na Escola Municipal Eliane Carneiro Leão de Melo (EMEC), na cidade de Carpina, situada em área urbana, localizada na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Os sujeitos para os quais essa pesquisa foi idealizada foram todos os alunos matriculados na modalidade EJA (4ª Fase, turma B), totalizando 30 estudantes. Diante disso, esta pesquisa culminou um produto social: um material didático para o professor. Como resultado final, este trabalho trouxe contribuições significativas para favorecer o debate sobre questões de gênero, estimular o pensamento reflexivo, promover o diálogo e debate, fortalecer a cidadania e, conseqüentemente, estimular à produção textual crítica, como também prevenir a violência e promover o respeito

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Educação de Jovens e Adultos. Leitura Crítica. Notícias midiáticas.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the Professional Master's Program in Literature - PROFLETRAS, at the University of Pernambuco, Mata Norte Campus, under the research line of Language Studies and Social Practices. The aim is to promote critical literacy among 4th phase students in the Elementary Education for Youth and Adults (EJA) regarding news articles about violence against women through the lens of Critical Discourse Analysis. The driving question behind this research is: What contributions can critical discourse analysis of online news regarding issues of violence against women in Portuguese Language classes make towards forming and critically literating EJA students? In this regard, the research establishes the theoretical assumptions of the investigation, specifically grounded in the theories of Critical Discourse Analysis (Fairclough, 2001 [1992]; 2003). Regarding discussions on social literacy, Street's ideas (2014) will be presented. Lastly, to elucidate the characteristics and implications of the news genre, we delve into the concepts of Charaudeau (2019), Hernandes (2012), Caldas-Coulthard (1997), and Thompson (1998).

The methodology adopted in this project was qualitative, with a participatory research approach and an applied nature (Gil, 2010). In this perspective, activities focused on reading workshops were developed, totaling 06 workshops with 14 activities, lasting 60 minutes (workshops 1 and 2) and 90 minutes (workshops 3, 4, 5, and 6), concerning news postings regarding violence against women. The main stages included the use of questionnaires with both objective and subjective questions, reading sheets about the news, group production activities, and roundtable discussions. These activities prompted reflections on domination, hegemony, and power relations in journalistic discourses through communicative analysis of the news, contributions of lexicon, intertextuality, interdiscursivity, and theme.

The methodological journey of the research was conducted at Eliane Carneiro Leão de Melo Municipal School (EMEC), in the city of Carpina, located in an urban area in the Mata Norte region of Pernambuco. The subjects for whom this research was designed were all students enrolled in the EJA program (4th phase, class B), totaling 30 students. Consequently, this research resulted in a social product: educational material for teachers. As a final outcome, this work brought significant contributions to raising awareness about gender issues, stimulating reflective thinking, promoting dialogue and debate, strengthening citizenship, and consequently, encouraging critical textual production, as well as preventing violence and promoting respect.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Youth and Adult Education. Critical Reading. Media News.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Formas de poder..... | 31 |
| Figura 2 – Condições favoráveis para o método de análise tridimensional..... | 44 |
| Figura 3 – Modelo tridimensional do discurso..... | 45 |
| Figura 4 – Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional..... | 49 |
| Figura 5 – Momentos da prática social..... | 51 |
| Figura 6 – Quadro comparativo das perspectivas de Halliday e Fairclough..... | 52 |
| Figura 7 – Quadro metodológico da pesquisa..... | 83 |
| Figura 8 – Mapa do município de Carpina..... | 84 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Plano de aula da oficina 01..... | 89 |
| Quadro 2 – Plano de aula da oficina 02..... | 92 |
| Quadro 3 – Plano de aula da oficina 03..... | 95 |
| Quadro 4 – Plano de aula da oficina 04..... | 99 |
| Quadro 5 – Plano de aula da oficina 05. | 105 |
| Quadro 6 – Plano de aula da oficina 06..... | 113 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Número de denúncias e violações contra grupos vulneráveis no Estado de Pernambuco em 2020..... | 67 |
| Tabela 2 - Notificações de violência interpessoal em Pernambuco por tipologia em 2020 e 2021..... | 68 |
| Tabela 3 - Notificações de violência interpessoal/autoprovocada em Pernambuco por gênero..... | 68 |
| Tabela 4 - Número de violações cometidas na relação do suspeito com a vítima do sexo feminino no contexto pandêmico em Pernambuco..... | 69 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACD – Análise Crítica do Discurso

EMEC – Escola Municipal Eliane Carneiro Leão de Melo

LSF – Linguística Sistêmico-Funcional

NEL – Novos Estudos do Letramento

TSD – Teoria Social do Discurso

EJA - Educação de Jovens e Adultos

MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

PAS - Programa Alfabetização Solidária

PBA - Programa Brasil Alfabetizado

MEC – Ministério da Educação

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

NUPEP - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular

ACNUDH - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SINAN - Sistema de Informação de Agravo e Notificação

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 19 |
| CAPÍTULO I: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO NO GÊNERO TEXTUAL NOTÍCIA EM UMA ABORDAGEM SIGNIFICATIVA DO LETRAMENTO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL | 27 |
| 1.1 O GÊNERO NOTÍCIA E SEUS MODOS DE ORGANIZAÇÃO | 27 |
| 1.1.1 <i>Notícia, a linguagem do poder</i> | 30 |
| 1.2 ESTRATÉGIAS DE PERSUASÃO DAS MÍDIAS: O CONSUMO PELA SEDUÇÃO | 32 |
| 1.3 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: CONCEPÇÕES TEÓRICAS..... | 36 |
| 1.3.1 <i>A perspectiva dos princípios operacionais da ACD</i> | 39 |
| 1.3.2 Uma perspectiva tridimensional do discurso..... | 41 |
| 1.3.2.1 <i>O modelo Tridimensional de Fairclough</i> | 43 |
| 1.3.2.2 <i>A reestruturação do modelo tridimensional do discurso</i> | 49 |
| 1.4 LETRAMENTO SOCIAL | 52 |
| 1.4.1 <i>O marco inicial do letramento o Brasil</i> | 52 |
| 1.4.2 <i>Novos Estudos do Letramento (NEL) ou Teoria Social do Letramento</i> | 54 |
| 1.4.3 <i>Pedagogia dos Multiletramentos</i> | 56 |
| 1.4.4 <i>Novos Letramentos</i> | 58 |
| 1.4.5 <i>O Letramento Midiático e a Educação</i> | 59 |
| 1.4.6 <i>Leitura, um Processo Crítico Transformador</i> | 61 |
| CAPÍTULO II: GÊNERO FEMININO: SUPERANDO O PATRIARCALISMO..... | 64 |
| 2.1 DADOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO PERÍODO PANDÊMICO EM PERNAMBUCO | 66 |
| CAPÍTULO III: A EJA E O PROCESSO EDUCACIONAL EM PROL DA EMANCIPAÇÃO | 71 |
| 3.1 PERFIL DOS ALUNOS DA EJA..... | 72 |
| 3.2 REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS..... | 74 |
| CAPÍTULO IV: REFLEXÕES METODOLÓGICAS E ANALÍTICAS DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO..... | 83 |
| 4.1 TIPO DE PESQUISA..... | 83 |
| 4.2 <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA | 84 |
| 4.3 PÚBLICO-ALVO | 85 |
| 4.4 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> E PROCEDIMENTOS | 87 |
| 4.5 PROPOSTA INTERVENTIVA | 888 |
| 4.5.1 <i>Oficina 1 – Ao encontro da notícia</i> | 899 |
| 4.5.2 <i>Oficina 2 – Características composicionais da notícia</i> | 90 |
| 4.5.3 <i>Oficina 03 – A compreensão crítica por meio da notícia</i> | 94 |
| 4.5.4 <i>Oficina 04 – Como leio o que está ao meu redor?</i> | 97 |
| 4.5.5 <i>Oficina 05 – Vozes e intenções existem?</i> | 104 |
| 4.5.6 <i>Oficina 06 – Atividade final</i> | 112 |

| | |
|--|-------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 122 |
| REFERÊNCIAS | 127 |
| APÊNDICES | 134 |
| APÊNDICE A | 134 |
| APÊNDICE B..... | 135 |
| APÊNDICE C | 136 |
| APÊNDICE D – CADERNO PEDAGÓGICO | 137 |
| ANEXO A - Mulheres, jovens e negros são maiores vítimas da violência em Pernambuco, diz IBGE | 138 |
| ANEXO B - Cassiane muda clipe após ser acusada de romantizar violência doméstica | 140 |
| ANEXO C - O slogan da campanha do Tribunal de contas sobre a violência contra a mulher..... | 142 |
| ANEXO D – Ele me puxava pelo braço para o quarto, tracava a porta | 1446 |
| ANEXO E - Apoio de amigos e do estado ajuda mulher a enfrentar violência em casa, mostra pesquisa | 146 |
| ANEXO F – Disposições preliminares | 148 |
| ANEXO G - Padre Airton, da Fundação Terra, é acusado de orquestrar estupro contra fiel; ele nega..... | 150 |
| ANEXO H - Ex-secretário de Justiça Pedro Eurico é condenado por violência contra ex-esposa | 152 |

INTRODUÇÃO

A mídia jornalística tem ampliado seu espaço em diversas dimensões da comunicação, pois temos sido bombardeados com notícias de diversos aspectos que validam discursos e ideologias com intuito de formar a opinião pública. Diante disso, percebe-se o quanto necessário é analisar o gênero notícia e suas interferências na cultura de massa. Por meio de discussões com objetivos pedagógicos, é possível oferecer condições para que o aluno desenvolva um debate crítico sobre as relações de poder envolvidas.

Caldas-Coulthard (1997) ressalta que é mais do que necessário recorrer à Análise Crítica de Discurso (ACD) para evidenciar as relações extratextuais, sociais, ideológicas e culturais presentes nos textos midiáticos. É relevante que os estudantes reconheçam esses elementos nos textos para que se tornem conscientes, visto que a mídia pode ser utilizada para controle e opressão. Dessa forma, as notícias cooperam para movimentá-los de uma posição passiva para a condição de protagonistas sociais.

Neste trabalho, consideramos a utilização do gênero notícia como recurso de leitura compartilhada, compreendendo que os usuários, fato percebido por mim ao decorrer do ambiente escolar, estão cada vez mais interagindo, especialmente, no meio digital. Uma vez que consideramos utópica a visão de que o conhecimento só é estabelecido na leitura de livros e conteúdos escolares, quando na verdade, inicia-se na interação entre o sujeito (o ser que conhece) e o objeto (o que é investigado), não necessitando, portanto, de uma fonte intelectual física, nem de conhecimento de formação docente.

Nesse contexto, os leitores conseguem ampliar o seu repertório de informações mediante leitura de textos do gênero notícia porque, nele, os usuários se envolvem com a matéria e permitem construir análises dos fatos, resultando em posicionamento crítico, ampliação do vocabulário, bem como relatos de fatos socialmente relevantes para um público diversificado. Dessa forma, a produção jornalística se torna um relevante material para uma melhor compreensão, por parte dos sujeitos da educação, acerca das diferentes formas de representação da sociedade e da cultura.

Sabemos que a escola passou a enfrentar uma nova realidade social com o sistema da escrita e leitura a partir do surgimento do termo letramento, definido por Soares (2009, p. 47), como sendo o “estado ou condição de quem não apenas sabe ler ou escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”. Desse modo, marcou-se uma mudança não apenas de cunho terminológico, mas de perspectiva teórico-metodológica em relação ao termo alfabetização (Kleiman, 1995).

Frente ao exposto, a leitura para os cidadãos pode ser interpretada como integrante à visão de informações de um determinado acontecimento, presente não só nos livros, como também em ações que ocorrem no cotidiano. De acordo com Soares (2009), pessoas que não sabem ler e escrever, mas que estão em ambientes onde circulam práticas de letramento e que interagem com os demais por meio de tais práticas, são consideradas cidadãs letradas. Ainda segundo Soares (2009, p. 23), há um índice considerado de pessoas que demonstram “não viver em estado ou condição de quem sabe ler e escrever”, contudo, exercem práticas sociais da linguagem para se comunicar.

Assim, ser leitor implica não somente envolver-se em práticas de leitura, mas também “mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais, tornar-se diferente” (Soares, 2009 p. 37). Nessa perspectiva, um indivíduo estimulado a ler criticamente há a possibilidade de construir conhecimento pela linguagem passando a pensar e a agir diferente socialmente. Por consequência, aprimora linguisticamente, evidenciando que o convívio com a língua escrita incide mudança no uso da língua oral.

Kleiman (2005) sugere a importância do texto na vida social do aluno de forma que amplie o conjunto de textos de modo a englobar vários gêneros que estão ao alcance dos discentes. Assim, os textos jornalísticos contribuem para ambientar os alunos à realidade em que vivem, permitem discernir diferentes vozes por estar absorvido de discursos que permitem posicionamentos e ideologias que incorporem o desenvolvimento social dos alunos.

Nesse contexto, as notícias para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representam um material produtivo para a construção ideológica destinada a comunicar um fato para este perfil de leitor. O que consideramos mais importante nesse gênero textual é provocar o aluno para uma compreensão além do óbvio, do literal, para que ele não apenas perceba como os fatos estão conectados, como também o objetivo da comunicação subjacente a ele. Reconhecemos, nele, temas de interesse social: fatos políticos, econômicos, atualidades, esportes que despertam a atenção de diferentes públicos por conter narrativas sobre a vida real, a linguagem é de fácil acesso e simples, além do que fomenta a construção de conhecimentos que favorece a percepção acerca do mundo.

Dessa maneira, a presente pesquisa originou-se com intuito de refletir e discutir a relação de poder nas publicações do gênero notícia on-line que abordam as questões de violência contra a mulher. Entendemos, neste trabalho, que as notícias jornalísticas podem ser um elemento representativo para atuação pedagógica do professor de Língua Portuguesa. Acreditamos que, com essa ação na sala de aula, o professor presencie mais atores sociais

com decisão e reflexão sobre as suas realidades enfrentadas no cotidiano. Por esse motivo, o sujeito deste trabalho são todos os alunos da 4ª fase, turma B, da EJA, do ensino regular, com o propósito de favorecer para esse público uma educação transformadora e libertadora, conforme afirma Freire (2009), além da preparação de um cidadão crítico, participativo e reflexivo na sociedade democrática em que vive. Assim fundamentam dois princípios: a politicidade e o diálogo, proposto pelo educador Freire (2009).

A temática escolhida para análise nas notícias foi a questão da violência contra a mulher no período inicial da pandemia SARS Covid-19, em 2020. Dados da Secretaria de Defesa Social (SDS) de Pernambuco informam que houve um aumento considerável de crimes nessa época (G1, 2022). Segundo dossiê publicado pela Articulação Permanente de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Estado de Pernambuco (Pernambuco, 2022, p. 7), “com a pandemia de Covid-19, iniciada em março de 2020, vimos as desigualdades sociais se aprofundarem, deixando ainda mais vulneráveis as mulheres, a população negra e periférica, a população LGBTQIA+, a população indígena e do campo” (Pernambuco, 2022). Com base nessa informação, torna-se visível a desigualdade contra as mulheres no cenário pernambucano. O texto vai além quando informa que alguns centros de enfrentamento à violência contra as mulheres foram fechados ou enfraquecidos nesse período. Temos, assim, um aumento dos episódios de violência. Em contrapartida, houve redução de registros e denúncias.

Sendo assim, esta pesquisa pode se destacar do ponto de vista de sua relevância social quando se propõe discutir fatos relacionados às relações da mídia, isto é, as formas de veiculação, pelos meios digitais, de notícias especificamente no que diz respeito à questão de e violência contra a mulher.

Nessa direção, as razões para a discriminação feminina são datadas por fatores históricos e religiosos. Ao trazer essa abordagem, Lêdo (2017) enfatiza o período histórico que a classe dominante detém o poder, por conseguinte, restringe o acesso aos meios de comunicação, marginalizando grupos sem direito a voz e a vez. Afinal, a nossa história se apresenta a partir da supremacia da cultura masculina, sob a ótica de gênero, uma vez crescente, exercendo maior domínio. Assim, percebemos que o gênero feminino é relegado a segundo plano, submissa ao processo de soberania masculina e invisível perante a sociedade.

As raízes patriarcais estabelecidas na nossa sociedade têm existência há milhares de anos com berço na própria história da civilização humana (Rocha, 2009). Entretanto, não se restringiu ao período pré-histórico com uma única forma de opressão. Conforme Lêdo (2017), alicerçou-se com outros grupos de violência que ampliavam o poder, a ideologia e a

dominação patriarcal. Ainda segundo a autora, “o cristianismo, por exemplo, teve categórica influência em propagar o sistema patriarcal, na medida em que pregava a adoração a um único Deus (masculino) e demonizava a figura feminina a partir do pecado de Eva” (Lêdo, 2017, p. 40). Sob esse prisma, “à medida que o sistema patriarcal foi se estabelecendo, as doutrinas religiosas que acordavam suas crenças na supremacia masculina foram se solidificando” (Rocha, 2009, p. 72). Como bem delinearão as autoras, a convicção religiosa historicamente promoveu a hegemonia masculina.

Outro aspecto não menos importante é a necessidade referenciada pelos documentos oficiais, a exemplo do Currículo da EJA, que enfatiza as relações de gênero (Pernambuco, 2021, p. 47). O texto discorre sobre a garantia que o debate ponderado possibilita para a elaboração de estratégias de enfrentamento às diversas formas de violência, tal como o combate às discriminações – atos ou comportamentos preconceituosos ou discriminatórios –, promovendo a cidadania e o respeito às diferenças. Estamos aqui considerando os temas transversais e integradores do currículo.

Ademais, evidenciam-se nesse documento as competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, porém faz menção também para o público da EJA que é através do texto onde há espaço para a manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias (Pernambuco, 2021, p. 75).

Como professora da turma pesquisada, a escolha do objeto de pesquisa está relacionada ao exercício profissional por coordenar um grupo de pesquisa, intitulado “Não à violência de gênero”, na Escola Estadual São José, município de Carpina/PE, com alunas do Ensino Fundamental anos finais, com abordagem sobre questões de violência contra a mulher, possibilitando, também, o nascimento desse trabalho.

Também externo a motivação pessoal pelo fato de ser mulher, preta, pertencente a uma classe social menos favorecida e presenciar o grupo que me representa socialmente sofrer ataques por parte da mídia, que ainda nos marginaliza reproduzindo a violência simbólica sobre os corpos negros, contribuindo para manter um padrão social desejável pela classe dominante¹.

Assim, a compreensão de que as discussões sobre a questão de violência contra a mulher noticiada pelos veículos midiáticos no chão da escola nos permitem colaborar com a formação do letramento crítico e participativo dos estudantes, de fato, configura-se como uma

¹ Embora reconheça a importância das questões raciais e sociais mencionadas, a presente pesquisa opta por focar exclusivamente na questão de gênero para manter o escopo do estudo mais delimitado e aprofundar a análise dentro dessa perspectiva (nota da autora).

das principais razões para o andamento desta pesquisa. Podemos considerar que é um tema bastante inquietador e necessário, devido à abrangência de argumentos que remetem a conflitos sociais e políticos que atingem a vida em sociedade em geral, além de reivindicar reflexões por parte do sistema em que há desigualdades sociais, dominação ideológica, relações de poder, entre outras questões. Além disso, entendemos que a linguagem é o fio condutor nesse processo porque é através dela que se revelam os diferentes discursos, construindo, desconstruindo e reconstruindo seus significados (Rojo, 2006).

Nessa perspectiva, buscamos o respaldo teórico na ACD para cooperar com as discussões sob o ponto de vista discursivo, como também social, que serve para o entendimento das relações de poder, uma vez que é cabal, o uso da linguagem como processo social que envolve o discurso. Por isso, ele é tido como essencial para a construção de identidades sociais, diálogo entre os sujeitos, como também constitui sistemas de crenças e conhecimento (Fairclough, 2001).

Paralelamente, faremos uma incursão nos estudos da Pedagogia dos Multiletramentos, defendida por Rojo (2012), sobre a necessidade de se trabalhar a diversidade da linguagem nesse campo. Em função da multiplicidade de linguagens nas mídias e tecnologias, torna-se necessário entender o tratamento de imagem e edição proposto. Como resultados esperados, são requeridas novas práticas de leitura, escrita e análise crítica.

Rojo (2012), imbuída pelo propósito de desenvolver protótipos didáticos inovadores, visa a desafios para potencializar o ensino de Língua Portuguesa. Na verdade, as aulas precisam de professores críticos, inovadores e ousados para implantar uma cultura de prática de leitura e escrita direcionada à formação crítica dos alunos. Salientamos que para cumprir tais finalidades, a escola depende de outros fatores vinculados à infraestrutura, como laboratórios, assinaturas de periódicos virtuais e físicos, bibliotecas, salas equipadas. Desse modo, formam-se cidadãos competentes para conceber novos sentidos para a sociedade multimodal que está em contínua transformação.

Ademais, a fundamentação teórica deste trabalho está pautada em pressupostos da ACD que apresentam uma proposta de teoria e método a qual visa ao exame das práticas discursivas fazendo parte das práticas sociais. Por esse motivo, pode-se projetar dois princípios para a análise dos fenômenos sociais com base na linguagem: seja ela cooperando para naturalizá-los, para determinar relações de poder, intensificando hegemonias, como também para modificar e possibilitar mudanças na sociedade. Nessa direção, a pesquisa estabelece os pressupostos teóricos da investigação, com fundamentos de maneira mais específica nos estudos de Fairclough (1992, 2001). No que tange às discussões sobre

letramento social, serão apresentadas as ideias de Street (2014). E, por fim, para informar as características e as implicações do gênero notícia, nos debruçaremos sobre as concepções de Charaudeau (2019) e Hernandes (2012).

Nesse sentido, este estudo que envolve questões de violência contra a mulher organiza a sua pergunta de pesquisa da seguinte forma: Quais as contribuições da análise crítico-discursiva de notícias on-line sobre questões de violência contra a mulher nas aulas de Língua Portuguesa para formar e letrar criticamente estudantes da EJA? Consideramos, como pesquisadora e docente, que um trabalho com oficinas de leitura sobre notícias on-line em uma série de atividades sistemáticas organizadas pode favorecer o desenvolvimento da competência leitora crítica em nossos alunos.

Assim, o nosso objetivo geral é promover o letramento crítico aos alunos da 4ª Fase do Ensino Fundamental da modalidade EJA quanto a notícias jornalísticas sobre questões de violência contra a mulher à luz da ACD. Para alcançar o nosso objetivo geral, traçamos os seguintes objetivos específicos: identificar como o discurso em gênero jornalístico aborda a violência contra a mulher ocorrida no período inicial da pandemia em 2020, bem como em textos atuais; fomentar que os estudantes reflitam as relações de poder e as ideologias que estão subentendidos os discursos constitutivos de textos midiáticos como também os efeitos deles nas práticas sociais; averiguar a construção de um ponto de vista crítico por meio da argumentação de um debate a partir de tema discutido no projeto sobre questões de violência contra a mulher.

Com o objetivo de responder à questão e identificar caminhos para atingir os objetivos gerais e específicos propostos, organizamos esta dissertação em 4 (quatro) capítulos: no primeiro capítulo, discutimos os pressupostos teóricos que dão sustentação a esta pesquisa. Para isso, dividimos o capítulo em três seções. Na primeira, delineamos a importância da análise crítica do discurso dentro do contexto jornalístico, uma vez que os fatos culturais, sociais e políticos se tornam notícia quando impactam as pessoas ou grupos significativos. Na segunda seção, abordamos a perspectiva Tridimensional do Discurso proposto por Fairclough (2001) que considera a linguagem como uma prática social que reflete e influencia a mudança social e cultural. De acordo com Fairclough (2001) esse modelo de estudo envolve a análise do texto, da prática discursiva e da prática social, bem como permite uma compreensão mais ampla das relações entre linguagem, poder e sociedade. Na terceira e última seção, retratamos o tema do Letramento Social, destacando sua importância como uma prática que possibilita o acesso à cidadania através da capacidade de ler e escrever de acordo com as demandas sociais. São apresentadas três concepções teóricas sobre o letramento: os Novos Estudos do

Letramento, a Pedagogia dos Multiletramentos e os Novos Letramentos. Destacamos a importância do letramento midiático na formação dos alunos, fornecendo-lhes as habilidades necessárias para compreender, avaliar e utilizar criticamente as informações veiculadas pelos meios de comunicação. Outrossim, reconhecemos a dimensão que a leitura proporciona para interpretar e compreender os textos em seu contexto mais amplo.

No segundo capítulo, destacamos que a violência de gênero é analisada como um fenômeno complexo e histórico-social, com raízes no patriarcado e nas relações de poder desiguais entre homens e mulheres. A objetificação das mulheres e a hierarquização de gênero na sociedade contribuem para a perpetuação da violência, que pode se manifestar de várias formas, como violência física, psicológica, sexual e patrimonial. Abordamos as contribuições teóricas de Bourdieu sobre a dominação masculina e a violência simbólica, destacando como a sociedade patriarcal exerce pressão sobre homens e mulheres, embora de maneiras diferentes. Também expomos, na análise, que os números da violência contra as mulheres é algo estrutural, não sendo, desse modo, um fenômeno novo, fato que foi agravado durante a pandemia.

No terceiro capítulo, explanamos a EJA como uma modalidade essencial para a emancipação e inclusão social no contexto educacional brasileiro, ressaltando a necessidade de uma abordagem pedagógica inovadora, inclusiva e centrada nas experiências e realidade dos estudantes adultos. Sua história é marcada por uma evolução gradual, impulsionada por mudanças sociais, econômicas e políticas ao longo do tempo. Embora tenha havido avanços significativos na oferta e na qualidade da educação para jovens e adultos, ainda há muito a ser feito para garantir o acesso universal à educação e promover a inclusão social e a emancipação dos sujeitos adultos através da educação.

No quarto capítulo, apresentamos a metodologia da pesquisa caracterizada como a pesquisa-ação, que envolve a integração do pesquisador no ambiente investigado e a intervenção direta na população estudada. Em seguida, apresentamos o contexto demográfico do lócus da pesquisa realizada na Escola Municipal Eliane Carneiro Leão de Melo (EMEC), localizada na cidade de Carpina, na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Informamos o público-alvo matriculados na modalidade EJA, especificamente 30 alunos da 4ª Fase, turma B, da Escola Municipal Eliane Carneiro Leão de Melo. Debruçamo-nos sobre o planejamento da intervenção didático-pedagógica para propor o ensino de Língua Portuguesa, focalizando estudos críticos do discurso por meio da análise de notícias veiculadas nos jornais Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco sobre o tema da violência contra a mulher. As atividades foram conduzidas por meio de séries de oficinas de leitura, organizadas para desenvolver

possibilidades de leitura crítica. A escolha do tema da violência contra a mulher decorre da relevância desse fenômeno, que constitui um problema público exigindo a responsabilidade do Estado. Foram realizadas seis oficinas com 10 atividades, distribuídas ao longo de um mês. As atividades incluíram questionários objetivos e subjetivos, fichas de leitura, produção em grupo e rodas de conversa. A proposta visa suscitar reflexões sobre dominação, hegemonia e relações de poder nos discursos jornalísticos.

Por fim, discutiremos algumas atividades, procurando analisá-las com base na fundamentação dos instrumentos utilizados nas oficinas como o objetivo de oferecer condições para melhoria e aprendizagem dos alunos no que se refere à leitura crítica das notícias apresentadas.

CAPÍTULO I: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO NO GÊNERO TEXTUAL NOTÍCIA EM UMA ABORDAGEM SIGNIFICATIVA DO LETRAMENTO ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL

Este capítulo tem a função de apresentar a relevância da ACD nas diversas maneiras de compreender o gênero textual notícia a partir de seus dispositivos analíticos dentro da abordagem significativa que o letramento, enquanto prática social, oportuniza. Assim sendo, na seção 1.1, destacamos os critérios de organização que o gênero notícia destaca, como também tratamos sobre uma ferramenta poderosa à mercê da mídia. Na seção 1.2, ressaltamos a influência de estratégias persuasivas de sedução pelo consumismo. Na seção 1.3, discorreremos sobre as concepções teóricas da ACD. Em seguida, a seção 1.4 descreve a proposta ACD de Fairclough (2001). A seção 1.5 explana sobre a perspectiva tridimensional do Discurso. Por fim, a seção 1.6 trata sobre as concepções teóricas de letramento fundamentais para o ensino de Língua Portuguesa, como também a significância da leitura como processo transformador na vida de uma pessoa.

1.1 O GÊNERO NOTÍCIA E SEUS MODOS DE ORGANIZAÇÃO

A notícia como divulgação de acontecimentos por meios jornalísticos é a matéria-prima dos noticiários e, como tal, merece ser reconhecida como um evento significativo. Ela oferta maior contributo em meio de comunicação social porque os fatos culturais, sociais e políticos podem ser noticiados caso afetem as pessoas ou grupos significativos. De acordo com Caldas-Coulthard (1997), a notícia é relevante em termos discursivos, posto que esse gênero apresenta especificidades para a mídia em que muitos desfrutam de uma posição privilegiada e influenciadora que classificam as pessoas de acordo com os padrões e regras que seguem na nossa sociedade.

É um gênero social poderoso, bastante presente no nosso cotidiano, impregnado de fatos gerais que são reorganizados mediante o contexto, conforme menciona a autora “carrega em si as histórias diárias de nosso tempo” (Caldas-Coulthard, 1997, p. 34). Em vista disso, a notícia como gênero social é permeada de crenças e entendida como

representação do mundo como qualquer outro tipo de discurso, na medida em que todo sentido é socialmente construído. Ela é também um produto da prática social, como eu já tenho sugerido. Algo que é dito ou escrito acerca

do mundo é articulado de uma posição ideológica (Caldas-Couthard, 1997, p. 34).

Hernandes (2012) também considera que a notícia representa uma concepção de mundo, no que lhe diz respeito à hierarquização de fatos. Com efeito, segundo o autor, a informação sobre um conteúdo ou acontecimento de interesse público tem o objetivo de “despertar curiosidade, crenças, sensações e ações de consumo do próprio meio de comunicação” (Hernandes, 2012, p. 24). Nesse sentido, o autor descreve os critérios adequados para designar o valor de uma notícia:

- Ineditismo (a notícia inédita é mais importante do que a já publicada);
- Improbabilidade (a notícia menos provável é mais importante do que a esperada);
- Interesse (quanto mais pessoas puderem ter suas vidas afetadas pela notícia, mais importante ela é);
- Empatia (quanto mais pessoas puderem identificar-se com o personagem e a situação da notícia, mais importante ela é);
- Proximidade (quanto maior a proximidade geográfica entre o fato gerador da notícia e o leitor, mais importante ela é).

Caldas-Coulthard (1997, p. 38) ainda apresenta outros critérios sobre o valor da notícia que, apontados por Hernandez (2012), ressaltam o destaque de fatos como produto noticioso que ajudam a explicar o que torna algo merecedor de ser noticiado. Essas características são nomeadas pela autora como ‘critérios de mérito’ ou ‘valores gerais de notícia’, tais como seguem:

- Frequência ou o tempo dedicado a um evento;
- Limite ou tamanho do evento;
- Desambiguidade ou clareza do evento;
- Significância ou proximidade cultural;
- Consonância – a previsibilidade de um evento;
- Inesperabilidade ou a raridade ou imprevisibilidade de um evento;
- Continuidade ou o decurso de uma história;
- Composição – mistura de diferentes tipos de eventos;
- Referência a nações de elite;
- Referência a pessoas de elite;
- Personalização;

- Negatividade;
- Relevância – o efeito sobre a vida da própria audiência ou proximidade com a sua experiência;
- Facticidade – a quantidade de fatos e números que apoiam a veracidade da história;
- Competição – a exclusividade da história;
- Composição – a mistura de diferentes notícias;
- Predictabilidade – o pré-agendamento de um evento.

De acordo com o exposto, entendemos que a relevância sobre a notícia pode dar margem para manobras ideológicas porque o que é relevante para um grupo, para outros pode ser imposto ou induzido. Não obstante, a centralidade na esfera de produção jornalística faz com que o julgamento de relevância seja um procedimento pouco transparente, o que rechaça as possibilidades de discussões técnicas a respeito de sua avaliação.

Ressaltamos, além do mais, a contribuição de Charaudeau (2019) sobre os modos de organização do discurso de informação. O autor menciona que o acontecimento midiático está estruturado sob três tipos de critérios: de *atualidade*, de *expectativa* e de *socialidade*. O primeiro se refere à informação midiática conseguir desempenhar o que ocorre numa temporalidade condizente ao ‘sujeito-informador-informado (gera-se a condição de modificação). O segundo discute que a informação midiática deve assimilar o interesse do ‘sujeito alvo’, sabendo resolver com os sistemas de expectativa, de previsão e de impressão (correspondente à condição de saliência). E, por fim, o critério de socialidade privilegia a informação midiática no trato em que surge no espaço público, cujo compartilhamento e visibilidade são assegurados (acontece o efeito da pregnância).

Na perspectiva de Charaudeau (2019), busca-se compreender como a instância midiática procede para atingir sua finalidade e, nesse processo, o que ela chama de “modalidades discursivas” correspondentes a cada situação de comunicação midiática, no caso, as estratégias da informação são apresentadas por atos, são eles: *relatar* o acontecimento, *comentar* o acontecimento e *provocar* o acontecimento.

- *Relatar*: é construir midiaticamente o acontecimento, o que ocorre/ocorreu no espaço público, criando um ambiente de mediação que denominamos de ‘acontecimento relatado’;
- *Comentar*: é uma atividade discursiva de um acontecimento que requer raciocínio por meio da análise das causas e motivos para justificar os próprios posicionamentos, é o que chamamos de ‘acontecimento comentado’;

- *Provocar*: refere-se ao fato de a mídia constituir um espaço público, com o auxílio de diferentes dispositivos, em que diferentes vozes e discursos se justapõem, resultando no ‘acontecimento provocado’.

A princípio, concordamos com o autor quando se refere ao universo da informação midiática, na verdade, é um mundo produzido, “o resultado de uma construção” (Charaudeau, 2019, p. 151). Por vezes, diz ser o reflexo do que se passa no espaço público. Costa (2016, p.71) corrobora o mesmo pensamento, enfatizando que “o acontecimento midiático não é, ao contrário do que muitas vezes pode pregar, um conjunto de fatos correlatos com o que acontece no espaço público, mas efetivamente o resultado de uma construção”. Dessa forma, a esfera midiática determina ao sujeito uma visão de mundo antecipadamente estruturada, e essa visão se apresenta como se fosse a visão natural do mundo (Charaudeau, 2019).

1.1.1 Notícia, a linguagem do poder

Atualmente o conhecimento obtido mediante os meios de comunicação estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano, tornando-se um verdadeiro mecanismo de manipulação social e dominação cultural. São notórios os interesses da classe hegemônica dominante defensores do capital, por vezes, controladora dos meios sociais de comunicação, influenciando na circulação de notícia, explicitando seu caráter mercadológico. Afinal, o discurso midiático é absolutamente ideológico, não é mera expressão de pensamento, mas está interligado ao teor político. No cenário ideológico, como, por exemplo, um artigo de opinião, veiculado em um jornal, no qual o articulista argumenta a favor de uma posição política específica, a linguagem se torna estratégica, pois o objetivo central é o de persuadir o leitor a adotar um determinado ponto de vista acerca do assunto debatido.

É preciso que o texto midiático seja ressignificado de forma que haja criticidade do sujeito, e que a escola saiba transformar as formas simbólicas (capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, produzir eventos, influenciar ações dos outros) que circulam na mídia em um espaço transformador desse simbolismo. Somando ao que foi exposto, Costa (2016, p. 47) enfatiza que no campo da produção/consumo do conteúdo simbólico há uma relação entre os poderes econômico, político e coercitivo. Portanto, as informações produzidas e divulgadas pela mídia propagam um discurso ideológico e intencional atendendo, ocasionalmente, aos interesses das classes dominantes.

Thompson (1998) atesta, nessa perspectiva, as formas de poder que nos dão estrutura útil para analisar a organização social e suas transformações.

Figura 1 – Formas de poder

| Formas de poder | Recursos | Instituições paradigmáticas |
|--|-----------------------------------|--|
| Poder econômico | Materiais e financeiros | Instituições econômicas (p. ex. empresas comerciais) |
| Poder político | Autoridade | Instituições políticas (p. estados) |
| Poder coercitivo (especialmente poder militar) | Força física e armada | Instituições coercitivas (especialmente militares, mas também a polícia, instituições carcerárias, etc.) |
| Poder simbólico | Meios de informação e comunicação | Instituições culturais (p. ex. a Igreja, escolas e universidade, as indústrias da mídia, etc.) |

Fonte: Thompson (1998, p. 25).

A tabela sintetiza as quatro formas de poder encadeadas aos recursos dos quais dependem, como também apresenta as instituições paradigmáticas em que elas centralizam. A saber: a) **o poder econômico** é a atividade do sujeito de garantia dos meios da substância da modificação da matéria-prima em produtos de bens que serão comercializados no mercado. Com a expansão da produção, faz com que cresça seu poder econômico; b) **o poder político** exige que o sujeito se adeque às regras sistematizadas por corporações superiores ligadas ao regime judicial; c) **o poder coercitivo** traduz como forma do uso da ameaça, força física, corresponde a um tipo de liderança em que o líder usa a força física ou psicológica para dar legitimidade ao poder. E, por fim, d) **o poder simbólico**, no qual, de acordo com Costa (2016, p. 48), o sujeito pode “intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas”. Em função de ser uma atividade simbólica importante na sociedade, temos, por outro lado, a acumulação de informação e comunicação de instituições que adotam um papel particular nesse processo. Como resultado, estão inclusas as instituições pedagógicas, que se preocupam na transmissão do conhecimento; as instituições religiosas, que zelam pela produção de divulgar a fé e a salvação; e as instituições da mídia, que se preocupam em estabelecer a comunicação em larga escala e a difusão generalizada.

1.2 ESTRATÉGIAS DE PERSUASÃO DAS MÍDIAS: O CONSUMO PELA SEDUÇÃO

Ressaltamos que os meios de comunicação tradicionais se revestem de uma ideologia dominante e interesses econômicos que muitas vezes estão camuflados, considerando que nem sempre o conhecimento está explícito dos produtores da notícia, inclusive dispostos na internet. Assim, corroboramos à ideia de Falcone (2003, p. 2) quando defende que “a prática do jornalismo é orientada ideologicamente pelas instituições dominantes, influenciando a construção da opinião pública, a partir de ações discursivas”.

É orgânico pensar que o jornalismo traduz uma objetividade, reveste-se de imparcialidade e resulta na credibilidade da notícia. O termo objetividade, contudo, não se harmoniza com o jornalismo desde seu nascedouro, uma vez que havia um negacionismo até a primeira guerra mundial. Entretanto, Traquina (2005) considera o termo essencial para a imprensa, como prática equilibrada para resguardar os profissionais de acusação de difamação.

Ao redigir e editar um texto, o jornalista pode ser subjetivo em suas colocações, impulsionado por posições pessoais, emoções e hábitos. Contudo, não o isenta de ser neutro diante da matéria. Charaudeau (2019) informa sobre a essência da seleção:

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas (Charaudeau, 2019, p. 39).

Sob esse prisma, o autor reconhece a decisão das marcas discursivas como ponto relevante e influenciador para o outro. Inferimos a existência da percepção das estratégias de persuasão contidas nos jornais para manter o público-alvo refém do consumismo. Dessa forma, a construção do elemento noticioso, bem como as organizações em edições se mantêm no patamar de sedução.

Hernandes (2012), em seu estudo sobre diferentes níveis de mídia – televisão, rádio, jornal, revista, internet –, busca entender como os segmentos de notícias agem para atrair a atenção e se conectar com o público. A par disso, o autor observa o caráter mercantilista tornando um dos principais fatores dessa necessidade: “os produtos jornalísticos devem atrair, administrar e manter elevado o nível de atenção dos seus respectivos públicos para que exista sustentação e aumento de audiência ou de tiragem, base da lucratividade das empresas” (Hernandes, 2012, p. 10).

As mídias detêm as estratégias de persuasão alçando números vultuosos de tiragem com interesse na lucratividade e no poder das instituições de comunicação. A correspondência está nesse consumismo em que as agências manipulam a clientela atingindo os pontos emocionais e racionais como forma de mantê-los vinculados nas suas edições. Hernandes (2012) examina a causa para o crescimento das unidades noticiosas, valendo-se sob o ponto de vista do fascínio:

Os jornais precisam manipular a atenção de telespectadores, ouvintes, internautas ou leitores nos níveis sensorial, passional e inteligível, para que se instaurem e se perpetuem os tão necessários laços com o público-alvo e também para que o público assuma determinados valores. O exame desses procedimentos revela o que estamos chamando de **gerenciamento do nível de atenção**, que funda e sustenta a relação jornais-público (Hernandes, 2012, p. 38, grifos do autor).

Nessa crença, Hernandes (2012) busca entender o texto na perspectiva da semiótica discursiva em que se rege por mecanismos de geração dos sentidos em textos verbais e não verbais, uma vez que o destinatário está no papel de consumidor e o jornal no papel de destinador, com intenção de manipular e despertar o desejo de dever por comportamentos e ações. Para usar os termos do autor, Costa (2016, p. 72) sintetiza essa relação de duplicidade enfatizando que, “por um lado, trabalha-se para que seja desencadeado nele uma vontade, um querer, marcados por um desejo qualquer; por outro, impõe-se a ele um dever, ligado a uma obrigação.” Segundo Hernandes (2012, p. 40), dever e querer constituem as classes de manipulação entre o destinador e destinatário, a saber: provocação, sedução, intimidação, tentação.

Nesse contexto, compete aos consumidores, leitores e espectadores, registrar a magnitude ou não da notícia. Se a relação querer/dever for estabelecida com sucesso para o público-alvo, deve fomentar o consumo no segmento da notícia. O produtor, então, está ciente que o destinatário, ao ler as manchetes, certificará de que vai lhe julgar a atenção, inicialmente. Portanto, é preciso despertar o anseio e a curiosidade desse público. Charaudeau (2019) retrata o efeito ambíguo que as mídias apresentam:

As mídias apresentam-se como um organismo especializado que tem a vocação de responder a uma demanda social por dever de democracia. (...) Entretanto, trata-se de um organismo que se define também agravado de uma lógica comercial: uma empresa numa economia de tipo liberal e, por conseguinte, em situação de concorrência com relação a outras empresas com a mesma finalidade. Por essa lógica, cada uma delas procura “captar”

uma grande parte, se não a maior parte, do público (Charaudeau, 2019, p. 58).

A função das mídias responde a uma demanda social na transmissão de informações que podem ser espontâneas ou provocadas. Contudo, também atende a outro propósito de servir ao interesse diferente à democracia. Nesse ponto o autor ressalta que:

O imperativo de captação a obriga [a empresa de mídia] a recorrer à sedução, o que nem sempre atende à exigência de credibilidade que lhe cabe na função de “serviço ao cidadão” – sem mencionar que a informação pelo fato de referir-se aos acontecimentos do espaço público político e civil, nem sempre estará isenta de posições ideológicas (Charaudeau, 2019 p. 59).

Definitivamente, Hernandes (2012) se convence de que o público é atraído pelas unidades noticiosas para o consumo. Na verdade, o cenário proposto pelas mídias procura manter esse contingente fiel com as estratégias persuasivas. Por consequência, o autor ressalta que “manter a atenção do consumidor se torna vital para a sobrevivência de qualquer negócio” (Hernandes, 2012, p. 47).

Ao trazermos essa abordagem, concordamos com o autor que o tratamento que é dado ao público seja útil e satisfatório. Nesse caso, abastecer o cidadão com informações a ponto de deixá-lo bem-informado com histórias que agreguem identificação com as suas memórias é compreender que as narrativas podem ser semelhantes à sua vida. Por conseguinte, a atração desse modelo proporciona ver seus relatos na dimensão de afetividade, na dimensão de proximidade e na dimensão de intimidade, conforme explica Hernandes (2012):

O jornal, para atrair com mais eficiência leitores, ouvintes, telespectadores ou internautas, não quer apenas que eles busquem e tenham saberes e informações, mas também que, nessa atividade, vivam experiências, afetos que também se revertem em outras formas de recompensa pelo consumo (Hernandes, 2012, p. 49).

Justificado pelo processo de interação do jornal com o público e baseado na manipulação de ordem sensorial, passional e racional, Hernandes (2012, p.51) procura descortinar pontos de seu postulado e apresenta um resumo das estratégias de gerenciamento do nível de atenção, são elas:

- *Arrebatamento*: o objetivo é criar estímulos nos sujeitos que os motivem ou reforcem um engajamento perceptivo. Centra-se na ordem dos sentimentos. O destinatário se sente manipulado pelo destinador, o “jornal”, por um querer-saber.

- *Sustentação*: visa transformar o sujeito atento em sujeito tenso que, interessado em decodificar um estímulo, se depara com os detalhes de uma história e o impulsiona a conhecê-la em sua totalidade. Foca na ordem passional. Além disso, há uma manipulação por tentação.
- *Fidelização*: busca modificar o sujeito curioso em um sujeito fiel. O êxito das estratégias anteriores deve gerar expectativas assertivas para suceder repetições de interesses. Envolve emoções, porém a estratégia é racional. Há manipulação por intimidação (dever fazer), sedução (querer fazer) e tentação (querer fazer). Tenta desencadear um hábito, um querer ser e também querer sentir.

Para usar os termos de Hernandes (2012), há diversas maneiras de se “fisgar” e prender o público. Uma delas é dar atenção aos noticiários, a começar pelas manchetes ou chamadas, nas quais há a presença de manipulação provocada pelas estratégias de arrebatamento, quando estimula a curiosidade dos sujeitos a um querer saber; e pela estratégia de sustentação, quando o indivíduo é direcionado a saber mais sobre a totalidade da história apresentada. “Uma boa manchete é um pedaço de uma narrativa que clama por completude” (Hernandes, 2012, p. 53).

Nesse ínterim, as estratégias de sustentação se interessam pela relação entre tempo e espaço da notícia porque a temática de atualidade é fator primordial da matéria jornalística. Segundo Hernandes (2012), fatos passados não causam emoção, nem é fator impactante. Dessa forma, o poder das unidades noticiosas está relacionado ao período da edição, vinculado ao sentido da atualidade.

Ocupa lugar, nesse ponto, o *lide*, que objetiva o interesse do leitor para as notícias que já estão dispostas nas linhas iniciais. Dado que, ao responder às perguntas relativas a essa seção, o “quando” garante apresentar a evidência do marco temporal.

Com relação ao efeito de atualidade, Hernandes menciona que:

Os jornais contam certas histórias já ocorridas e, na maioria das vezes, não escondem que o fato principal da notícia é passado. Só existe um outro “tempo”, paralelo que permite situar aquela ação. O enunciatório geralmente é tomado por uma sensação que o faz crer que até mesmo algo que ocorreu há muito tempo, por ser contado na edição, é atual, pertinente, importante. Trata-se do **efeito de atualidade** (Hernandes, 2012, p. 60, grifos do autor).

Também será dedicado espaço aos objetos jornalísticos, o caráter semiótico, entendido como peculiaridade da estratégia de sustentação para a compreensão de alguns efeitos, como

o de atualidade (proximidade temporal), produzidos pelos jornalistas com objetivo de manter a atenção associada à ideia específica da edição. A semiótica discursiva aborda essa coerência de sentidos em textos imagéticos ou não por atribuir uma significação num dado contexto comunicativo.

Além disso, Hernandez (2012) destaca que a empatia com a notícia pode emocionar o leitor por estabelecer vínculos que apresentam experiências humanas. Ainda, o autor intitula que essa associação com o público se chama de “vínculo social”. Assim, a interação entre leitor e a notícia estabelece a identificação com as histórias noticiadas.

Diante do postulado de Hernandez (2012), observamos o quão é importante as suas estratégias por colocar o público atento ao enfoque das notícias. Perante a imparcialidade, o jornal tenta promover a empatia e a afetividade, por outro lado, interrompe qualquer neutralidade do discurso. “Quanto maior a percepção de um desejo de emocionar, mais clara fica a presença do jornal – e das escolhas feitas para o leitor” (HERNANDES, 2012, p. 81).

1.3 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Propomos uma abordagem sobre os estudos teóricos da ACD sob as concepções de alguns teóricos como base para a nossa pesquisa. A seguir, discorreremos sobre a teoria social de Fairclough (2001), apresentando a perspectiva tridimensional do discurso.

Num primeiro momento, certificamos que o discurso é o objeto de estudo da ACD e sua construção linguística está relacionada ao contexto social, visto que a vivência do sujeito está associada ao cenário político, social e cultural em que ele vive, portanto é dessa maneira que o sujeito é visto na perspectiva da ACD. Assim, o cidadão atua ideologicamente e reproduz o discurso orientado aos sistemas teóricos (políticos, morais e sociais) vigentes. Por vezes, seu estudo é pensado como sendo uma teoria ou um método. Para Rojo (2004, p. 206), “é considerada como uma das dinâmicas perspectivas atuais da análise do discurso”. Fairclough (2003, p. 121) aponta a esse respeito: “A ACD, na minha visão, é muito mais uma teoria que um método, ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose [...]”.

A par disso, não é fator primordial para a condução da pesquisa com relação a essa dualidade. O que está posto é o significado de discurso como prática política e ideológica que vai ser o centro da preocupação, uma vez que, onde há relação de poder ou reprodução de injustiça, a ACD vai canalizar em desvelar as práticas hegemônicas nos discursos. Portanto, desvenda situações de assimetria de poder ao aplicar a pesquisa.

Ao investigar as raízes da ACD, encontramos um grupo de pesquisadores da Grã-Bretanha que desenvolveu um estudo acerca da linguagem, em 1970, com o objetivo de saber até que ponto a Linguística poderia auxiliar para os estudos das relações de poder manifestadas por meio dos discursos promovendo as desigualdades. Em 1979, com a publicação da obra *Language and Control*, por Kress, Hodge, Fowler e Trew, a ACD alçou positivamente entre os pesquisadores da linguagem com o foco no estudo do texto e, mais ainda, os conceitos de ideologia e poder. Wodak (2004, p. 17-21) é a representante dessa abordagem que ficou conhecida como Linguística Crítica. A partir de então, supõe-se ser o marco da ACD.

Segundo Fairclough (2001, p. 49), esse fenômeno subestima aos processos de produção e interpretação de textos e passa a dar destaque a eles como produto. Além disso, a unilateralidade é exposta, de modo que os efeitos dos discursos ficam desalinhados para as lutas sociais, bem como as transformações deles no meio social e cultural.

O termo *ACD* foi reconhecido oficialmente a partir da publicação do artigo *Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis*, divulgado em 1985, de autoria de Fairclough, no periódico *Journal of Pragmatics*. O autor expõe dois tipos de discursos: os de abordagem crítica e os de abordagem não críticas. Nesse sentido, a teoria não crítica dispõe de um sujeito passivo diante da estrutura econômica e política, com efeito, recai sobre a linguagem, responsável pela capacidade de modificar os fatos culturais. Como exemplos dessa corrente, incluem-se a Pragmática, a análise da conversação e a Sociolinguística (Fairclough, 2001). Enquanto a teoria crítica defende um comportamento crítico dos envolvidos e, na medida que os problemas sociais surgem, buscam comprometimento para a resolução deles.

A base de nossa pesquisa está direcionada aos estudos do professor e linguista britânico Fairclough (2001), pois seus postulados perpassam as bases das Teorias das Ciências Sociais, como também, principalmente, da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). Na verdade, dedica-se, sobretudo, à pesquisa com o texto, é através dele que o discurso se faz presente com a sociedade. Dessa forma, são questões presentes nas construções hegemônicas da sociedade em uma concepção política dos valores.

Dentre essas bases, situam-se o marxismo e a Escola de Frankfurt, uma vez que, inspirados pelos ideais de Karl Marx, o grupo prima por desenvolvimento de uma teoria emancipatória com pensamento voltado à crítica com proposta a um novo paradigma de análise social. Consequentemente, igualam aos ideais apontados nos estudos da ACD, particularmente quando se ocupa de desvelar situações assimétricas de poder e submissão social.

Os pressupostos de Bakhtin (1997) são vistos como fundamentais para os estudos de Fairclough (2001), graças ao seu conhecimento particular sobre a linguagem, tendo como ponto de partida o enfoque dialógico. Para Bakhtin (1997), o discurso é o seu objeto de estudo e repassa a seguinte definição: “a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística” (Bakhtin, 1997, p. 181). De acordo com o autor, podemos considerar que seu trabalho com a língua se dá de forma abrangente de comunicação.

Nessa perspectiva, é relevante a visão de Bakhtin (1997) para os estudos da ACD por justificar que a dialogicidade presente nos textos contempla a interdiscursividade e a intertextualidade, inclusive nos princípios de linguagem e ideologia, que dão suporte para a discrepância de atos sociais do poder.

O trabalho de Foucault (1972, 1987) se faz relevante com vistas sobre o pressuposto filosófico para o estudo de Fairclough (2001) na perspectiva tridimensional do Discurso. A contribuição de Foucault se destaca pela temática acerca do discurso e poder como ferramentas na mudança social. O autor sugere que, por meio das análises, verificam-se os feitos da comunicação na sociedade. A sua obra *Vigiar e Punir* (1987) destaca-se pelas práticas discursivas utilizadas em diversos locais, tais como, hospitais, escolas e prisões. Sendo de caráter disciplinador, evitando o uso da força física. Nesse ponto, o autor ressaltado certifica:

O que faz o poder se manter, que seja aceito, é simplesmente que não pesa somente como uma força que diz não, mas que, de fato, circula, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso; é preciso considerá-lo mais como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social que como uma instância negativa que tem como função reprimir (Foucault, 2004, p. 8).

A ACD bebe da fonte do Realismo Crítico, que no cerne de sua epistemologia vê o mundo como um sistema aberto com variadas mudanças. Por essa razão, a linguagem perpassa um plano de enfrentamento com reflexões e análises. Em síntese, consideramos haver semelhanças com a proposta de Fairclough (2001) pela possibilidade de conversão das estruturais sociais a partir de evidências apresentadas no campo da investigação, haja vista o entendimento das Ciências Sociais ofertar um arcabouço para análise textual.

Os estudos da LSF, de Michael Halliday, contribuem para a sustentação da perspectiva tridimensional do Discurso de Fairclough (2001) por ser uma teoria que mais relaciona para a compreensão textual. Também a perspectiva de linguagem estudada por ambas as correntes

aponta para uma temática interdisciplinar. Podemos, por fim, considerar que a Gramática LSF é um aporte para o estudo da linguística de texto.

1.3.1 *A perspectiva dos princípios operacionais da ACD*

Descreveremos a proposta da ACD de Fairclough (2001) e sua aplicação para análise de gêneros, uma vez que esses princípios operacionais conseguem dar significância ao uso do discurso como prática social. Portanto, é através dele que imergimos no campo da linguagem em uso para materializar nos textos.

Segundo Fairclough (2001), o discurso é um intermediário entre a linguagem e a prática social em relação dialética com estruturas sociais. Esse processo desencadeia três sugestões: primeiro, o indivíduo pratica ações por meio da linguagem; segundo, há uma relação dialética – o discurso constrói e, ao mesmo tempo é construído pelas estruturas sociais; terceiro, a construção dos textos produzidos, distribuídos e consumidos não são exclusivamente cognitivos, mas há uma preocupação sociocognitivas (Van Dijk; Kintch, 1983) persuadido por discursos e ideologias. A ACD desenvolve teoria e método para demonstrar que a realidade expressa por meio da ação crítica é uma construção social, e não uma verdade integral.

Além disso, o discurso tem poder constitutivo. Fairclough (2001) menciona que, por meio do discurso, o indivíduo constitui processo social, noção adotada de Foucault (1972). Esse processo constitutivo é o poder de construir realidades pelo discurso, a saber: um sujeito pode construir a justiça, a paz, a bondade, bem como, a guerra, a discórdia. Essas construções discursivas passam a ter vidas próprias e passam a serem vistas como naturais. Por conseguinte, a ACD objetiva desconstruir tais naturalizações “buscando evidências de que se fundamentam em ideologias que favorecem interesses ou estruturas sociais específicas” (Meurer, 2005, p. 90).

Em acréscimo, os textos contêm traços e pistas de rotinas sociais complexas, mas os sentidos são muitas vezes naturalizados e não percebidos pelos indivíduos. A LSF, proposta por Halliday (1978), é um contributo para a análise do texto porque analisa elementos léxico-gramaticais encontrados nele. Fairclough (2001) menciona que essas pistas são indícios e rotinas sociais complexas, porém os sentidos são estabelecidos e não percebidos pelos indivíduos, como por exemplo, temos o caso do patriarcalismo em nossa sociedade, em que o homem, em diversos papéis, submete a qualquer trato a figura feminina, visto como percepção machista, e aceito como natural, torna-se como legítimo. O trabalho de Fairclough

(2001) se torna relevante por apresentar pistas linguísticas que comprovem tais complexidades sociais em meio à diversidade textual. O autor ressalta que os textos jornalísticos são visíveis das “agendas ocultas”. Desse modo, a ACD trabalha para apresentar nos textos as pistas que evidenciam os discursos e estruturas sociais sob privilégios de uns em detrimentos de outros. Essa análise conduz a “formas institucionalizadas de ver ou avaliar o mundo (ideologias) e estratégias de preservação de poderes (hegemonias) de grupos dominantes no contexto contemporâneo” (Meurer, 2005, p. 91).

Ademais, os textos são perpassados por relações de poder, uma vez que são imbuídos de poder, e alguns deles podemos encontrar indícios de misoginia. A ACD analisa como o discurso e as relações de poder são representados no mundo através do contexto social. Fairclough (2001) se refere ao “poder hegemônico” no qual a liderança e o domínio estão uns sobre outros. Em virtude desse fato, a ACD contribui para investigar esse poder que envolve a prática discursiva nos processos de produção, distribuição e consumo textual para entender a maneira como são concretizadas no mundo contemporâneo. Para Fairclough (2001), o poder se figura no discurso quando fica evidente marcas linguísticas explícitas, e por trás do discurso, sempre que as ordens do discurso não estão manifestas visivelmente. Na verdade, o comportamento do autor do texto determina o posicionamento diante da profissão, a depender do poder institucionalizado a que pertença. Percebemos a opinião dos fatos no discorrer de uma notícia, que embora deva ser impessoal, por vezes, há mescla entre a produção do texto pelo autor e editor. Salientamos que Fairclough (2001) defende o pensamento de Giddens (1984) ao se referir que cada situação de prática social é coexistentemente coercitiva ou coibidora e capacitadora. Ao passo que ela é sempre repetida ou reforçada, pode também ser refletida e desafiada com direcionamento à mudança das convenções anteriores, de modo que o conhecimento do envolvimento da linguagem nas questões pode contribuir para modificar o exercício das formas de poder.

Outrossim, a ACD privilegia o estudo da interligação entre poder e ideologia. O discurso é uma prática social investida de poder e ideologia, conforme aponta Fairclough (2001), uma vez que as significações sociais sob ponto de vista de um determinado assunto, por exemplo, o patriarcalismo, faz saber que a forma de ver o mundo, desse cidadão, é constituída de representação de recusa na sociedade contemporânea. Ainda assim, seu estigma se manifesta em diversos papéis sociais presentes em grupos. Em outras palavras, o discurso se materializa em textos, cooperando para manter ou modificar as formas de poder. Assim, a ACD desempenha um importante papel para esclarecer os indivíduos de como a linguagem está a serviço da formação ideológica para manter o poder.

Vale salientar também que os textos formam correntes: respondem e podem provocar ou coibir outros textos. Segundo Meurer (2005, p. 93), “os textos são parte de um diálogo em andamento”, isto é, são precedidos por outros e pode provocar outras passagens. Fairclough (2001) classifica a “intertextualidade manifesta”, em que, no texto, evoca-se a outros textos específicos. Nesse contexto, o autor enfatiza que nesses textos permeiam a historicidade das interações entre os indivíduos ou grupos sociais (o autoritarismo imposto). Logo, a ACD tem por função descrever e explicar os textos produzidos para quem, por que e em que circunstâncias de poder e ideologia.

Por fim, a ACD cultiva uma perspectiva emancipatória. Pela linguagem, podemos promover a reflexão dos sujeitos estimulando a importância discursiva na “produção, manutenção e mudança de relações de poder na vida social” (Fairclough, 1989, p. 1). Ainda pela linguagem podemos impulsionar a discriminação, a assimetria das relações de poder, mas podemos também lutar para combatê-las. Nesse sentido, a ACD expressa uma forma de luta pela mudança social através da importância do papel da linguagem como prática social por cooperar para a autonomia de grupos desfavorecidos.

1.3.2 *Uma perspectiva tridimensional do discurso*

Conforme já exposto anteriormente, esta pesquisa adota a linha proposta por Fairclough (2001), refletindo o uso da linguagem como prática social de intervenção sobre o mundo. A seguir, explanaremos a respeito da visão tridimensional do Discurso e, mais adiante, focaremos sobre o modelo tridimensional relatado por Fairclough (2001).

O Discurso como prática considera a linguagem como elemento social. Afinal, por haver uma lacuna nas teorias sociais, Fairclough (2001) introduz um estudo cuja análise do discurso centra-se na mudança discursiva no que concerne à mudança social e cultural. Por essa razão, é relevante citar as palavras do autor, para o qual a sua abordagem tem como objetivo “reunir a análise de discurso linguisticamente orientada e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que será adequado para uso na pesquisa científica e social e, especificamente, no estudo da mudança social” (Fairclough, 2001, p. 90). Dessa maneira, o enfoque é dado para a linguagem, especialmente, o discurso. Nesse contexto, é indispensável discutir dois conceitos que compõem seu nome – *crítica* e *discurso*.

A ACD ultrapassa a leitura conceitual para direcionar a dimensão de denúncias das desigualdades sociais. Ela tem como propósito “desnaturalizar” práticas discursivas e sociais

compreendidas como naturais e normais, e enfatizar o que está nas entrelinhas, particularmente as desigualdades sociais apresentadas pela distribuição irregular do conhecimento e o alcance ao conhecimento, à opinião e à escuta, à possibilidade, às mídias e às tecnologias disponíveis entre os membros da sociedade.

O termo *crítica* aborda a linguagem na concepção ideológica em que a desigualdade social é revelada pela desigualdade de poder, o qual caracteriza toda a análise do discurso. Falcone a esse respeito postula:

Quando estuda o papel do discurso na sociedade, a ACD se centra particularmente nas relações (de grupo) de poder, dominação e desigualdade, assim como na maneira em que os integrantes de um grupo social (atores sociais) os reproduzem ou os opõem resistência através dos discursos (Falcone, 2003, p. 16).

Para a autora, o discurso proferido pela sociedade é objeto de estudo para a ACD, especificamente nas relações de grupo, quanto ao pertencimento ou marginalização, em que há reprodução ou divergência de seus interesses.

Em paralelo, o uso do termo *discurso* por Fairclough (2001) propõe o uso da linguagem como prática social e não como atividade individual ou representação circunstancial. Essa observação resulta implicações. Primeiro, pressupõe ser o discurso um modo de ação, de agir sobre outros. Segundo, implica uma relação entre discurso e a estrutura social, sendo o discurso modificado pela estrutura social, visto que ele é o responsável pelas modificações provocadas pela dimensão da sociedade. Desse modo, o mundo e os sujeitos são moldados pela ação estruturada do discurso.

Fairclough (2001) expõe os efeitos constitutivo do discurso. De acordo com ele: “o discurso contribui para construção de identidades sociais, para a construção de relações sociais entre as pessoas e para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças.” Por conseguinte, cada um desses efeitos corresponde às funções identitária, relacional e ideacional, e os define (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Ainda para o autor:

A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações (Fairclough, 2001, p. 91).

No dizer de Fairclough (2001), a função identitária está relacionada à forma como o discurso determina as identidades. A função relacional diz respeito ao entendimento, bem

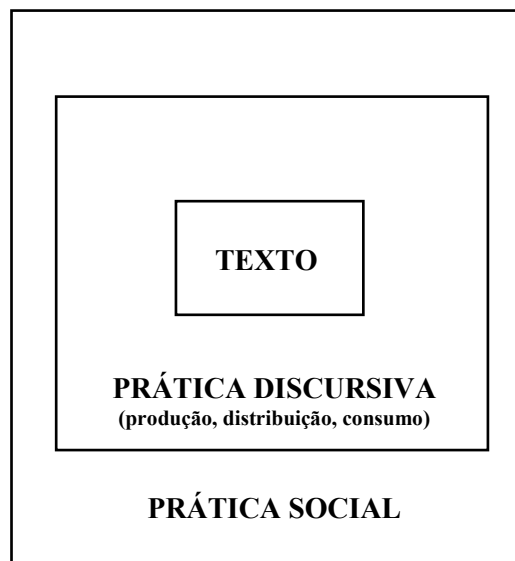
como ao acordo das relações sociais entre os participantes do discurso. E não menos importante, a função ideacional ressignifica como o mundo e seus processos são refletidos nos textos.

1.3.2.1 O modelo tridimensional de Fairclough

A ACD trabalha com um modelo tridimensional do discurso em que o aspecto textual é o ponto e partida para a análise. Sendo assim, recorreremos aos estudos da ACD por inferir que nas notícias podem estar imbricados juízos de valor por parte de seu produtor na construção da representação do feminino, com posicionamento ideológico e/ou político. Portanto, a ACD objetiva descortinar os problemas sociais pelo discurso opacizado.

Podemos considerar que a abordagem tridimensional concebe caminhos possíveis de analisar fenômenos linguísticos e sociais na perspectiva texto, prática discursiva e prática social, conforme ilustra a Figura 2:

Figura 2 – Modelo Tridimensional do Discurso



Fonte: Fairclough (2001, p. 101).

Ao detalhar cada dimensão, observamos que esses níveis de análise são interdependentes e estão em constante interação. As práticas sociais podem influenciar os tipos de discursos que são valorizados ou permitidos em uma determinada comunidade, enquanto as práticas discursivas moldam a maneira como os textos são construídos e interpretados dentro desses contextos sociais. Da mesma forma, as características do texto

podem influenciar as práticas discursivas e sociais, reforçando ou desafiando normas e valores existentes. Essa interdependência significa que uma análise completa e holística dos fenômenos linguísticos e sociais requer a consideração de todas as três dimensões e de como elas se relacionam entre si.

Na *dimensão do texto*, na tradição linguística de Saussure, não há uma base racional para associar um significante específico com um significado específico. Em contrapartida, os estudos da abordagem crítica da Análise de Discurso reconhecem que há razões sociais para estabelecer significantes específicos a significados específicos. Nesse contexto, a análise textual pode ser organizada de acordo com o evento comunicativo em quatro elementos: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Na figura 3, reproduzimos o quadro produzido por Ramalho e Resende (2004) para sistematizar as categorias de análise propostas em discurso e mudança social para cada uma das dimensões de análise do discurso.

Figura 3 – Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional

| TEXTO | PRÁTICA DISCURSIVA | PRÁTICA SOCIAL |
|---|--|---|
| Vocabulário Gramática Coesão Estrutura textual | Produção Distribuição Consumo Contexto Força Coerência Intertextualidade | Ideologia (sentidos, pressuposições, metáforas) Hegemonia (orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas) |

Fonte: Ramalho e Resende (2004, p. 188).

Fairclough (2001) chama de “relexicalização” no que diz respeito ao vocabulário por conter as implicações ideológicas. É interessante notar que estamos lidando com ideias que vão além das características linguísticas do discurso. A descrição do texto exige uma carga intencional por parte de quem escreve e se torna responsável pela seleção das palavras – o léxico; a estrutura frasal – o elemento gramatical se destaca também; a coesão – responsável pela distribuição das ideias por conter uma informação adicional; e por fim, a estrutura – a disposição do texto com elementos multimodais que envolvem a leitura interpretativa que possibilita compreender diferentes fontes de linguagem. Assim, toda seleção linguística e discursiva simboliza uma voz que se reflete de alguma forma em seus interlocutores.

Fairclough (2001) adota a linguagem multifuncional da linguística-funcional de Halliday (1978) como multifuncionalidade e transitividade. Halliday considera, então, a linguagem multifuncional como resultado de três tipos de significados, a saber: ideacionais,

interpessoais e textuais. Assim, a linguagem permite as três funções e as dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo o discurso. Nesse ponto, o discurso contribui, primeiramente, para a construção de identidades sociais e posições de sujeito, para os sujeitos sociais e os tipos de eu. Nesse cenário, estabelece a formação de relações entre as pessoas. Em segundo, o discurso contribui para a formação de sistemas de conhecimento de crença. E em terceiro, o discurso contribui para refletir como a informação é apresentada como nova, e selecionada como tema ou tópico, que nos esclarecem a respeito do que se trata um texto.

Na *dimensão da prática discursiva*, a análise do texto se concentra na camada da interpretação, o ponto de partida é a compreensão do elemento em análise sob o ponto de vista de sua estrutura genérica, ou seja, estrutura enquanto gênero discursivo que, em nossa pesquisa, trata-se do gênero notícia. A análise da investigação envolve o processo de produção, distribuição e consumo textual. Todas as vezes que um sujeito produz uma fala, envolve três áreas. Primeiro, essa análise direciona a força enunciativa (atos de fala – locucionário, ilocucionário e perlocucionário). A coerência, a intertextualidade e a interdiscursividade também são incluídas na análise interpretativa na prática discursiva. Fairclough (2001) propõe que pesquisemos com prudência esses elementos, entendendo que a força enunciativa está ligada ao ato de fala, o qual, por sua vez, produz três atos, a saber: (i) o ato locucionário, de dizer algo, o dito; (ii) o ato ilocucionário, realiza uma ação no mundo de intenção; e o perlocucionário, que está para o mundo dos efeitos de seu dizer. A coerência está ligada à construção de sentidos do texto e à articulação de ideias. A intertextualidade é a influência de um texto sobre outros. E, por fim, a interdiscursividade é a relação entre diferentes tipos de discursos.

Segundo Meurer (2005, p. 101), Fairclough não contempla o estudo do gênero em si, mas destaca “as tensões e as lutas entre diferentes discursos e suas demandas”. Na realidade, concentrou-se mais nas tensões e conflitos entre diferentes discursos e suas demandas dentro de contextos sociais específicos. Fairclough argumenta que os discursos não são entidades isoladas, mas estão interligados em redes complexas de relações de poder e ideologia. Ele enfatiza a importância de examinar como diferentes discursos competem, se sobrepõem ou se complementam em contextos sociais concretos, influenciando e sendo influenciados por estruturas de poder e relações sociais.

O contexto social implicará na maneira como será dado o consumo desse texto, se será no consumo coletivo ou individual. Os consumidores, receptores e ouvintes do texto são determinantes na distribuição que poderá ser de maneira simples ou complexa.

Na produção do que é expresso, o discurso tem o poder de confirmar ou legitimar o que foi proferido. Nessa visão, Fairclough (2001) concebe o contexto de situação como um dos elementos sociocognitivos da produção e interpretação. Portanto, o enunciado é elucidado porque se considera haver uma inter-relação entre pistas e recursos dos membros.

Ocupa lugar, nesse ponto, entender o papel do propósito comunicativo no reconhecimento dos gêneros como um dos conceitos-chave na compreensão, interpretação e uso de categorias. Na perspectiva de Swales (1990, p. 58), o gênero “compreende uma classe de eventos comunicativos cujos membros compartilham certo conjunto de propósitos comunicativos”. Isso significa que os gêneros não são apenas formas fixas de comunicação, mas sim padrões reconhecíveis que surgem em resposta a necessidades específicas de comunicação em determinados contextos sociais.

Bhatia (1993) acredita que o gênero na sua natureza e na sua construção se caracteriza pelas finalidades comunicativas que pretende atingir, embora seja motivado por fatores como: conteúdo, forma, audiência, mídia ou canal. A par disso, há gêneros que atendem a conjuntos de propósitos comunicativos, tal como as notícias, que tanto podem informar e orientar como formar a opinião pública. Nesse sentido, a finalidade comunicativa está relacionada ao que os gêneros desempenham na sociedade, reconhecendo-se, porém, que sua finalidade não é necessariamente única e predeterminada. Os produtores do gênero ou controladores de sua produção e circulação têm objetivos específicos de atores sociais dentro desse universo no conjunto de propósitos comunicativos realizados por um gênero, por exemplo, ao lado dos propósitos socialmente reconhecidos.

Por outro lado, reconhecendo que os gêneros, introduzidos como tais em práticas sociais complexas, não são produzidos de forma neutra e indiferente, é possível falar em intenções públicas e intenções escamoteadas, como diz Bhatia (1993), com alusão aos objetivos dos produtores ou “controladores” da produção de gêneros e setores, como a mídia, por exemplo. Assim, “intenção” não se refere ao texto em si, mas sim a um simples conceito psicológico do intento comunicativo de atores e grupos sociais. Na verdade, o propósito comunicativo não deve ser considerado como a “intenção” do autor ou escritor. Não se deve tomar conta da intencionalidade porque nunca é uma questão individual, mas social. Desse modo, as finalidades comunicativas, assim como a própria composição e utilização dos gêneros, se estabelecem em práticas sociais específicas, que variam em conformidade com as circunstâncias culturais definidas.

Os propósitos comunicativos mantêm o protagonismo fundamental na pesquisa dos gêneros textuais, destacando as funções sociais dos gêneros, sejam eles aplicados a modelos

tradicionais ou em processo de transformação, emergindo em bases já conhecidas ou com multimeios propiciados pelo surgimento de novas tecnologias.

Na *dimensão da prática social*, o discurso passa a ser visto como uma ação social com relações de ideologia (pressuposições, metáforas, coerência) e da hegemonia de poder, ocupando-se de uma análise explicativa. Logo, a linguagem é vista como prática social, não só reproduz como também transforma as tais práticas.

Em relação à ideologia, Fairclough (2001) considera o conceito de Althusser (1958), mas com algumas restrições no que se refere ao sujeito, visto como um aparelho ideológico do estado (instituições como a família, a religião e a educação), em outras palavras, inapto à ação diante da ideologia dominante. Em contrapartida, Fairclough (2001) considera que a ideologia aponta para sujeitos que não são passivos. Segundo o autor:

Os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre diversas práticas ideológicas a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre o sujeito “efeito” ideológico e sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação (Fairclough, 2001, p. 121).

Sob essa ótica, Fairclough (2001) declara que a prática discursiva está incurta ideologicamente para manter ou reestruturar as relações de poder. O autor se apropria da concepção de hegemonia de Gramsci (1978), como também da visão da evolução das relações de poder como luta hegemônica e define também o processo.

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento (Fairclough, 2001, p. 122).

Nesse ponto, concordamos com o autor que a noção de hegemonia monopoliza o foco da mudança discursiva e social. Assim, essa dominação está manifestada nas formas econômica, política e ideológica.

O “trabalho ideológico” (Fairclough; Wodak, 1997) nas práticas discursivas é percebida pela representação da “realidade”. Tornam-se naturalizadas e atinge o *status* de

senso usual, mas essa característica ideológica sólida e estável não deve ser muito enfatizada, porque a mudança aponta para a luta de concepções que a dimensão da prática discursiva promove, incluindo a percepção de que alguns textos trazem o silenciamento de posicionamento de conceitos.

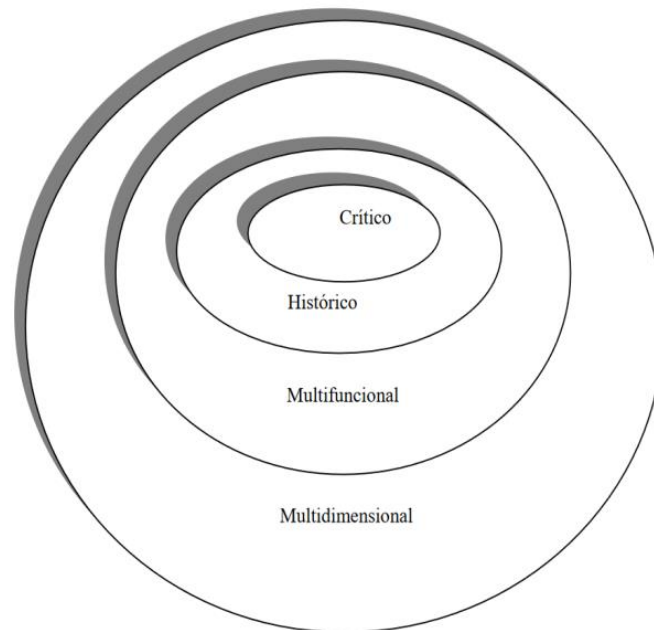
Assim, as mudanças sociais marcam um novo rumo para o discurso em consonância com as realidades histórica e cultural da época ou que ocorrem. Em outros termos, a mudança no discurso em relação à mudança social proporciona uma nova ideia entre as ordens de discurso e a prática discursiva.

Fairclough (2001) propõe um método analítico que identifica 4 (quatro) diferentes cenários. Gomes (2013) discorre sobre cada um deles:

- (i) O método deve ser multidimensional. Por isso, sua proposta é tridimensional: texto, prática discursiva e prática social;
- (ii) O método deve ser multifuncional. Isso explica porque o linguista parte da teoria sistêmica de Halliday combinada aos estudos de Foucault;
- (iii) O método deve ser histórico. Por essa razão, tornam-se fundamentais em sua teoria, como categorias analíticas, a intertextualidade e as ordens de discurso; e, por fim,
- (iv) O método deve ser crítico. Isso explica a necessidade de revelar que a linguagem é opaca. É preciso desvelar as estratégias linguísticas que sustentam ou mudam a dominação. Ao fazer ver o que não é transparente na linguagem, o analista intervém na realidade que pode inclusive sofrer mudanças (Gomes, 2013, p.35).

Para melhor ilustração, a figura 4 expõe um diagrama produzido por Gomes (2013) para apresentar o método de análise discursiva a partir dos critérios mencionados de acordo com o pensamento de Fairclough (2001).

Figura 4 – Condições favoráveis para o método de análise tridimensional



Fonte: Gomes (2013, p. 36).

Gomes (2013) sistematiza no diagrama exposto a utilidade do método de análise tridimensional, criando uma visão mais compreensível desse método de análise discursiva com possibilidade real para um estudo. Segundo Fairclough (2001), uma investigação nesse ponto de vista requer, além da análise do texto, a prática discursiva e a prática social, ou justamente, por isso, entender o discurso a partir de diferentes funções. Além disso, a linguagem condiciona o sujeito a interagir com o ambiente e com outros indivíduos. Finalmente, pensar em um discurso por diferentes dimensões resulta uma atitude crítica em relação à sua construção e à construção do sujeito.

1.3.2.2 A reestruturação do modelo tridimensional do discurso

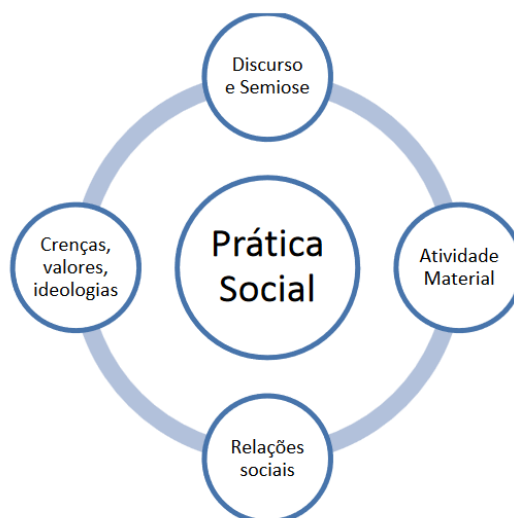
A abordagem tridimensional do discurso proposta por Fairclough (1989) foi reestruturada. O estudioso, em coparticipação com Chouliaraki, em 1999, propôs uma nova representação que não contradiz o quadro tridimensional, porém fortalece o papel da prática social ao passo que torna o discurso como parte integrante. Há uma transição de concepção de linguagem como prática social (Fairclough, 1992, p. 90) para a concepção de “linguagem como parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos da vida social” (Fairclough, 2003, p. 3).

A contribuição do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996) é fundamental porque encontra novas bases para a reestruturação do arcabouço teórico da ACD. Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 28), Harvey (1996) reconhece a relevância do trabalho socialmente transformador do discurso. Além do mais, esse autor defende que o discurso é um momento de prática, entre outros, e identifica os seguintes: relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/valores, instituições/rituais e, entre eles, o próprio discurso. Uma das observações significativas deste pesquisador é que cada momento absorve outros sem ser redutível a nenhum deles. Assim, “o discurso é tomado como um elemento da prática social que tanto constitui outros elementos como é constituído por eles, em uma relação dialética de articulação e internalização” (Costa, 2016, p. 30).

Entendendo que práticas particulares representam diferentes elementos da vida social, chamados *momentos da prática*, Chouliaraki e Fairclough (1999) adequam o que Harvey (1996) descreveu em: discurso, atividade material, relações sociais (representadas aqui por meio de relações de poder e lutas hegemônicas, por estabelecer, manter e transmutar essas relações) e fenômeno mental (leia-se crenças, valores e desejos). Assim, observamos que nessa nova perspectiva, o discurso é percebido como um momento de prática social juntamente com os outros três de igual importância.

A Figura 5 demonstra essa nova proposta de análise dos momentos da prática social.

Figura 5 - Momentos da prática social



Fonte: Resende; Ramalho (2006); Resende (2009)

A figura 5 ilustra a recombinação dos elementos que podem ser transformados a depender de um momento (articulação interna) ou momentos de uma prática (articulação

externa), nota-se a possibilidade de ocorrência resultante dessas articulações, de uma mudança discursiva ou social. O discurso é tido como momento orgânico e irreduzível das práticas sociais que envolve a semiose/linguagem em articulação com os demais momentos das práticas: fenômeno mental, relações sociais e mundo material.

O aparato semiótico é um elemento produzido que compõe o texto para dar significância decisiva na análise. O discurso e a semiose, na notícia, são entendidos como uma força propulsora quando se menciona as questões femininas, em que certos posicionamentos concebem uma construção naturalizada nas relações sociais (homem e mulher) por conter traços ideológicos e constitui como elemento crítico para os casos de violência brutal (a atividade material), que desencadeia na sociedade pernambucana machista, com altos registros de taxas no período pandêmico, de acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021)².

Nesse contexto, a prática social representa o que de fato as pessoas fazem efetivamente na sociedade, baseadas em crença, valores e ideologia, bem como o modo das relações sociais entre homens e mulheres estão construídas, comprovando que há dependência de assimetria e diferenças de poder.

Mais adiante, Fairclough (2001) tomou como esteio a teoria sistêmico-funcional para representar as funções do discurso. Esse novo plano direciona o encadeamento entre as metafunções de Halliday (1978) e os conceitos de discurso, gênero e estilo, nomeando, como relocação das funções apresentadas por Halliday (1978), três tipos de significados: o representacional, o identificacional e o acional.

A figura 6 simboliza de maneira ordenada essa nova representação a partir da comparação entre a proposta de Halliday (1978), a primeira intervenção de Fairclough (2003).

² Disponível em: <https://ambfeminista.org.br/wp-content/uploads/2022/07/2022-Dossie-VCM-2022-FMPE-com-reivindicacoes3.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2022.

Figura 6 – Quadro comparativo das Perspectivas de Halliday e Fairclough

| LSF (Halliday, 1991) | | ACD (Fairclough, 1992) | | ACD (Fairclough, 2003) |
|-------------------------|---|---------------------------|---|---------------------------|
| F. Ideacional | → | F. Ideacional | → | S. Representacional |
| F. Interpessoal | → | F. Identitária | → | S. Identificacional |
| | | F. Relacional | → | |
| F. Textual | → | F. Textual | → | S. Acional |

Fonte: Resende e Ramalho (2006, p. 61).

Nesse novo olhar, Fairclough (2003) apresenta a função textual com o propósito de apontar informações carregadas nos textos com seus significados acionais. O mesmo autor acredita na estrutura global do texto como objeto de análise, e não unicamente dispor do enunciado, como propôs os estudos de Halliday (1978).

1.4 LETRAMENTO SOCIAL

O tema sobre letramento tem despertado o interesse de pesquisadores sobre sua importância como prática social, uma vez que compete a essa práxis a possibilidade de acesso à cidadania, pois uma pessoa letrada é capaz de se instruir por meio da leitura e a escrita de acordo com as demandas sociais.

Na presente seção, apresentaremos um estudo teórico a respeito das concepções relevantes de letramento que fundamentam o ensino de Língua Portuguesa na atualidade. A princípio, discutiremos sobre as três concepções teóricas acerca do letramento: Novos Estudos do Letramento, cujos representantes são Brian Street, Magda Soares e Ângela Kleiman; a Pedagogia dos Multiletramentos, pautada nos estudos de Bill Cope, Mary Kalantzis e Roxane Rojo; e os Novos Letramentos, por meio dos estudos de Colin Lankshear e Michele Knobe. Ainda nos debruçaremos em falar sobre a educação midiática de maneira crítica como requisito para a formação do cidadão e para o fortalecimento da democracia.

1.4.1 O marco inicial do letramento o Brasil

A palavra *letramento* foi traduzida, no Brasil, por volta de 1980 e se originou da Língua Inglesa *literacy*, que tem como conceito “a condição de ser letrado” (Soares, 2004, p.

35). Conforme Soares (2004, p. 35), uma pessoa letrada é aquela que desenvolve habilidades para ler e escrever em contextos sociais de linguagem. Na pedagogia, letrado é aquele que é capaz de usar diferentes tipos de material escrito.

Devido aos comentários das altas taxas de repetências e analfabetismo no Brasil, Ferreiro e Teberosky (1986) propuseram um novo olhar com relação ao processo de leitura e escrita de uma criança, para além da problemática de alfabetização. Por essa razão, posteriormente, o termo letramento foi representado por refletir além dos estudos linguísticos, uma preocupação com o uso social da leitura e escrita. Portanto, essa prática consiste no desenvolvimento das habilidades a serem utilizadas para ler e escrever no contexto das práticas sociais.

A essa compreensão, iguala paralelamente os preceitos dos estudos de Freire (1989, p. 9), em que o educador afirmou que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”. O autor propôs uma compreensão mais reflexiva que vai além da decodificação da palavra. Dessa forma, aumenta o repertório cognitivo visando habilitar o indivíduo para organizar seu discurso sobre a apreensão do mundo. Nesse caso, Freire (1989) tornou-se o precursor do termo *Letramento*. Para ele,

Inicialmente, me parece interessante reafirmar que sempre vi a alfabetização de adultos como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo, como um ato criador. Para mim seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-be-bi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro de palavras, de sílabas ou das letras (Freire, 1989, p. 13).

Soares (2004) e Kleiman (2003) reconhecem que há diferença entre alfabetização e letramento. Ambas evidenciam que o processo de letramento se refere aos usos, às práticas e aos significados da língua dentro e fora do contexto escolar, enquanto o período de alfabetização aborda o processo de aquisição de códigos.

Assim, compreendemos que a alfabetização é o processo inicial das habilidades alfabéticas e ortográficas, ao passo que o letramento se refere a algo mais amplo. Na verdade, um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado. Logo, letrado é aquele que além da técnica da leitura escrita, responde adequadamente às demandas sociais dessas habilidades.

1.4.2 Novos Estudos do Letramento (NEL) ou Teoria Social do Letramento

A concepção da Teoria Social do Letramento tem como seu maior expoente o professor e antropólogo Brian Vincent Street. O autor sugere o termo Letramentos Sociais, no plural, por haver associação com as práticas de leitura e escrita na forma cultural e ideológica no campo público. Desse modo, *letramentos* se relaciona a todas as práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita em uma determinada sociedade, sendo variáveis de um grupo social para outro (Street, 2014).

O termo “novo” se originou por uma mudança de paradigma voltado para uma época em que se pensava em um modelo baseado em habilidades cognitivas, o qual Street (2014) intitulou “Letramento Autônomo”, uma vez que esse protótipo teórico apresenta raízes radicais no que concerne à perspectiva voltada apenas para as habilidades técnicas da escrita. Portanto, o autor reconhece o poder ideológico do letramento imbricado nas relações de poder com significados nas interações sociais.

É notória a percepção de Street (2014) porque ele afasta a visão da habilidade “neutra” para assegurar o letramento como uma prática ideológica por meio da escrita e da leitura, respeitando a cultura do indivíduo, visto que uma pessoa não alfabetizada pode participar ativamente, de forma direta ou indireta, em diversos meios culturais em que a escrita seja a condição dominante. Nessa concepção, a neutralidade é excluída nesse campo para projetar o foco por concepções filosóficas envolvidas em relação de poder.

Conseqüentemente, o modelo de letramento autônomo atua na completude em si mesmo, não há interação do produto por si só, configura-se como completo, apenas se firma pela logicidade interna apresentada ao conteúdo escrito e a oralidade não é agente reformulador da linguagem.

O autor critica o referido modelo por uma divisão no cerne do processo com expressões comuns como “grau de letramento”, “nível de letramento” ou “baixo letramento”, estabelecendo uma padronização entre as categorias citadas em que grupos desenvolverão as competências e habilidades cognitivas desejáveis relativas à leitura e à escrita. Diante disso, o letramento autônomo classifica o indivíduo por suas capacidades cognitivas, posicionando-os em uma pasta divisória de acordo com o resultado apresentado.

Tal abordagem, segundo Street (2014), é revelada nas avaliações em rede com alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, participantes das políticas públicas governamentais, que incluem os concursos públicos, ENEM e provas externas com testagem individual dos

seus conhecimentos. Em função dessa operação, a compreensão leitora versa pela sondagem exclusiva de suas capacidades cognitivas.

Em contraposição ao letramento autônomo, Street (2014) reconhece a natureza do Letramento Ideológico com referências culturais e históricas de grupos sociais. Para ele, o termo ideológico “[...] indica bem explicitamente que as práticas sociais letradas são aspectos não só da cultura, como também, das estruturas de poder” (Street, 2014, p. 172). Ainda segundo o autor, há uma preocupação com o letramento no sentido de socializar os indivíduos para a construção da prática social das instituições das quais fazem parte, tanto as instituições pedagógicas, como a escola, mas também, com as instituições sociais, como a família e a sociedade.

Street (2014) resgata as concepções de modelo autônomo e ideológico, assim como suas implicações sobre o método educacional do professor e escritor brasileiro Paulo Freire. A posição freiriana assume positivamente o letramento como algo benéfico porque concebe a escrita como prática social, definida por ideologia, pertencente ao quadro cultural, como também o situa pela interação entre os sujeitos permeados por textos.

Corroborando a mesma abordagem Kleiman (1995) se refere ao postulado de Street sobre os efeitos do Letramento em vantagem aos contextos sociais culturais. Para a autora, o que importa são os impactos dos elementos sociais, tais quais: o ambiente, as relações interpessoais, bem como o nível de instrução do indivíduo de um determinado grupo.

Outra observação proposta pelos teóricos dos NEL reporta aos eventos e práticas de letramento. Quanto às práticas de letramento, “... se coloca num nível mais alto de abstração e se refere igualmente a comportamento e às conceitualizações sociais e culturais que conferem sentido aos usos da leitura e/ou escrita” (Street, 2014, p. 18). No que concerne aos eventos de letramento, correspondem às atividades individuais em que o letramento desempenha uma função com atividades repetidas.

Segundo Soares (1998), os eventos e práticas de letramento nascem pela necessidade da vida profissional e pessoal e que estão vinculados às demandas grupais e pessoais. A autora considera que os eventos de letramento atuam entre os participantes com seus processos de interpretação, quer seja em uma interação pessoal, com mediação oral, quer seja em uma interação à distância. Segundo ela, a distinção entre eventos e práticas de letramento é de cunho metodológico.

Ao trazermos essa perspectiva do letramento como fenômeno social acreditamos que tanto as práticas quanto os eventos de letramento são medidas que os pesquisadores descrevem para entender os usos e significados que a escrita e a leitura detêm nos diversos

grupos sociais em que os indivíduos estão engajados e as repercussões no setor educacional, social e político de tais usos e sentidos para os participantes em seus grupos.

Para usar o termo *Letramentos* no plural, Street (2014) pontua que, no protótipo ideológico, visibiliza-se a diversidade de letramentos, ao constatar que fazemos parte de diferentes ambientes da atividade humana (igreja, escola, família, trabalho etc.), nos quais circulam uma diversidade de gêneros e textos escritos. Nesse contexto, é fundamental que o professor de Língua Portuguesa adeque atividades com gêneros que façam parte do cotidiano dos alunos, de modo que esse procedimento faça sentido com o uso da linguagem, evitando textos categorizados pela classe dominante.

A concepção dos NEL se restringiu aos textos escritos, ou seja, são textos permeados pela força da linguagem escrita com relevância a todos os usos sociais interligados a ela. Dessa forma, são construções do modo de ser e viver regidos por atividades sociais.

Com a chegada da tecnologia, tornou-se necessária a inclusão dos meios digitais articulados com a linguagem escrita. Graças ao desenvolvimento da informação é preciso projetar um olhar para além do convencional quando se diz respeito à linguagem. Segundo Kleiman (2014),

[...] o texto digital, com suas combinatórias de diversas linguagens com modos específicos de significar; a constatação do aumento progressivo da presença da imagem no texto em que antes predominava a linguagem verbal; e o interesse em estudar essas mutantes formas de comunicação definiram, em 1996, para o chamado “New London Group” (Grupo de Nova Londres), um novo objeto de estudo, os multiletramentos (Kleiman, 2014, p. 81).

Explanaremos como se aplica essa concepção na seção a seguir.

1.4.3 Pedagogia dos Multiletramentos

Num dado momento em que o letramento está voltado para a linguagem verbal, surge, então, a necessidade de repensar a inclusão de diversas formas de interação do Letramento com mais dinamismo. Por esse motivo, a proposta da pedagogia dos multiletramentos fica evidente ao apresentar um método ou abordagem de ensino que ofereça argumentos que torne a participação do indivíduo mais efetiva na vida social, política e econômica. Assim, dois aspectos precisam ser notados: a multiplicidade semiótica e a multiplicidade de práticas culturais com que a escola tem que se envolver.

O Grupo de Nova Londres, entre 1995 e 1996, foi o responsável pela demanda dos estudos acerca dos multiletramentos, publicando um manifesto intitulado *A Pedagogy of Multiliteracies (Uma Pedagogia dos Multiletramentos)*. Num primeiro momento, esse manifesto abre espaço para que as escolas se apropriem dos novos movimentos progressistas atrelados à base linguística e cultural diversificada evidentes internacionalmente. Dessa forma, passa a existir a multiplicidade de canais de comunicação e o crescimento da linguagem humana.

A Pedagogia dos Multiletramentos concebe que a mente humana esteja integrada aos contextos sociais, culturais e materiais e seu conhecimento esteja atrelado com outras habilidades, contextos e interesses de uma mesma população (Cope; Kalantzis, 2013). Nessa visão, os autores propõem uma pedagogia como uma complexa integração de quatro fatores: prática situada, instrução aberta, enquadramento crítico e prática transformada.

Rojo (2012) explana que a prática situada é a parte da pedagogia em que os aprendizes vão desenvolver habilidades que fazem parte de sua cultura baseada em suas origens e experiências. A instrução aberta tem por objetivo permitir que os alunos consigam cumprir tarefas complexas sozinhos e que tenham consciência do que está sendo aprendido. O enquadramento crítico objetiva conectar os sentidos ao que é proposto socialmente. E, por fim, a prática transformadora revela a necessidade de retomar ao começo, a teoria se torna uma prática refletida. Logo, os alunos se distanciam das práticas de concepção de letramentos convencionais que privilegiavam a memorização e a reprodução do que recebiam dos professores.

A Pedagogia dos Multiletramentos visa ao desenvolvimento da capacidade de agência na construção de sentidos, com sensibilidade para as diferenças, mudanças e inovações, o que a torna uma pedagogia mais “produtiva, relevante, inovadora, criativa e capaz de transformar a vida” (Cope; Kalantzis, 2013, p. 2).

Ao trabalhar na perspectiva dos multiletramentos, faz-se necessário que o professor prepare um cenário de novas práticas de letramentos, possibilitando o contato com diversos textos, especialmente de cultura local, considerando também que, no ciberespaço, há abertura para críticas, pois é um cenário para acesso das múltiplas linguagens presentes. Nesse contexto, muitos gêneros estão dispostos na esfera digital, cooperando para integrar um currículo voltado ao público jovem conectado ao mundo digital.

1.4.4 Novos Letramentos

Knobel e Lankshear (2007) asseguram que os estudos dos Novos Letramentos estão relacionados ao funcionamento das Tecnologias Digitais da Informação (TDIC). Os Novos Letramentos abrangem a nova identidade (novo *ethos*) que está inserido nas práticas letradas contemporâneas. Os autores publicaram, em 2007, estudos usando o termo “Novos Letramentos” em oposição aos “Letramentos convencionais”. O crescimento pela visão dos Novos Letramentos permite adequar o digital com o crítico possibilitando o desenvolvimento reflexivo do aluno, além disso, reflete as relações de poder existentes, propiciando mudança social em seu meio. Portanto, os participantes dessa prática não só constroem sentidos, mas também dispõem potencial de liberdade para transformar a realidade com dinamismo.

Na perspectiva dos Novos Letramentos, os artefatos digitais são projetados de maneira sistemática e funcional para além de sua competência, saber buscar e usar reflexivamente a informação para promover o aprendizado. Na verdade, os sujeitos buscam resolver problemas com interação, evidenciando o aprender a ser mais do que que o aprender sobre. Nesse contexto, a tecnologia não é supremacia diante do aprendizado, nem tampouco se apresenta como prejudicável (Knobel; Lankshear, 2007).

Frente ao exposto, é indispensável que o professor ofereça condições aos alunos usar de forma significativa os gêneros discursivos próprios da cultura digital com proposta de trabalhos com textos significativos. Sendo assim, o professor orienta o aluno a expandir o que está por traz do texto, propiciando a relação no âmbito individual (o que representa para o aluno), comunitário (o que representa em seu bairro ou país) e no cenário mundial (o que representa em outros países). Em suma, o docente pode dispor de estratégias de atividades mais avançadas e diversas para caminhar para uma prática mais colaborativa, mútua e mais disseminada, conseqüentemente, que viabilize seu conhecimento e transforme o meio em que vive.

É oportuno lembrar que a nova versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC,2017) versa para o ensino da Educação infantil e do Ensino fundamental a garantia de dez competências gerais, tanto cognitivas como socioemocionais, que devem avançar ao longo do ciclo da educação básica (Brasil, 2017). Dentre elas, encontram-se as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs). Em conformidade com a Base, o aluno é convidado a usá-las de forma crítica, ética e expressiva nas práxis do cotidiano, tais como, acessar as informações, transmiti-las e aplicá-las em diversos contextos, assegurando a resolução de problemas.

Pautados nos estudos dos Novos Letramentos, os autores dessa concepção acreditam na importância das formas de analisar o contexto sob a inclusão do letramento digital por trazer um novo olhar com as demandas mundiais. Só assim, torna-se expressiva a articulação do letramento digital com o crítico, ocasionando o crescimento do senso crítico do aluno. Portanto, o discente torna-se capaz de construir condições necessárias para conhecer, analisar, bem como contestar as relações de poder existentes em seu ambiente, com intenções a fomentar a mudança social.

Acreditamos que as três concepções de letramento contribuam de forma eficaz porque há similaridade e foco entre elas, que é a compreensão do letramento como prática social, tendo em vista as mudanças históricas e a transformação pela qual a sociedade vem passando. Na concepção dos NEL, Street (2014) assegura que a escrita tem caráter social e evidencia que o letramento tem sentido de socializar o sujeito para a construção da prática social para combater a dominação de poder existente na sociedade. Com relação à Pedagogia dos Multiletramentos e dos Novos Letramentos, constatamos uma breve equivalência dessas concepções. A primeira, organiza sua base na multissensibilidade e na multiculturalidade; A segunda, engloba esses dois aspectos, acrescentando as TDICs juntamente com a nova identidade (novo *ethos*) para agregar a dimensão operacional, cultural e crítica.

1.4.5 O Letramento Midiático e a Educação

A educação midiática continua a ser um grande desafio no controle escolar. Numa sociedade progressivamente tecnológica, o letramento midiático simboliza um estímulo notável para adquirir habilidade e conhecimentos críticos para uma melhor utilização dos meios de comunicação social, além disso, é uma possibilidade para desenvolver a liberdade de expressão e o direito à informação e fomentar a cidadania.

Castanheira *et al.* (2023, p.37) atestam que “o termo letramento midiático abrangeria a capacidade de compreender as mensagens transmitidas pela mídia em sua totalidade”, ou seja, não só a capacidade de compreender os componentes linguísticos, como também a gramática da mídia e os meios utilizados para construir sentido. Corroboramos ao pensamento dos autores que os textos midiáticos (orais, escritos e imagéticos), funcionam como veículos de informação e conhecimento.

Num primeiro momento, o contexto atual em que os meios de comunicação social estão em constante evolução e tem uma influência significativa, visto que permite aos jovens e adultos tornarem-se cidadãos responsáveis críticos e informados. Portanto, compreender o

funcionamento da mídia, bem como identificar a manipulação de informações, faz-se entender os impactos causados na sociedade.

A educação midiática é um contexto de estudo com propostas e pilares presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que tem como propósito principal sensibilizar os indivíduos sobre os diferentes tipos de mídias existentes, que tem relação com muitas outras plataformas comunicacionais além da internet, como por exemplo, os jornais, suporte que compõe o objeto dessa pesquisa.

Ao apresentar vários textos de notícias sobre a violência contra a mulher, trabalhamos para formar cidadãos mais aptos a refletir sobre informações, promover discussões respeitadas entre pessoas com diferentes pontos de vista, permitir maior liberdade de expressão, desenvolver análise crítica, bem como potencializar o processo de ensino-aprendizagem.

Outro salto qualitativo são as competências gerais da educação básica propostas pela BNCC, no que se refere a cultura digital, como destaca a competência geral 5:

Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas (BRASIL, 2017, p. 20).

Neste contexto, é necessário lembrar que a integração das tecnologias digitais na educação não consiste apenas em utilizá-las como meio ou suporte para promover a aprendizagem ou para despertar o interesse dos alunos, e sim, utilizá-la para edificar o conhecimento com e sobre o uso dessas TDICs.

Reconhecemos a importância da cultura midiática em sala de aula nas turmas da EJA para que os alunos não sejam alvo de notícias falsas, as chamadas fakes News. Na prática é possível realizar diversas atividades com base nos objetivos de aprendizagem e nas habilidades específicas, conforme apresentamos nas oficinas, direcionando o trabalho através leituras, interpretação das informações, rodas de conversa e debate, de forma que estimule o hábito de questionar a informação em vez de simplesmente consumi-la, e consequentemente contribuindo para formar leitores mais conscientes.

Diante desse fato, a quantidade de informação de que dispusemos tornou um tema cada vez mais necessário entre os profissionais da educação. A consideração dessa questão no processo ensino-aprendizagem é significativa para impedir a desinformação, especialmente em corpos de violência feminina.

1.4.6 Leitura, um Processo Crítico Transformador

Dentro do campo letramento, faz-se necessário destacar a importância da leitura enquanto um elemento crítico transformador.

Através do conhecimento linguístico, do conhecimento do texto, como também do conhecimento de mundo, o leitor tem a possibilidade de construir o sentido do texto (Kleiman, 1992). Nessa perspectiva, a leitura torna-se um processo interativo e ativo, na medida que estimula o raciocínio e aperfeiçoa a análise interpretativa.

Com esse cenário, quando se ler ocorrem diversas ligações no cérebro que permitem desenvolver o raciocínio. Nesse sentido, a interpretação dos textos é uma das chaves principais da leitura, atuando para o desenvolvimento da criatividade, da comunicação, da imaginação, como também, no avanço da criticidade.

Falar de leitura, neste trabalho, é falar de uma ação que transforme a vivência do leitor e do mundo nos espaços educacionais. Para que se concretize se faz necessário estabelecer uma interação entre o texto e o leitor, no nosso caso, consideramos o diálogo com o gênero textual notícia para embasar o recurso do dialogismo, conforme Solé (1998, p. 24), diz que esse modelo interativo de leitura gera no leitor/a uma série de expectativas ao entrar em contato com o texto. Essa perspectiva se consagra na ampliação de possibilidades para a formação de leitores que estimule a leitura crítica dos estudantes.

Ler com criticidade é aportar uma opinião social frente a fatos postos na sociedade, e caso contrário, provoca uma desvantagem no cidadão/ã. Para Solé (1998, p. 32) “é imprescindível para agir com autonomia nas sociedades letradas”. Dessa forma, é necessário que o aluno haja com interferência em busca de mudanças, estando este inserido em um processo de leitura vinculado a um projeto de transformação social.

Fatos não faltam na sociedade, e estudá-los com o gênero notícia proporciona uma experiência mais ampla com textos veiculados no cotidiano. Posto isso, a notícia colabora para o entendimento dos textos de forma crítica, com vistas a tornar leitores proficientes. Considera-se esses textos por estar presente no dia a dia na maioria das pessoas, com objetivo de repassar informações importantes para a interação social.

De acordo com Lage (1990, p. 26) “a relação da eficácia da notícia é preferível o uso coloquial porque admite maior aceitação e mais rapidez na fruição e ressalta que o emprego formal, dá-se por motivo político das normas gramaticais vigentes”. O autor elucida a eficiência da comunicação, o registro coloquial necessário para a aceitação social, entretanto, a valorização de regras precisa ser seguida por questão de valorização. Como resultado, a

linguagem jornalística consiste na fusão de regras e expressões ligadas tanto no estilo coloquial, quanto no estilo formal.

Com referência ao processo de comunicação destacamos o uso referencial por se tratar de algo exterior ao emissor, aplicando o uso de 3ª pessoa na condução dos fatos. Assim Lage (1990), esclarece que:

Sendo construção retórica referencial, a notícia trata das aparências do mundo. Conceitos que expressam subjetividade estão excluídos: não é notícia o que alguém pensou, imaginou, concebeu, sonhou, mas o que alguém disse, propôs, relatou ou confessou. É também axiomática, isto é, se afirmar como verdadeira: não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses (Lage, 1990, p. 25).

Desse modo, o autor declara que o referencial citado está voltado para o mundo objetivo, exterior ao processo de comunicação e que a notícia pode sensibilizar, provocar conformismo, gratificar, bem como tornar-se reflexivo por parte dos leitores.

Fairclough (2001, 2003) sugere que a leitura esteja situada nas práticas do discurso social, ou seja, que os textos estejam relacionados com as práticas sociais nas quais os sujeitos estão inseridos. Uma vez que os textos, como discursos, fornecem uma estrutura de ideia que são posteriormente distribuídas e consumidas, conforme Ramalho e Resende (2004, p. 188) sistematiza em seu modelo tridimensional. Neles é possível encontrar a intenção de uma notícia, construída a partir do comentário de um jornalista ou da legenda de uma fotografia colocada de acordo com o interesse de quem a produziu e não de seu autor.

Isto constata que os textos não são exatos porque os editores os reduzem de acordo com a intenção de produção. A exemplo temos a manchete do anexo B, que diz ‘Cassiane muda clipe após ser acusada de romantizar violência doméstica’. O fator textual, no aspecto gramatical, por exemplo, a voz passiva designou uma sugestão discreta do comportamento do autor. Em termos de vocabulário, é possível identificar que o verbete presente “romantizar”, possa corresponder a idealização de uma situação corriqueira, como remetesse a cantora a uma concordância da prática de violência doméstica.

Os textos podem mudar fatos sobre o contexto da organização humana, tais como: conceitos de religião ou família. Esses pontos são compreendidos por meio da intertextualidade porque é o local onde se faz a inferência durante a leitura. Conferimos que a referida notícia impõe uma crítica sob a ótica religiosa. A intertextualidade está relacionada a existência de um texto bíblico alinhado ao diálogo entre contextos e ideologia.

É o espaço em que o leitor traz outras leituras à consciência do que está agora diante dele, pois “intertextualidade é basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos” (Fairclough, 2001, p.114).

Acreditamos que leitores buscam leituras que confirmem suas crenças e leituras que reforcem suas conveniências. “A leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através da nossa prática consciente” (Freire, 1989, p.13). Assim Paulo Freire esclarece o processo de leitura global que envolve o leitor de forma didática dependendo da maneira como o sujeito lê ou relê.

Tanto Freire como Fairclough defendem a promoção de um despertar que não reside apenas na realidade avaliativa do tempo formativo do sujeito, mas deve começar neste momento e estender-se a todas as experiências futuras. O período escolar deve proporcionar a todos a oportunidade de submeter os fundamentos do conhecimento humano à leitura crítica e autônoma. Assim, devemos ensinar não só o que lê o que é proposto, como também aquilo que amplia o que é oferecido para possibilitar revisões no presente e no futuro.

CAPÍTULO II: GÊNERO FEMININO: SUPERANDO O PATRIARCALISMO

Entre as principais transformações ocorridas na família brasileira contemporânea estão a crescente igualdade entre homens e mulheres, a distinção entre sexualidade e reprodução e a mudança no modelo de autoridade parental. A violência contra as mulheres deixou de ser um assunto privado e alcançou maior visibilidade pública.

As reflexões sobre esse tema são de extrema importância, fazendo com que os cidadãos questionem a taxa de crescimento de violência de gênero, uma vez que obriga a legisladores, especialistas da área concentrarem-se a formular políticas públicas sobre a relevância do problema. Assim, direcionam alternativas que possam reduzir a elevada taxa de morbidade e mortalidade e buscar formas de superá-la.

Segundo Pessoa (2006) a violência não pode ser considerada como um ato isolado, mas como um fenômeno histórico-social de uma complexidade de causas presentes em todas as classes sociais, visto que há estudos que comprovam que ocorrem no contexto das relações domésticas, porém não se limita ao lar. De modo que sua origem pode revelar-se através de diferentes formas (física, patrimonial, psicológica e sexual).

O patriarcado e as relações de poder que atingem mais as mulheres é resultante em violência ocorrida também nos espaços públicos e entendida como qualquer comportamento tendo por base o gênero feminino e “resulte em dano, constrangimento, morte, limitação sofrimentos de vários tipos ou perda patrimonial” (Johas, 2020, p. 108) e está “presente em todas as sociedades e em todas as classes sociais, independentemente do nível de educação ou de renda, etnia ou raça.” (Medeiros, 2005, p. 102).

De acordo com Santos e Pasinato (2005), o modelo patriarcalista da sociedade é o responsável pelas agressões sofridas pelas mulheres no decorrer dos anos, seguido por um pensamento coletivo que enaltece o ser masculino em posição de superioridade e a mulher em lugar de inferioridade.

Diante disso, resulta numa concepção de objetificação da mulher, enquanto posse do homem. Consequentemente há indução para que haja diferentes níveis de hierarquia no meio social propiciando a predominância masculina nas instâncias políticas e de poder sobre o gênero feminino.

O feminicídio é a última instância de violência que uma mulher sofre pelo fato de ser mulher. O Brasil é um dos países que mais mata o gênero feminino e ocupa o 5º lugar no rank mundial de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).

Avançamos em campanhas de incentivo as denúncias, como também na implantação de comitês de enfrentamento a violência doméstica (Alencar *et al.*, 2020), por essa razão o Dossiê PE (2022) sugere que seja criado um pacto entre as esferas municipal, estadual e governo federal que englobe a implantação de uma política de atenção às mulheres vítimas de violência doméstica. Dessa forma, sejam elaboradas medidas de proteção “que tenha força de lei, que abranja a prevenção, o acolhimento, a atenção, a proteção e as medidas integrativas e que tenham caráter multidisciplinar” (Pernambuco, 2022, p. 52).

Mesmo mediante aos avanços conquistados, são necessárias alterações de pensamentos estruturais que fundamentam as relações de gênero na sociedade e na cultura. Uma vez que é cabal a consolidação do discurso machista que reforça o argumento de naturalizar a violência contra a mulher. Tem-se, assim, o consentimento de ações violentas do homem, corroboradas nesse simbolismo arraigado em torno da supremacia masculina.

Bourdieu (2002) ressalta que é comum entre as pessoas dominantes apresentarem como universal sua maneira particular de ser, fato justificado o quão forte é a autoridade masculina. Dado que a ordem social, mediante a divisão social do trabalho ratifica as características diferentes para os dois gêneros. Assim, “as disposições (habitus) são inseparáveis das estruturas (...) que as produzem e reproduzem, tanto nos homens como nas mulheres” (p. 27) e a “violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante” (p. 23).

Com relação à gênese do habitus feminino na nossa sociedade e as condições para a sua concretização, Bourdieu (2002) defende que tudo contribui “para fazer da experiência feminina do corpo o limite da experiência universal do corpo-para-o-outro, incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros” (p. 39). Esse olhar é definido pelo autor não como um meio universal de objetivação, mas como um poder simbólico, “cuja eficácia depende da posição relativa daquele que percebe e daquele que é percebido, e do grau em que os esquemas de percepção e apreciação postos em ação são conhecidos e reconhecidos por aquele a quem se aplicam” (p. 40).

O autor destaca que a dominação masculina exerce pressão sobre os próprios dominantes, mas com consequências diferentes. Dado que os homens sempre podem se privilegiar de alguma forma, como diz Marx citado por Bourdieu (2002, p. 42), “dominados por sua dominação”. Frente ao exposto de violência feminina, sucederam os movimentos feministas que procuram, dentre outros aspectos, afastar a mulher do plano de subordinação em relação ao homem e, por consequência desnaturalizar a sua condição de subserviente,

lesada, açoitada, desmontando a apresentação de algo comum e típico a situação de ser mulher.

No Brasil, especificamente na década de 1980, o país estava passando por uma transição política do regime da ditadura para o regime democrático, e os estudos sobre a violência contra a mulher tornaram-se visíveis. As pesquisas indicam como se desenvolvem as relações homem/mulher, naquele momento, especialmente apresenta como o poder masculino tem subjugado a mulher.

De acordo com Santos e Pasinato (2005) as principais correntes teóricas podem ser elencadas para explicar esta relação, destacando basicamente três principais: A primeira, diz respeito a dominação masculina, que considera a condição “ser mulher” inferior à condição do “ser homem”. A segunda corrente, enxerga a violência como consequência do patriarcado. E a terceira, aborda as noções de dominação masculina e vitimização feminina.

Dessa forma, encontramos diversas práticas (re) conhecidas, naturalizadas nesta área de violência. E frequentemente, a presença do patriarcalismo, coloca-se a culpa na mulher com a legitimação da violência explicada pela sua conduta como “mereceu” o abuso, em que há campos minados de deturpação, discriminação e silêncio.

2.1 DADOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO PERÍODO PANDÊMICO EM PERNAMBUCO

Em razão do isolamento social, mecanismo o qual a comunidade científica adotou para reduzir o aumento dos casos do novo coronavírus, o SARS Covid-19, observou-se um aumento significativo dos quadros de violência doméstica (Alencar *et al.*, 2020). Os dados apresentados por Alencar et al. comprovam que a violência no cenário mundial aumentou desde o período da quarentena. No Brasil, despontou inúmeras agressões seguindo o mesmo temor dos países atingidos.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil em 2019, período que antecede a pandemia de COVID-19. O Dossiê PE (2022) menciona que

Houve uma redução de 17,3% dos assassinatos de mulheres se comparado à 2018. Entretanto, neste mesmo ano houve crescimento de 35,2%, em relação a 2018, do registro de Mortes Violentas de Mulheres por Causa Indeterminada (MVCI). É possível que as investigações por parte do sistema de segurança estejam falhando (Pernambuco, 2022, p.17).

O Dossiê PE (2022) lança outro dado revelador sobre o assassinato de mulheres negras que está entre o percentual elevado correspondendo a 66% em 2019, mostrando um requintado andamento de genocídio em nosso país.

Com relação ao Estado de Pernambuco, o Atlas de Violência (IPEA, 2021) “registrou o assassinato de 209 mulheres em 2019 eram negras, correspondendo à 4,3 mulheres assassinadas por 100 mil mulheres, acima da média nacional (4,1)”. Em vista disso, interpretamos que em todo o Brasil, grande parte dos assassinatos em Pernambuco, envolveu a raça negra.

De acordo como o Dossiê PE (2022) ainda não há dados oficiais sobre assassinatos de mulheres durante a pandemia do SARS Covid-19, no Brasil, entre os anos 2020 e 2021, embora pesquisadores declaram que houve um aumento significativo nesse período. É oportuno lembrar que a violência contra a mulher é estrutural e não é algo novo. O isolamento social no período da pandemia é apenas uma agravante (Alencar *et al.*, 2020) e não é motivo gerador da violência.

Segundo a 9ª edição da Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, realizada pela Pesquisa DataSenado e do Observatório da Mulher contra a Violência, em 2021, apresenta que o vínculo do agressor com a vítima à época da agressão são marido ou companheiro, ex-marido ou ex-companheiro, namorado e ex-namorado. (Brasil, 2021, p. 13). Desta forma, devido ao vínculo ser próximo ao agressor que durante a pandemia passou a conviver por mais tempo com a vítima.

Nesse contexto estatístico, apresentaremos os dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH, 2020), do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), coletados a partir das ligações do Disque 100, que mostram os registros de denúncias e violações contra mulheres em PE, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 – Número de denúncias e violações contra grupos vulneráveis no Estado de Pernambuco em 2020

| GRUPO VULNERÁVEL | DENÚNCIAS | VIOLAÇÕES |
|--|------------------|------------------|
| Violência contra as mulheres | 1.062 | 4.853 |
| Violência doméstica e familiar contra mulheres | 11.393 | 12.240 |

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Na tabela acima é possível notar a alta do número quando se trata especificamente das denúncias de violências doméstica e familiar, além do aviltamento do número de violações

cometidas/denunciadas no estado durante o contexto pandêmico. Conforme dados do Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN), a tabela abaixo expressa o quantitativo de notificações de violência interpessoal em Pernambuco.

Tabela 2 - Notificações de violência interpessoal em Pernambuco por tipologia em 2020 e 2021

| Tipo de violência | Total em 2020 | Total em 2021 |
|--------------------------|----------------------|----------------------|
| Física | 7.732 | 5.375 |
| Psicológica/moral | 2.982 | 2.481 |
| Sexual | 1.898 | 1.424 |
| Outra violência | 3.067 | 1.943 |

Fonte: Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN).

A denúncia de violência contra as mulheres em Pernambuco foram as maiores em 2020, com queda significativa no ano seguinte. Dada a observação de que os registros de notificação em 2021 foram menores. Assim, é possível destacar o grave fator de subnotificação afetado pela pandemia do SARS Covid-19. Consolidando a nossa discussão e reforçando a necessidade da proteção das mulheres no que diz respeito ao gênero das vítimas de violência no cenário da pandemia, a maioria eram pessoas do gênero feminino, conforme indica a tabela seguinte.

Tabela 3 - Notificações de violência interpessoal/autoprovocada em Pernambuco por gênero

| Gênero | Total de notificações em 2020 | Total de notificações em 2021 |
|---------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| Feminino | 11.403 | 8.261 |
| Masculino | 4.279 | 3.316 |

Fonte: Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN).

Ressalta-se que, em 2021, houve uma redução acentuada nas notificações relacionadas ao gênero das vítimas de violência em Pernambuco em comparação ao ano anterior, o que permite certificar a subnotificação de casos de violência no contexto da pandemia. De acordo com os dados compilados pelo Ministério, a maioria dos casos de violência contra as mulheres durante a pandemia foi perpetrada por familiares, nomeadamente entre pais, mães e filhas/os, com segue.

Tabela 4 - Número de violações cometidas na relação do suspeito com a vítima do sexo feminino no contexto pandêmico em Pernambuco

| RELAÇÃO SUSPEITO E VÍTIMA | NÚMERO DE VIOLAÇÕES EM 2020 | NÚMERO DE VIOLAÇÕES EM 2021 | NÚMERO DE VIOLAÇÕES EM 2022 |
|--|--|--|--|
| Pai/mãe | 1.111 | 997 | 1.743 |
| Filho/a | 1.085 | 1.156 | 1.447 |
| Marido/esposa | 715 | 555 | 515 |
| Companheiro/a | 651 | 534 | 602 |
| Irmão/ã | 269 | 331 | 510 |
| Ex-companheiro/a | 336 | 362 | 336 |
| Ex-marido | 295 | 189 | 82 |
| Padrasto/madrasta | 136 | 124 | 195 |
| Ex-namorado | 93 | 76 | 95 |
| Namorado/a | 70 | 56 | 83 |
| Ex-esposa | 04 | 04 | 73 |

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

De acordo com a tabela elaborada pelo Ministério de Educação por meio da ONDH, o número de violência contra a mulher no estado foi o maior no âmbito doméstico.

De acordo com o Dossiê PE (2022) se faz necessária a articulação de diversas políticas públicas na área da saúde, educação, segurança e assistência social que permitam ações que atuem as desigualdades de gêneros, raça e de classe, interferindo na posição machista presente na sociedade patriarcal, de forma que promova o empoderamento feminino e garanta assistência qualificada às pessoas em situação de violência.

O documento é fruto do conjunto de movimentos feministas de PE que busca acompanhar os casos de violência contra as mulheres que ocorreram no período da pandemia. O grupo estava revoltado com a omissão do Estado com a intensidade da violência resultando na elaboração do dossiê a publicação da notícia de violência doméstica do ex-secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, conforme apresentamos no Anexo H, levando em dúvida a concepção política do então governo liderado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Fica evidente que a articulação reivindica “A implantação de uma Política de Atenção integral às Mulheres em Situação de Violência elaborada e pactuada entre as duas esferas de governo – municípios e Estado –, que tenha força de lei, que abranja a prevenção, o

acolhimento, a atenção, a proteção e as medidas integrativas e que tenham caráter multidisciplinar” (Pernambuco, 2022).

CAPÍTULO III: A EJA E O PROCESSO EDUCACIONAL EM PROL DA EMANCIPAÇÃO

O percurso histórico da EJA contribui para termos um diagnóstico, ao longo do tempo, das transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram as diferentes épocas do país. Esse contexto resulta subsídios para uma suscita análise do caminho dos sujeitos pela educação brasileira que trabalham e batalham para sobreviver de acordo com suas condições de vida (alimentação, transporte, moradia, saúde, trabalho, etc) das quais pode ser o fator gerador para a causa do analfabetismo.

Os sujeitos da EJA incorporados ao mundo de carência de direitos em busca de sua inserção na sociedade, são pessoas que supostamente não dispõem de familiares com histórico de escolaridade, ou que, na maioria dos casos, tenham familiares profissionalmente bem-sucedidos, conforme observo, na prática por lecionar por mais de 20 anos com esse grupo.

Refletir a inclusão social da EJA é uma condição indispensável para garantir o direito desse público a escolarização ampla, como também a profissionalização. É necessária uma práxis na EJA que possibilite a sua inclusão como indivíduos de direitos, consonância com a resolução do art. 4º da Declaração Mundial sobre Educação Para Todos³, ao revelar que os grupos excluídos não devem ser discriminados ao acesso às oportunidades educacionais (UNESCO, 2015).

A EJA vista sob a perspectiva histórica é um campo de resistência, pois supera muitas dificuldades para garantir e legitimar direitos educacionais e sociais, de forma que faz jus um estudo para investigar os motivos para tais exclusões. A comunidade social e cultural a que pertencem são os mesmos, isso é um fator presente na “história da sua educação do que a indefinição, imprevisão e diversidade de atores, de ações, espaços e intervenções” (Arroyo, 2005, p. 33). Segundo o autor, historicamente, os sujeitos da EJA "são os mesmos: pobres, desempregados, na economia informal, negros, nos limites da sobrevivência", e seu "nome genérico", "oculta essas identidades coletivas".

Os direitos sociais dos sujeitos da EJA devem ser reivindicados para que seja devolvida a identidade que lhes foi negada geração após geração. Nesse ínterim, uma conjectura educacional com perspectiva de inovação pedagógica possibilita moldar a realidade dos sujeitos. Conseqüentemente o âmbito escolar coopera para haver centralidade da

³ Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>> Acesso em: 24 abr. 2024.

experiência da cultura do universo de valores dos alunos e educadores nos processos de aprendizagem que precisam ser aprofundadas mediante as novas teorias pedagógicas.

A EJA precisa ser pensada de forma pública e democrática, contudo ultrapassa da reconfiguração do sistema escolar, impulsionando o respeito e o diálogo sobre o sistema e seus alunos. Ou seja, projeta para uma prática pedagógica aberta ao diálogo entre professores e alunos, por meio de suas histórias, de forma que o aprendizado se torne mais humano nessa modalidade. Portanto, para além de suas vidas truncadas, é urgente tecer suas trajetórias humanas, melhor dizendo, abordar o processo de inclusão escolar com o intuito imbricado com o social.

3.1 PERFIL DOS ALUNOS DA EJA

Ainda é comum a percepção de que a educação de jovens e adultos tem apenas o objetivo de reaver o tempo perdido daqueles que não puderam concluir em tempo regular, entendida como se fosse restaurar uma dívida social. Observamos ser corriqueiro entre os professores esse olhar, conforme preconizava as diretrizes curriculares. No entanto, devemos excluir essa visão de escola se quisermos contribuir para a formação voltada para a emancipação e cidadania. Nessa perspectiva podemos notar que:

A visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos na fase adulta, após um tempo afastada da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória nessa fase da vida é bastante peculiar. Protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. Homens e mulheres que chegam à escola com crenças e valores já constituídos (Brasil, 2006, p.4).

Ir além dessa visão escolarizada significa entender a fundo quem são esses sujeitos, que geralmente vêm do subúrbio, com diferentes estilos de vida, origens, idades, experiências de trabalho, como também ritmos de aprendizagens diversificadas. Dado que corresponde a personalidade de cada aluno que vivem no mundo adulto do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com formação ética e moral, constituídos desde a experiência, o seu meio e de suas realidades em que estão incluídos (Brasil, 2006, p. 05).

Arroyo (2017) afirma que Paulo Freire pode contribuir para nos afastar da visão escolarizada desses seres sem o ensino básico concluído, mas percebê-los como seres assujeitados pelo meio. Salientamos que para Freire, os oprimidos não são indivíduos solitários, e sim, coletivos; cidadãos públicos, raciais, de gêneros, e discriminados como

pessoa coletiva. Para Arroyo (2017) a educação trabalha com alunos individuais como se fossem uma “ilha”, contudo o professor enfatiza que somos “educadores de coletivos”. Conseqüentemente, nós, professores, também, necessitamos nos identificar como tal.

Para Vieira Pinto (1982, p. 83), o aluno da EJA “é um sujeito adulto membro da sociedade ao qual cabe a produção social e reprodução da espécie, é um trabalhador trabalhado, a este, a sociedade determina as condições e possibilidades materiais, econômicas e culturais de seu trabalho.” Assim, a condição de analfabeto ou semianalfabeto não impede a realização de seu papel social, e nesse sentido, a falta de uma educação formal não é visto por ele como fator decisivo em sua vida, considerando que a escolarização possibilita fundamentos para se inserir da política nas esferas da sociedade. Desta maneira, a educação formal sugerida pela sociedade permite que ela ocorra em níveis culturais mais elevados, cumprindo, na realidade, uma reivindicação econômica. Logo, Vieira Pinto referencia:

O menosprezo pela educação dos adultos, a atitude condená-los; definitivamente ao analfabetismo (parte de sua profunda imoralidade) incide no erro sociológico de supor o adulto é culpado de sua própria ignorância. Não reconhece que o adulto não é voluntariamente analfabeto, não se faz analfabeto, senão que é feito como tal pela sociedade, com fundamentos nas condições de sua existência. [...] O estado de ignorância relativa no qual se encontra é um índice social. Revela apenas as condições exteriores da existência humana e os efeitos dessas circunstâncias sobre o ser do homem. Não significa que se trate de um de indivíduos mal dotados, de preguiçosos, de rebeldes aos estímulos coletivos, em suma, de atrasados (Vieira Pinto, 1982, p. 84).

Não podemos deixar de referenciar o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire e sua abordagem sobre sujeito e a educação de adultos. Valendo-se do pensamento marxista – o homem como produto histórico-cultural – para compreender a falta da liberdade e a maneira de alguns vivendo de forma marginalizada pela sociedade, Freire apresenta a importância e a necessidade de uma pedagogia dialógica de libertação dos oprimidos, em oposição à pedagogia da classe dominante.

Nesta pedagogia, valoriza o homem livre, cabendo à educação o papel de libertá-lo de sua opressão, em outras palavras, a educação como ferramenta para a igualdade social, de forma a tornar o sujeito autônomo, conscientizando-o em seu lugar na sociedade, dessa forma, a liberdade e a autonomia são os fundamentos do método de Freire.

A opressão é um efeito danoso de que as pessoas tenham sido alvo de poder crucial na sociedade ou grupos sociais. Na verdade, pode estar relacionado aos sistemas sociais, nos quais de forma arbitrária, violentam a consciência crítica do povo. Por isso, a luta pela

liberdade, pela desalienação da classe dominadora pode tornar um sujeito consciente da realidade, reprovando a perpetuação dos atos de exploração e injustiças.

O trabalho do educador Freire desenvolve uma pedagogia voltada para a classe oprimida, visto que estes consigam sua emancipação e torno do pensamento crítico. Portanto, o processo de letramento já direciona à politização do indivíduo no seu papel social.

É preciso que as competências do diálogo, da escuta e da doação façam parte da prática docente. Nesse sentido, enfatizamos a educação libertadora que Freire evidencia a práxis que conduz a uma ética pedagógica, democrática, política e libertadora, que é contrária à “educação bancária, conteudista” em que o homem tem sua voz silenciada e negada porque seu foco maior era manter a hegemonia de classe.

Arroyo (2013) nos alerta não apenas para a superação da tradição conteudista como também considera a necessidade de constituir formas de qualificar os professores no seu trabalho, na sua prática e na valorização dos seus conhecimentos. Dentro dessa linha de pensamento, Paulo Freire já nos provoca a pensar na educação no ambiente escolar, o ensino da cidade e no campo, como também as metodologias, os currículos e nos orienta mediante o surgimento de dúvidas decorrentes do nosso esforço diário no mundo da educação.

A política pública da EJA requer ações efetivas por parte do poder público para oferecer uma educação libertadora que realmente prepare os indivíduos para serem cidadãos críticos. Por essa razão, investir na formação do docente, bem como proporcionar uma gestão participativa possibilita a consolidação por melhorias no aprendizado mais consistente. Dessa forma, considerar a EJA é pensar em rechaçar a desigualdade social e garantia de direitos na constituição brasileira.

Na seção seguinte, pretendemos traçar um percurso político-histórico da EJA, a partir da constituição de 1988, especialmente em Pernambuco, como também discorreremos a importância da educação emancipadora para instruir para o exercício da cidadania.

3.2 REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

De acordo com o Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2008), A EJA é um espaço que considera diferentes vivências e experiências. Homens, mulheres, jovens, adultos, idosos, brancos, negros, trabalhadores ou desempregados partilham o espaço em busca de melhores condições de trabalho, ou simplesmente sua inserção social e econômica por meio da educação formal.

Procuramos descortinar partindo da história da educação de jovens e adultos, a começar compreender as políticas públicas pedagógicas aplicadas no país, exteriorizando o quão significativas, cada uma em tempo, para o desenvolvimento da educação no que se repercute à alfabetização e ao senso crítico dos envolvidos.

A aprovação da Constituição Federal Brasileira de 1988 garante a todo o cidadão o direito à educação. Nota-se que o direito constitucional ao acesso permanente à educação não é garantido apenas aos jovens mas também aos adultos brasileiros. No caput do art. 205 da Constituição Federal de 1988, define-se que a educação é dever do Estado e a família com a cooperação e incentivo da sociedade visando pleno desenvolvimento do indivíduo, sua preparação para a cidadania e sua formação profissional. Assim, compreendemos que há uma corresponsabilização da sociedade para a implementação de ações que possibilitem o acesso e permanência de jovens e adultos na escola.

Nesse momento, o Estado, de certo modo, priorizou a EJA e lançou estratégias educacionais para erradicar o analfabetismo. Com efeito, a Carta Magna determinou um prazo de 10 anos para erradicar essa ausência de habilidade de leitura escrita no país. Assim a educação não era vista como uma força de trabalho para servir a elite, mas como uma intenção qualificadora para o trabalho.

Essas ideias se opõem à ideologia da camada dominante que mantinha a educação para sustentar a população como forma de buscar seus próprios interesses. Por essa razão, as ideias marxistas fundamentadas na dominação de classe e no capitalismo foram ferozmente combatidas (Ventura, 2011).

Freire ao assumir a Secretaria de Educação em São Paulo, entre 1989 e 1991, criou um método chamado MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos) pelo qual buscou intensamente organizar e unir a sociedade na luta contra o analfabetismo no país, assegurando aos participantes à escolaridade, combatendo o preconceito.

Paralelamente a esse período, surge no cenário mundial a Conferência de Jomtien (1990), as nações do mundo afirmaram a “Declaração Mundial sobre Educação para todos” o plano de ação para satisfazer as necessidades básica de aprendizagem, conforme Unicef Brasil (1990). O Brasil se comprometeu com os preceitos do acordo enfatizando a redução gradual do índice de analfabetismo que crescia no país. Dessa forma, criaram programas e projetos para erradicá-lo e desenvolver a educação com vistas para a promoção de um futuro com novas oportunidades, acesso à informação e garantia de direitos civis.

Nessa conjuntura, o governo de presidente Fernando Collor de Melo fomentou um projeto e sua ênfase estava na alfabetização e no empoderamento dos cidadãos através da

educação básica. Dessa forma, foi instituído o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) que atenderia crianças, jovens e adultos, inclusive deficientes. Este programa tinha os seguintes objetivos, de acordo como o Art. 1º do Decreto:

I - oferecer sugestões com vistas à formulação de diretrizes para a concepção da Política e do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania; II - identificar iniciativas e projetos de alfabetização, em curso, visando à articulação das ações neles contidas; III - propor critérios para alocação de recursos públicos para os planos e projetos de alfabetização de entidades públicas e privadas integradas ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania; IV - aprovar o regulamento de concessão do Diploma do Mérito Nacional de Alfabetização (Brasil, 1990).

Madeira (1992) afirma que o PNAC visava reduzir o analfabetismo em 70% em 5 anos e universalizar a educação básica. É oportuno lembrar que a Constituição de 1988, em seu artigo 214, & 1º, já previa a elaboração do plano Nacional de Educação (PNE) que visa suprimir o analfabetismo.

No tocante à EJA, o PNAC pretendia não apenas promover a alfabetização mas também “garantir a continuidade dos estudos aos egressos de programas especiais de alfabetização” (Brasil, 1991, p. 26), matriculando-os no ensino regular de educação. A dinâmica de alfabetização requeria participação da sociedade civil em geral por meio de representações municipais, estaduais e nacional (comissão Nacional do PNAC), porém alguns recursos foram liberados sem a supervisão da comissão, muitas vezes sem atenção real na alfabetização.

Com efeito, o ministro de educação vigente, José Goldenberg, solidificou a falta de interesse do governo na alfabetização de jovens e adultos em 1991. Deixou claro e um trecho de sua entrevista ao *Jornal do Comércio*, em 12 de outubro, como mostra Di Pierro:

O adulto analfabeto já encontrou seu lugar na sociedade. Pode não ser um bom lugar, mas é o seu lugar. Vai ser pedreiro, vigia de prédio, lixeiro ou seguir outras profissões que não exigem alfabetização. Alfabetizar o adulto não vai mudar muito sua posição dentro da sociedade e pode até perturbar. Vamos concentrar os nossos recursos em alfabetizar a população jovem. Fazemos isso agora, em dez anos, desaparece o analfabetismo (Goldenberg, 1991, *apud* Di Pierro, 2000, p. 100).

Devido às mudanças na presidência da república, logo após o impeachment do presidente Collor, o vice-presidente, Itamar Franco assumiu seu lugar. Em seu governo foi proposto um programa educacional conhecido como o “Plano Decenal de Educação para

Todos”, 1993, que de acordo com o seu documento base, atendia “ao dispositivo constitucional que determina eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental nos próximos dez anos” (Brasil, 1993, p. 14). Em 1994, com as Diretrizes da Política Nacional da Educação de Jovens e Adultos foram elaboradas ações para serem implementadas em longo prazo, sem especificidades sobre a prática do trabalho pedagógico.

Em 20 de dezembro de 1996, a lei n. 9.394 estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1996), a nova LDB determina em seu artigo 37 que “Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas” e que “O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si”. No entanto, não há menção à formação desses alunos.

Cabe destacar que em 1996 a Emenda Constitucional nº 14/1996 (MEC 14/1996) que institui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), exclui das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, o artigo que responsabilizava o governo e a sociedade civil por erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental num prazo de dez anos. Outrossim, por causa do veto do presidente, impediu a EJA de receber recursos federais. Por isso, direcionou ao descumprimento da garantia constitucional da gratuidade do ensino nessa modalidade, em algumas localidades.

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997, manteve a descontinuidade da política educacional até então vigente e criou o Programa Alfabetização Solidária (PAS) com a finalidade de reduzir os índices de analfabetismo de jovens e adultos, particularmente na faixa etária de 12 a 18 anos, e oportunizar a oferta pública da EJA Di Pierro (2000).

De acordo com Traversini (2003), os alfabetizadores adequavam o texto à realidade dos alunos e discutiam assuntos considerados importantes para a comunidade. Assim, podia-se dizer que havia uma semelhança entre o PAS e o conceito de Freire. No entanto, o Programa apresentava falhas significativas, como, o desenvolvimento por módulos, operação com investimentos por parte do ensino superior, empresas e instituições privadas, rotatividade de professores alfabetizadores, muitas vezes leigos, sem formação acadêmica, atrasos nos pagamentos, entre outros problemas.

Na primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PAS foi substituído pelo Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado pelo Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) implantou o programa com ênfase na garantia da alfabetização de jovens, adultos e idosos.

No site do MEC, Brasil (2018, np) consta o seguinte sobre o Programa:

O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos.

Nesse contexto, o Programa tem como propósito abrir caminhos para a cidadania e estimula o interesse pela educação com o objetivo de eliminar o analfabetismo de jovens com 15 anos de idade ou mais, como também os adultos e idosos. O documento da Secretaria Nacional do Cadastro Único (SECAD) denominado “Princípios, diretrizes, estratégias e ações de apoio ao PBA: elementos para a formação de coordenadores de turmas e de alfabetizadores” (Brasil, 2011, p. 7) declara que um dos principais objetivos do PBA seria “o acesso e a permanência desses jovens e adultos nos processos educativos”.

O PBA teoricamente volta à concepção de Freire, posto que o professor considera o processo de alfabetização uma prática de habilidade contígua à dialogicidade, o conhecimento de mundo dos alunos, bem como a perspectiva do envolvimento de seu público a uma “aprendizagem significativa, compreendendo a escrita como patrimônio sociocultural e o processo de alfabetização em estreita relação com a vida dos sujeitos” (Brasil, 2011, p. 9). O presente documento da SECAD salienta:

Desta forma o processo de alfabetização deverá contemplar: a escrita da língua portuguesa e a matemática a partir de uma abordagem que considere as relações das práticas cotidianas vivenciadas nos diversos contextos sociais; as práticas de leitura considerando diferentes linguagens, valorizando aspectos relacionados à diversidade cultural e ao mundo do trabalho, garantindo a apropriação de conhecimentos e direitos que contribuam para o exercício da cidadania (Brasil, 2011, p. 9).

É oportuno lembrar que consta no anexo 1 do documento, os conteúdos mínimos para a formação dos alfabetizadores e encontram-se os conhecimentos resultantes das contribuições de Freire para a alfabetização de adultos.

De acordo com Rummert, Ventura (2007) o PBA tornou uma tentativa fracassada de redução de milhões de brasileiros de analfabetos no século XXI. A evidência são os 300 milhões aplicados entre 2003 e 2005 com redução apenas de 0,3%.

As autoras afirmam que o PBA não considera o contexto econômico e cultural dos jovens e adultos. Esse fato, com efeito contrapõe o documento que delimita as diretrizes,

princípios, estratégias e ações de apoio do Programa (Brasil, 2011). Em vista disso, não podemos certificar que na prática foi favorável à pedagogia freireana, em razão pela qual Freire (1987) advoga um saber embasado em experiências e vivências dos alunos.

Os empenhos para combater o analfabetismo no século XXI ainda resultam “mantendo uma parcela significativa da população à margem do processo de escolarização, substituído por mecanismos de certificação” (Rummert; Ventura, 2007, p. 41). Em vista disso, comprova outra desigualdade associada à proposta de Freire, que acreditava na educação que os alunos não fossem motivados para obter um diploma, mas que lhes assistissem a tornar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres na sociedade.

O PAS foi suspenso no governo de Michel Temer, em 2016, bloqueando associações com novos parceiros, como também o cadastramento de novos beneficiários e alfabetizadores voluntários. Todavia, em 2017, o PBA foi retomado com proposta para atender 250 mil alunos, sem sofrer mudanças significativas em sua estrutura a (Brasil, 2019; Zappellini, 2017).

Salientamos também que, no ano de 2019, no governo de Jair Messias Bolsonaro, o MEC estabeleceu por meio do Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, a política Nacional de Alfabetização, por intermédio do governo federal, com a participação do Distrito Federal e dos municípios, que “implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional” (Brasil, 2019).

De acordo com o decreto em seu artigo 1º, a Política abrangerá “as diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal” (Brasil, 2019), atendendo crianças desde a educação infantil até jovens e adultos na EJA ou sem matrícula no ensino formal. Contudo, as crianças são as privilegiadas.

Destacamos que nos últimos anos, os governos do Brasil têm priorizado o equilíbrio orçamentário. Desta maneira, têm-se feito cortes orçamentais em áreas fundamentais como a educação, tais medidas intensificam e dificultam a implementação, avaliação e melhorias para as ações de alfabetização de jovens e adultos.

No contexto estadual pernambucano, no seio da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular (NUPEP)⁴, nasce o Fórum⁵ da EJA. O NUPEP contribuiu decisivamente

4 O NUPEP é uma instância pedagógica criada no Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pela professora Maria Herlinda Borges em 1987 e institucionalizado em 1988; que, desde 1994, está sediado no Centro de Educação, da mesma Universidade, passando a ser coordenado pelo Prof. João

para o estabelecimento de uma plataforma de Educação de jovens e adultos por meio de programas que incluem pesquisa, formação e divulgação, bem como participação em programas federais.

Segundo a Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio (PNAD), de 2013, o país apresentava índices alarmantes de analfabetismo representando quase 9% da população e com foco na região nordeste com 16,6% que engloba a maior taxa. Com uma política de combate a essa situação e da subescolarização que assolava os brasileiros, o movimento Fóruns EJA de Pernambuco nasceu em 1990 “como expressão da sociedade civil organizada para o controle social das políticas públicas frente ao Governo” (Burgos *et al.*, 2017).

Nessa perspectiva entre os anos 1988 a 1990 desenvolveu o primeiro momento da pesquisa constituída Prática Educativa Organizativa do Movimento Popular, e nessa época, foram concretizados Seminários Municipais resultando na criação da Articulação Pernambucana pela Educação de Jovens e Adultos e a realização do I Encontro Estadual, no mesmo ano, deliberando pela realização do II Encontro, em 2000. Desde então, tem sido incentivada a organização de fóruns municipais e regionais, não apenas documentaram historicamente as lutas pelo fortalecimento da EJA, mas ainda hoje lutam para afirmar a identidade própria da EJA como reconhecida pelas instituições de ensino brasileiras.

A criação dos fóruns regionais da EJA nasceu em resposta às necessidades em preparar os professores dessa modalidade e as suas propostas de organização e inserção nos fóruns estaduais para ampliar sua representação nas esferas local e nacional. Assim temos a intenção do fórum de Pernambuco, visto como um impulsionador da sociedade civil atuando no controle social das políticas públicas com alianças de instituições e pessoas que representam essa modalidade de ensino (Burgos *et al.*, 2017). Para os autores, com o intuito, em conjunto combater o pensamento radical democrático, os problemas que afetam a EJA em nosso estado, sejam eles “no campo do analfabetismo, da qualidade da alfabetização, da subescolarização, ou do acesso, permanência, e elevação de escolaridade.”

De acordo com Lima (2009):

[...] Fóruns da EJA PE é um organismo de participação social em rede, com a finalidade de criar um espaço democrático e plural de discussão, formação, informação e intercâmbio de experiências, agindo, também, no âmbito das

Francisco de Souza, orientador do Núcleo desde sua criação. A Revista Fênix, Ano 1, n. 0, p.93 e Ano 3, n. 3, p.44-45, editadas pelo NUPEP, fazem um resgate parcial do histórico do Núcleo.

⁵ Os Fóruns da EJA existem, e estão atuando, em todos os 26 Estados brasileiro e no Distrito Federal, tendo o primeiro surgido 1990 em Pernambuco e os demais a partir de 2004.

políticas públicas de EJA, no sentido de efetivação das mesmas (Lima, 2009, p. 20).

Concordamos que os fóruns representam união e incentivam as culturas a criar outra globalização mais uniforme e fraterna. Portanto, baseiam-se em direito da conquista, direito de circulação livremente à procura de um futuro idealizado por todos.

E quando se fala em Fórum, remetemos ao nome de Freire por ser um dos ícones representativos entre as alusões teóricas que orientam as atividades dos Fóruns da EJA, especialmente em Pernambuco, em todas as suas estruturas, que visam nortear seus métodos de trabalho fixados no pensamento freireano.

Como experiência em Pernambuco, pensemos em Fórum como lugar de formulação e acompanhamento de políticas públicas, bem como possibilidade de esclarecimentos para a sistematização de sua produção no decorrer dos anos, mediante saberes que buscam compreender o alcance da atuação na política local.

Com uma compreensão mais ampla da EJA e de suas lutas, o Fórum da Educação de Jovens e Adultos de Pernambuco vê o direito à educação para todos como base, ampliando para novas oportunidades e necessidades educacionais. Retomando Freire (1997, p. 154) “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história”.

Atualmente há um documento construído, o Currículo de Pernambuco para a EJA, que reflete o perfil da Política Curricular Educacional de Pernambuco, a saber:

o zelo pela construção democrática e colaborativa, entre diferentes instituições, de práticas educativas. Além disso, consolida um processo gradual de construção de referenciais curriculares que visam à promoção de práticas marcadas pelo respeito às especificidades e aos princípios norteadores de diferentes modalidades (Pernambuco, 2021, p. 15).

O documento é procedente do Currículo de Pernambuco para o Ensino Fundamental, que por sua vez se baseia nos Parâmetros Curriculares de PE – PCPE (2012), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN (2013) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, homologada em 2017.

No bojo das construções coletivas para que o documento atendesse, de fato, os anseios dos professores/as das redes pública e privada projetaram entregar à sociedade um currículo

para a EJA que proporcionassem aos estudantes receber uma formação integral⁶, condizente com os problemas do mundo moderno “e com as funções reparadora, equalizadora e qualificadora, previstas no Parecer CNE/CEB 11/2000, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos” (Pernambuco, 2021, p. 18).

Desse modo, o currículo de Pernambuco foi orientado, particularmente, pelos princípios da educação popular e pela ideologia freireana de modo que os sujeitos inseridos nessa modalidade possibilitem interagir no meio em que vivem, bem como permita-lhes cooperar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

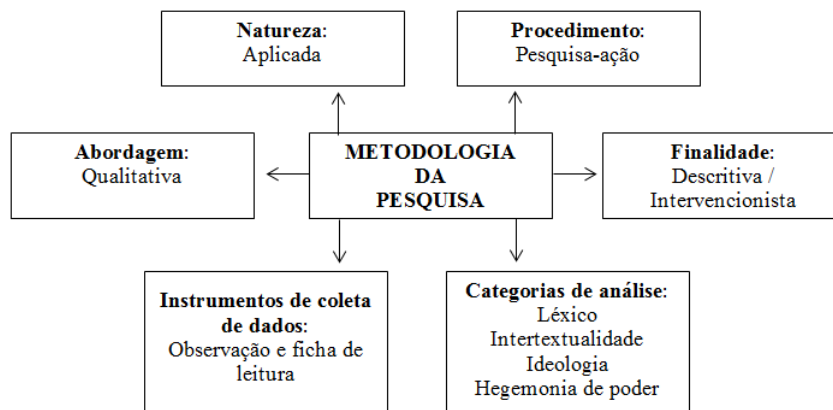
Em suma, o Currículo de Pernambuco para a EJA é a consequência da escuta de muitos profissionais atuantes nessa modalidade de ensino por estarem comprometidos no processo de construção e execução curricular para alcançar perspectivas e vivências potencializadas nas redes escolares.

⁶ Entende-se por formação integral aquela visa ao desenvolvimento do ser em todas as suas dimensões social, emocional, cultural, espiritual e física – não apenas cognitiva, compreendendo que os processos de ensino e aprendizagens devem ser norteados a partir de contextos, interesses e necessidades dos(as) estudantes.

CAPÍTULO IV: REFLEXÕES METODOLÓGICAS E ANALÍTICAS DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia de pesquisa a ser empregada, descrevendo elementos concernentes ao trabalho científico: na primeira parte, apresentaremos o tipo de pesquisa; na segunda, o lócus da pesquisa; os sujeitos participantes serão apresentados na terceira parte e, na quarta, detalharemos a constituição do *corpus* e os procedimentos que serão aplicados na proposta de intervenção didática para o ensino de leitura crítica. Em seguida, propomos o panorama inicial de nossa abordagem, conforme Figura 7.

Figura 7 – Quadro metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

4.1 TIPO DE PESQUISA

A metodologia adotada nesse projeto é de caráter qualitativo, com uma abordagem da pesquisa participante e de natureza aplicada (Gil, 2010). Designamos a pesquisa-ação porque compreendemos que ela requer, necessariamente, entre outros aspectos, a integração do pesquisador no ambiente a ser pesquisado, bem como, intervém diretamente na população a ser investigada.

Deste modo, caracteriza um tipo de pesquisa realizada de forma cooperativa e participativa, o que nos assemelha ao plano de trabalho mais pertinente quando se pensa em um ambiente pedagógico para o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva dos

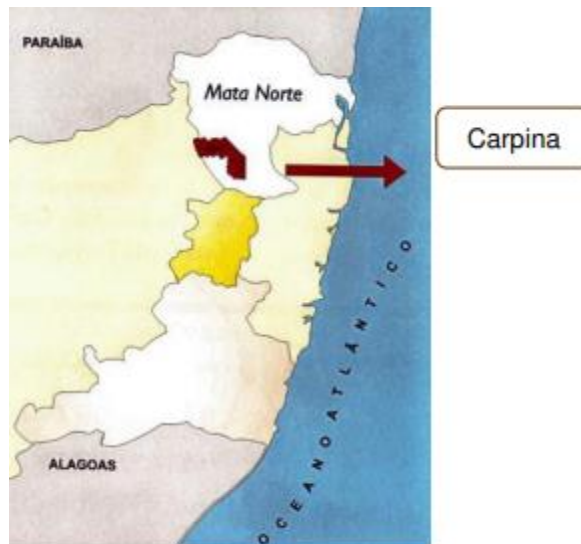
alunos por meio da leitura, ademais, é um caminho exigido pelo Mestrado Profissional em Letras: a construção de uma proposta de intervenção pedagógica.

À face do exposto, o professor tem a oportunidade de colaborar com o aprendizado dos alunos por meio da identificação e análise de problemas, mediante propostas e atividades significativas, procura encontrar possíveis explicações que possam ser alcançadas a partir dessa inter-relação. Portanto, a relevância desse tipo de pesquisa acontece graças à ação de desenvolver habilidades e atitudes que promovam a capacidade de enfrentar e resolver os desafios do mundo.

4.2 LÓCUS DA PESQUISA

O percurso metodológico da pesquisa foi desenvolvido na Escola Municipal Eliane Carneiro Leão de Melo (EMEC), na cidade de Carpina, situada em área urbana, localizada na Zona da Mata Norte de Pernambuco. A referida escola atende ao público em três horários, sendo a oferta do turno diurno contemplada por alunos do 6º aos 9º anos, em idade e séries regulares. No período noturno, o ensino é direcionado aos alunos da EJA, desde a 1ª Fase até a 4ª Fase.

Figura 8: Mapa do município de Carpina



Fonte: Ramos (2009, p. 84).

A instituição escolar é de médio porte, com infraestrutura composta de 08 (oito) salas de aulas, 01 (uma) sala multimídia destinada para eventos que requerem a utilização de material audiovisual, 01 (uma) sala de coordenação, 01 (uma) sala de biblioteca, 01 (uma) sala de direção, 01 (uma) sala de professores, 01 (uma) recepção de atendimento para a

comunidade, 01 (uma) secretaria, 01 (um) auditório, 01 (uma) cozinha, depósito e almoxarifado, 04 (quatro) sanitários – sendo 02 (dois) para funcionários e 02 (dois) para alunos – compostos de 06 (seis) box com vasos sanitários inclusive com acessibilidade, 01 (uma) área para bebedouros, além de quadra poliesportiva descoberta, corredores e áreas externas.

No que corresponde às atuais condições físicas, os ambientes, mesmo necessitando de algumas adequações e melhorias, contribuem para o real cumprimento da Proposta Pedagógica Curricular. Ressaltamos que a adequação de alguns ambientes ocorre conforme a necessidade de práticas pedagógicas/atividades complementares e projetos, entre outros. Tais adequações se estendem especialmente para a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais.

A opção pela aplicação da pesquisa nesta escola motiva-se pela própria rede escolar dispor do público que direciona a aplicação, pelo caráter interventivo proposto pelo Mestrado Profissional em Letras, bem como pela nossa pertença ao corpo docente da referida unidade escolar.

4.3 PÚBLICO-ALVO

Os sujeitos para os quais essa pesquisa foi idealizada são todos os alunos matriculados na modalidade EJA (4ª Fase, turma B) da Escola Municipal Eliane Carneiro Leão de Melo, Carpina/PE. Desse modo, definimos o público da EJA para desenvolver a nossa pesquisa primordialmente por ser um grupo em que o poder público não avança em melhorias, investimentos, mesmo dispondo de documentos oficiais, sem um olhar aprofundado sobre as peculiaridades desse grupo, conforme observo por ser servidora do município, especificamente professora da escola. Na cidade do Carpina, não há nenhuma legislação curricular oficial, portanto, o currículo municipal é mera adaptação do currículo do governo do Estado.

A partir da análise dos registros de matrículas dos discentes, chegamos à conclusão de que a comunidade escolar atendida é bastante diversificada, há matrículas de alunos da zona urbana e da zona rural. Os pais, em sua maioria, tem nível econômico médio-baixo, executam trabalhos não qualificados em diversas profissões e possuem no máximo até o ensino fundamental. Boa parte dos alunos, tanto do período matutino, vespertino quanto do noturno, com faixa etária menor e acima de 16 anos, já estão inseridos no mercado de trabalho, formal e informal, para auxiliar na renda familiar, dados da própria escola (EMEC).

Reconhecemos que os jovens e adultos ao retornar à escola após um certo período de afastamento carregavam consigo vasta experiência de vida que podiam trazer uma contribuição muito importante para a discussão do tema proposto e, além do mais, por meio da mediação, favorecemos a (re) construção do conhecimento e o desenvolvimento da consciência crítica e participativa. À propósito, corroboramos o que diz Silva (2005, p. 24):

[...] a prática de leitura é um princípio de cidadania, ou seja, o leitor cidadão, pelas diferentes práticas de leitura, pode ficar sabendo quais são suas obrigações e também pode defender os seus direitos, além de ficar aberto às conquistas de outros direitos necessários para uma sociedade justa, democrática e feliz.

Nesse sentido, entendemos que promover a discussão sobre a violência contra a mulher em sala de aula com alunos da EJA permite a formação de cidadãos mais conscientes. Outrossim essa temática sugere reflexões sobre o sistema patriarcal, relações de poder e dominação ideológica.

É relevante mencionar o baixo desempenho da turma acerca da leitura e escrita comprometendo a participação nas aulas e nas atividades propostas. A escolha desse grupo, portanto, corresponde a última série dos anos finais da EJA, pois muitos seguirão para o ensino médio na escola da rede estadual no ano 2024.

Essa etapa do ensino básico para a aplicação da proposta de intervenção para o programa de Mestrado Profissional em Letras – em que lecionamos, representa responsabilidade para tal grupo com vistas ao ensino médio, um desafio nessa pesquisa.

Além das questões pedagógicas, observo que parte desses alunos pertencem a comunidades vulneráveis, com alto índice de desemprego, criminalidade e violência em geral. A safra da cana-de-açúcar que ocorre em agosto, contribui para o índice de evasão escolar. O tráfico e o consumo de drogas dentro e fora da escola é um fator preocupante na sociedade contribuindo para o aumento de comportamento violento. Todos esses pontos são fatores complementares aos baixos resultados em relação a uma significativa aprendizagem.

A turma conta com 30 alunos matriculados, sendo 12 do sexo masculino e 18 do sexo feminino, com idades que variam entre 17 a 45 anos. A formação das atividades de leitura foi organizada por meio grupal, dos quais todos os participantes foram analisados pela participação das respostas significativas das atividades, empenho e responsabilidade.

Na seção seguinte, apresentaremos a constituição do nosso *corpus* de pesquisa e detalharemos os procedimentos utilizados.

4.4 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E PROCEDIMENTOS

O eixo central da pesquisa serviu para colaborar com o ensino de Língua Portuguesa a partir dos estudos críticos do discurso, mediante análises de notícias dos Jornais *Diário de Pernambuco* e *Folha de Pernambuco* sobre o tema a respeito das questões de violência contra a mulher, a fim de colaborar com o desenvolvimento da leitura crítica dos discentes.

Como pesquisadora e professora da referida turma, cuidou-se de ofertar um trabalho com resultados esperados consideráveis de séries de oficinas de leitura organizadas conduzindo ao desenvolvimento de possibilidades de leitura crítica.

Escolhemos as questões de violência contra a mulher como tema principal porque entendemos que esse tipo de abuso, além de ser um fenômeno complexo, constitui um problema público, o qual solicita do Estado a responsabilidade pelo enfrentamento da situação. Por isso, enquanto persistir a crueldade da violência contra a mulher, a igualdade de gênero continuará sendo uma meta não alcançada em nossa sociedade

O recorte do tema para as questões femininas a partir de 2020 se justifica pelos índices altos de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em Pernambuco. Assim, analisamos, ao longo das oficinas, notícias coletadas a partir do referido ano, nas páginas online dos jornais *Diário de Pernambuco* e *Folha de Pernambuco* que retrataram acerca da violência contra a mulher. Durante a seleção dos textos, não apenas o tema foi levado em consideração, mas também aqueles que utilizaram mais recursos visuais durante o período mencionado, da mesma maneira aqueles que facilitassem o recurso da intertextualidade para despertar a atenção dos alunos.

Nessa perspectiva, foram construídas atividades voltadas para as oficinas de leitura, totalizando 06 oficinas com 14 atividades, com duração de 60min (oficinas 1 a 5) e 120min cada oficina (oficinas 6 a 14), sobre as postagens de notícias no que diz respeito à violência contra a mulher, em que as principais etapas foram a utilização de questionários com questões objetivas e subjetivas, ficha de leitura sobre as notícias, atividade de produção em grupo e roda de conversa. Essas atividades suscitaram reflexões sobre dominação, hegemonia e relações de poder nos discursos jornalísticos por meio da análise discursiva das notícias, da contribuição do léxico, da intertextualidade, da interdiscursividade e do tema.

4.5 PROPOSTA INTERVENTIVA

Ressaltamos o caráter político-pedagógico do ato de planejar e destacamos a importância em termos de intervenção, porque o planejamento nos faz refletir sobre nossas ações cotidianas numa perspectiva de melhoria contínua da prática para uma possível mediação do conhecimento. Ao produzir oficinas, preocupamo-nos em desenvolver estratégias e abordagens que se baseiem em teorias já aplicadas e que mostrem eficácia na facilitação do aprendizado.

Para aplicação da proposta de intervenção, o trabalho foi realizado em seis oficinas, com dez atividades ao longo de um mês. As etapas de trabalho dividiram-se na apresentação do projeto, aplicação das atividades, oficinas de leitura e atividade final. Para isso, a metodologia aplicada foi a aprendizagem baseada em problemas (PBL, do inglês *problem-based learning*, ou ABProb, como é conhecida atualmente no Brasil) com o objetivo de preparar os alunos para entenderem questões do mundo real, de acordo com (Bacich; Moran, 2018).

Do ponto de vista teórico nos concentramos nos fundamentos dos princípios da ACD com ênfase nas categorias de cada dimensão, porém é importante ressaltar que os dados orientam a teoria e não o contrário. Caso contrário, estaríamos contradizendo os princípios fundamentais da teoria. No nível do texto, nossa análise concentrou-se no léxico que reflete as escolhas do autor da notícia abordada. Na dimensão prática discursiva, examinamos os elementos relacionados à intertextualidade. E na prática social, observamos como o discurso transita e se manifesta por meio de ações sociais que envolvem ideologia e hegemonia e relações de poder.

Consideramos a ABP por entender que ela contribui para o desenvolvimento de diversas competências e habilidades relevantes tanto durante quanto após a jornada escolar. Ela se sobressai porque requer mais independência do aluno, intensifica o seu engajamento nas aulas, estimula o desenvolvimento social, como também permite a interdisciplinaridade.

Segundo (Bacich; Moran, 2018), a ABP tem por característica metodológica voltada para a aquisição do conhecimento por meio da explicação de situações. Todas as atividades foram gravadas, com anuência dos alunos, e as respostas dos estudantes aos questionamentos serviram de material para análise comparativa com a atividade final.

Diante do exposto, ao realizar uma oficina pedagógica com a metodologia facilitou o processo crítico dos alunos, especialmente na ACD sobre notícias veiculadas na mídia acerca da violência contra a mulher, que constitui a proposta de estudo deste trabalho.

4.5.1 Oficina 1 – Ao encontro da notícia

Antes da oficina propriamente dita, avisamos aos alunos sobre o encontro no qual seria discutido o gênero notícia, a fim de que estivessem preparados para responder as perguntas relacionadas ao assunto. Na oficina 1, denominada “Ao encontro da notícia”, aplicamos, primeiramente uma atividade com questões sobre a importância da leitura e do gênero notícia (Apêndice A).

Optou-se, em seguida, por examinar o conhecimento prévio dos alunos por meio de uma rodada de conversa. Esse tipo de estratégia tem conquistado espaço na instituição escolar, pois posiciona o aluno como centralizador do processo de ensino-aprendizagem, considerando suas experiências passadas e vivências como pilar para a construção de novos conhecimentos. A proposta de aplicação pode ser assim observada:

1. O que é notícia?
2. Qual é o tema ou conteúdo das notícias?
3. O que você gosta de ler e de escrever?
4. Você emite seu ponto de vista sobre temas polêmicos?
5. O que é ser crítico? Você se considera uma pessoa crítica?
6. Qual é o tema polêmico que você gostaria de debater na sala?

Quadro 1 – Plano de aula da atividade 01 e 02

| OFICINA 01 – atividades 01 e 02 | |
|--|---|
| OBJETIVO GERAL - Identificar os conhecimentos prévios da turma sobre o interesse pela leitura de notícias. Objetivos específicos: - Ambientar os estudantes a respeito da proposta didática das oficinas. - Motivar os alunos a descobrirem o prazer de estar bem informados e com criticidade. | |
| EIXO DE ENSINO | <ul style="list-style-type: none"> • Oralidade. |
| PROCEDIMENTO | <ul style="list-style-type: none"> • Roda de conversa. • Aplicação de um questionário |
| AValiação | <ul style="list-style-type: none"> • Análise da explanação oral. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Inicialmente esta oficina se desenvolveu apenas com um encontro de 40min e todo o momento as respostas dos alunos foram gravadas, com anuência dos alunos, via celular, servindo como base de dados para a pesquisa, já que consideramos a observação sistemática como um dos materiais de coleta.

Previamente, com os alunos dispostos em semicírculo, foi apresentada a proposta didática das etapas a serem seguidas, informando sobre a sua importância no desenvolvimento

da habilidade de leitura, bem como a participação dos discentes em cada uma delas. Durante este primeiro encontro foi explicado que todas as oficinas seriam trabalhadas sobre o tema relativo às notícias de violência contra a mulher, especificamente ligados aos jornais Folha de Pernambuco e Diário de Pernambuco, ocorridas a partir de 2020.

Na sequência, por meio de roda de conversa, abordamos os conhecimentos prévios a respeito de “notícias”, assim como as ideias que os alunos têm sobre as questões abordadas na mídia. Para tanto, fez perguntas orais para estimular a conversa. Ainda foi aplicado um questionário para saber por quais meios os alunos buscam por leituras (apêndice A).

De modo geral, todos os participantes informaram que tem contato com a leitura e entendem que ela “informa sobre o que está acontecendo no mundo e ao seu redor”. Citaram que “a bíblia e as notícias das mídias” despertam mais seu interesse e buscam por textos eletrônicos para consumir as notícias jornalísticas. No dia a dia, o conteúdo policial reflete os acontecimentos em diferentes áreas da sociedade que incluem algumas categorias comuns aos temas de notícia: crimes, investigações policiais. Citaram, também, a categoria de questões sociais: direitos civis, igualdade de gênero, inclusão social, entre outros.

Mediante exposto percebemos que os alunos se identificam com situações corriqueiras, pública e ao mesmo tempo sabem que são experiências vividas por outras pessoas, atesta o que Hernandes (2012) referência de “vínculo social”, a identificação de histórias noticiadas que estabelecem a interação entre leitor e a notícia, e que, por esse motivo, se dá uma melhor conexão com a leitura.

Na etapa seguinte da oficina, foram apresentados os elementos composicionais da notícia com o objetivo de identificar as características do gênero mediante uma atividade sobre a temática de violência contra a mulher.

4.5.2 Oficina 2 – Características composicionais da notícia

Apresentamos o texto jornalístico, especificamente a notícia retirada do Diário de Pernambuco que tem como título “Mulheres, jovens e negros são maiores vítimas da violência em Pernambuco, diz IBGE”, datado de 07/05/2021, Anexo A. Nesse momento, o trabalho direcionou à conceituação, formas e estrutura pertencente ao gênero, com evidência sobre as marcas linguísticas próprias e sua função social.

Usamos o procedimento de antecipação da leitura. De acordo com Solé (1998), o recurso da antecipação do assunto ou da ideia principal de um texto pode passar pelo

juízo do título, subtítulo – no nosso caso, a manchete –, como também pela disposição das imagens. Consequentemente, estimulou o aluno a formular hipóteses sobre a manchete apresentada de forma que a ativação tornou útil para processar os dados achados no texto.

Os alunos foram divididos em seis grupos com cinco pessoas para realizar uma atividade de leitura e em seguida fizeram uma atividade escrita (Apêndice B). Após esse momento, o grande grupo interagiu suas respostas contribuindo para seu conhecimento acerca da tipologia desse gênero. O delineamento da atividade pode ser observado, como segue:

Iniciar a atividade de interação questionando os alunos:

1. Vocês acham que para elaborar os textos das notícias, todos seguem um padrão ou cada um escreve da maneira que quiser?
2. É possível antever o conteúdo da reportagem com base na manchete?
3. Que outras informações poderiam haver no corpo do texto que não estão presentes nesse slide?
4. Por que essa foto chama a atenção?
5. Que outras informações obtemos ao ler a legenda da foto?
6. A leitura do título, subtítulo, foto e legenda desperta a curiosidade para lerem a notícia na íntegra?

Depois discutir as questões propostas para os grupos.

Quadro 2 – Plano de aula das atividades 03, 04 e 05

| OFICINA 02 – Atividade 03, 04 e 05 | |
|---|---|
| OBJETIVO GERAL: - Introduzir ao estudo do gênero notícia sua definição, condições de produção, estilo e seus elementos composicionais. Objetivos específicos: - Identificar as características do gênero notícia; - Identificar na notícia fatos, participantes, local e momento/tempo da ocorrência do fato noticiado. | |
| EIXO DE ENSINO | <ul style="list-style-type: none"> • Leitura. • Oralidade. |
| PROCEDIMENTO | <ul style="list-style-type: none"> • Roda de conversa. |
| AVALIAÇÃO | <ul style="list-style-type: none"> • Análise da explanação oral. • Envolvimento na leitura. |

Fonte: Elaborado pela autora.

O segundo encontro iniciou com perguntas acerca da composição do gênero notícia, questionando os alunos sobre partes estruturantes, o objetivo principal, padronização,

anteposição de conteúdos baseado apenas na manchete, a importância de textos não verbais, como também outras informações dispostas na legenda da foto. Esses questionamentos abriram o momento de roda de conversa. Toda essa etapa também foi gravada e serve de material para análise.

De acordo com as respostas dos alunos houve concordância em afirmar que ao relatar os fatos, o autor segue um padrão específico na redação. Um grupo informou que “as manchetes chamam a atenção e despertam o interesse do leitor”, assim destaca que nelas estão o aspecto mais impactante ou relevante.

Os elementos não verbais, especificamente a foto, detém sua importância no texto. Estimula a entender, segundo Hernandez (2005, 2012) que a concepção da semiótica discursiva possibilita o sentido do texto verbal e não verbal. Um outro grupo deixou claro que “uma imagem forte pode captar a atenção do leitor, e é a primeira coisa que as pessoas notam nas plataformas de mídias sociais”. Relataram ainda que “retratam pessoas comuns ou situações familiares que podem ajudar o público a se identificar com a notícia”, essa identificação com o público estabelece uma conexão imediata e pessoal. No entanto, a apresentação de fotos deve ser ética e relevantes para evitar sensacionalismo ou distorções.

Assim também a legenda tem um espaço primordial por fornecer informações adicionais sobre a imagem. Nos relatos citaram a sua inclusão: “identificação de pessoas, o local, as fotografias, bem como ligações com o texto”. Enfim, apontaram os elementos principais de uma notícia no texto jornalístico intitulado “Mulheres, jovens e negros são maiores vítimas da violência em Pernambuco, diz IBGE”.

A atividade escrita (Apêndice B) foi desenvolvida em seis grupos com cinco componentes cada um. Consideramos a dimensão do tempo verbal do título e da lide que ora foi bem explicada por dois grupos, que, em síntese, informaram “o tempo verbal presente traz um momento atual, imediato”, com relação ao tempo verbal “trazem”, na lide, “diz respeito a uma informação passada indicando um momento de tempo”. Foram favoráveis com seus relatos porque o título atrai imediatamente a atenção do leitor, sugerindo que o problema persiste no presente. No entanto, a lide contextualizou essa informação, indicando que os dados específicos foram coletados em um momento anterior. Isso incentiva o leitor a continuar lendo para entender a história completa e como as informações passadas se relacionam com o presente.

Outro fator importante vigente na atividade sobre a estrutura jornalística mencionado foi “o destaque da informação mais relevante: quem são as maiores vítimas em PE, segundo o

IBGE”. “A parte que diz quem, o quê, quando, onde e como”. Reportaram a lide onde são apresentadas as informações essenciais.

Os grupos foram unânimes em afirmar que houve neutralidade na notícia apresentada: “não há opinião pessoal do jornalista sobre o assunto”, inclusive souberam fundamentar transcrevendo determinados trechos.

Informaram que a associação com o uso dos pontos final, interrogação e de exclamação diz respeito à questão estilística: “O primeiro termina uma informação de modo definitivo; o segundo, remete a perguntas e que são usadas em entrevistas, por exemplo; e por último, a exclamação, indica emoção. Não competem a essa notícia os dois últimos sinais de pontuação”. Consideramos que o uso do ponto final busca uma linguagem objetiva e informativa por manter um tom mais formal e neutro, enquanto os outros podem aludir a formatos descontraídos.

Na categoria textual, o léxico, identificado pelos grupos incorpora termos sociodemográficos para descrever grupos específicos, como “mulheres”, “jovens”, “pardos”, “brancos” e “idosos”. Os termos temporais, indica o período da pesquisa (de agosto de 2019 até março de 2020) para contextualizar os dados apresentados. Os termos relacionados à violência. “ações violentas”, violência psicológica”, “violência física”, “violência sexual” para diferenciar as diferentes formas de agressão. As escolhas das palavras, segundo Fairclough (2001) contém implicações ideológicas e exprime uma carga intencional de quem escreve o texto.

Quanto à dimensão da prática social, é possível identificar elementos no texto quando há características que indicam enfoque de desigualdades sociais, ao mencionar que os grupos socialmente mais vulneráveis são mais penalizados pela violência, com ênfase na vulnerabilidade de mulheres, jovens e negros. Destaque-se que isso reflete na ideologia das experiências específicas desses grupos, indicando uma sensibilidade para questões de gênero e raça, como também apresenta destaque para a violência psicológica. O texto sugere uma sensibilidade para formas de agressão menos visíveis, indicando uma preocupação ideológica com os aspectos emocionais e psicológicos do impacto de violência. Uma vez identificados esses elementos no texto, o sujeito pode negar a reprodução de injustiça. Sendo assim, a ACD canaliza em desvelar as práticas hegemônicas nos discursos, emergindo para a constituição de um cidadão ativo, conforme Fairclough (2001; 2003) considera a formação de um sujeito agente ativo, em termos de conscientização.

4.5.3 Oficina 03 – A compreensão crítica por meio da notícia

Nessa oficina a atividade foi direcionada para a verificação da criticidade dos alunos, considerando os seus comentários com vistas aos problemas sociais e comportamental apontados nas notícias sobre a violência contra a mulher em Pernambuco. Foram distribuídas em três atividades. A sexta atividade será desenvolvida em grupos para facilitar um possível debate relacionado ao tema. A princípio foi apresentada a notícia do texto jornalístico intitulada “Cassiane muda clip após ser acusada de romantizar violência doméstica” (anexo 2). Diante do que foi exposto, seguiu os questionamentos orais como: Sobre qual tema essas postagens estão tratando? Qual é a relação do título com a postura apresentada por Cassiane? O que seria “romantizar violência doméstica”?

Também foi apresentado o slogan do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), por meio da Coordenadoria da Mulher no Estado, dando apoio à iniciativa. O questionamento sucede em saber a relação da imagem de Cassiane frente à imagem (Anexo C), atividade sete.

Atividade 08 – Perguntas escritas sobre a leitura do texto, do vídeo e das imagens apresentadas com objetivo de verificar o nível de compreensão dos estudantes mediante leitura e análise dos materiais descobrindo as percepções trazidas dos elementos que compõem o tema em voga e sua finalidade comunicativa, bem como a identificação da hegemonia, ideologias e relações de poder por trás dos discursos.

Quadro 3 – Plano de aula das atividades 06, 07 e 08

| Oficina 03 – atividades 06, 07 e 08 | |
|--|---|
| <p>Objetivo geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Viabilizar a verificação do nível de compreensão dos estudantes diante da leitura e análise de notícias. <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Constatar a percepção dos estudantes quanto ao propósito comunicativo de uma notícia. - Aplicar atividades para aferir a compreensão dos estudantes sobre a mensagem global de uma postagem que relacione o verbal e o imagético. - Investigar se os estudantes conseguem perceber a intencionalidade por trás dos discursos de uma notícia. | |
| EIXO DE ENSINO | <ul style="list-style-type: none"> • Leitura. • Oralidade. • Escrita. |
| PROCEDIMENTO | <ul style="list-style-type: none"> • Roda de conversa. • Aplicação de um questionário. |
| AValiação | <ul style="list-style-type: none"> • Análise da explanação oral. • Explanação de pontos de vista. |

Fonte: Elaborado pela autora.

O propósito desta oficina cuja etapa se compõe de dois textos analisados dando ênfase ao problema social e comportamental, bem como a intencionalidade gerada por trás do discurso.

Ainda em formação de equipe, um grupo destacou a romantização da violência doméstica sendo o problema social, relacionado ao primeiro texto. Acrescida pelos demais grupos, a crítica ao clipe original por retratar uma mulher evangélica sofrendo agressões do marido alcoólatra, e a trama que não enfatizou a importância da denúncia. A desaprovação “da mulher religiosa que perdoa o ofensor após se converter”, expressada por um grupo, aponta a discordância por não buscar ajuda e denunciar a violência através dos canais de acolhimento. A romantização da violência doméstica e a falta de ênfase na importância da denúncia foram consideradas problemáticas, já que a omissão desse aspecto pode contribuir para a perpetuação da crueldade em casos reais em que a notificação é fundamental para a segurança da vítima.

O perdão dado ao agressor pode refletir uma ideologia específica que pode estar relacionada a concepções tradicionais de perdão, redenção e papéis de gênero dentro de um contexto religioso. De acordo com Thompson (1998), a igreja e as indústrias da mídia, são instituições que se relacionam com as dinâmicas de poder na sociedade em larga escala, e com isso elas influenciam as percepções e ações das pessoas em relação à violência doméstica, buscando entender as complexas interações entre as práticas culturais cotidianas e as transformações sociais.

Quanto à relação de poder, a crítica ao clipe original sugere uma dinâmica na qual a mulher, vítima de violência doméstica, toma uma decisão de perdão em relação ao companheiro agressor. Isso pode ser interpretado como uma representação de poder desigual, com a mulher assumindo uma posição de submissão ao perdô-lo sem abordar adequadamente a importância da acusação.

No segundo texto foi constatado pelos grupos o problema de subnotificação de casos de violência doméstica durante a pandemia, causada pelo isolamento social. “Através do X escrito na palma da mão por um batom vermelho, as mulheres podem pedir ajuda em farmácias”, convicção de todos com relação à imagem apresentada no texto. Indicaram um outro sinal, muito divulgado pelo aplicativo do Tik Tok: “fecha a mão e acena constantemente para alguém”.

Ao analisar o léxico, os estudantes observaram os registros utilizados, considerando os termos descritos do clipe original: “romantizar a violência doméstica”, “negligenciar a importância da denúncia”, e “agressão”, que ajudam a entender a natureza da controvérsia;

Reações nas redes sociais, expressadas como “críticas”, “ativistas reclamando”, palavras indicativas de intensidade e natureza das reações públicas; mudança no clipe e pedido de desculpas, comprovados pelos termos “nova versão do clipe”, “mudança”, “pedido de desculpas de Cassiane” e “humildade”, que destacam as respostas da cantora e da gravadora diante das críticas; Termos de repúdio e preocupação ética, que foram percebidos pelos estudantes em relação ao conteúdo do clipe, como: “cruel”, “desonesto”, “violento” e “criminoso”. Esses termos refletem a avaliação moral e ética do enredo original; Comprometimento da gravadora: os grupos destacaram os vocábulos usados para descrever a posição da gravadora, como “responsabilidade”, “humildade” e “mensagem poderosa”, dos quais indicam a postura diante da controvérsia e a intenção e corrigir eventuais problemas; Expressões de Cassiane em seu pedido de desculpas, como “humildade”, “perdão”, “falha” e “erro”, palavras que revelam a abordagem da cantora diante das críticas e sua disposição em corrigir possíveis equívocos; Termos relacionados à importância da denúncia, usados para descrever a nova versão do clipe, especialmente aqueles que enfatizam a importância da denúncia, como “ligando para ao 180” e “marido sendo preso”. Essas expressões indicam uma mudança na narrativa para abordar a questão de forma mais responsável. Ao abordar o léxico, os estudantes puderam identificar como as palavras e expressões são utilizadas para moldar a narrativa, comunicar emoções e refletir as posições das partes envolvidas na controvérsia em torno do clipe da Cassiane.

Aspectos de ideologia e hegemonia de poder podem ser identificados no texto especialmente no contexto da controvérsia em torno do clipe. A ideologia subjacente pode estar relacionada à visão sobre o papel da religião na resolução de conflitos e à ênfase na redenção do agressor. Nessa perspectiva o discurso foi materializado em texto que cooperou para modificar a estrutura da narrativa, da qual a ACD desempenha a essência do papel da linguagem para esclarecer aos alunos que ela está a serviço da formação de ideologias que resultou na mudança de paradigma.

A hegemonia de poder pode ser observada na reação às críticas. A gravadora MK Music, responsável pelo lançamento, toma a decisão de alterar o clipe em resposta às críticas nas redes sociais. Essa ação reflete a influência e o poder da gravadora na indústria musical gospel, moldada a narrativa de acordo com as normas e valores aceitos. Os grupos notaram a influência do youtuber Felipe Neto nas redes sociais indicativo de mobilização de vozes influentes para expressar desaprovação em relação ao clipe. Isso pode ser visto como uma forma de resistência contra narrativas que possam perpetuar ideias prejudiciais, mostrando uma dinâmica de poder na esfera pública. E por fim, a resposta de Cassiane e da gravadora à

controvérsia revela uma dinâmica de poder e influência, “por ela ser evangélica deveria ter percebido o erro do vídeo”, exposto por um dos grupos. Fato destacado pela capacidade de artistas e gravadoras em moldar a narrativa e responder às expectativas do público.

Portanto, o texto sugere a presença de ideologia relacionada à representação de questões como violência doméstica e redenção religiosa no texto, bem como a manifestação de poder e influência por parte da gravadora, ativista e artistas na reação à controvérsia.

4.5.4 Oficina 04 – Como leio o que está ao meu redor?

As oficinas seguintes têm por finalidade aplicação da leitura crítica, aplicada à ACD como base teórica em nossa proposta, legitimando o procedimento da realização de oficinas mediante a uma metodologia de aprendizagem em que os alunos serão envolvidos com atividades desafiadoras para desenvolver um projeto que tenha ligação com a sua vida dentro e fora da sala de aula. Foi aplicada a ABP cujo conhecimento é construído de forma coletiva, a partir das discussões de um problema real proposto pelo docente.

A atividade nove abordou a violência contra a mulher. Foram exploradas questões relacionadas às características dessa violência, as diferentes formas de expressão e quais os principais fatores motivadores. Para isso foi apresentada a seguinte notícia intitulada: "Ele me puxava pelo braço para o quarto, trancava a porta" A falta de percepção do relacionamento abusivo pode impactar severamente a vida de uma mulher. Publicação: 26/10/2020, do Jornal Diário de Pernambuco (anexo D). Algumas possíveis perguntas incluíram no contexto da discussão 1. Como os relatos de Cecília e Tatiana contribuem para a compreensão das experiências de violência doméstica? (Narrativa pessoal) 2. Como o uso de aspas contribui para transmitir as emoções e pensamentos das vítimas? (Uso de aspas e depoimentos diretos) 3. Quais recursos discursivos são utilizados para transmitir o sofrimento e as dificuldades enfrentadas pelas vítimas? (Impacto psicológico e emocional) 4. Como a falta de apoio familiar pode contribuir para a perpetuação do ciclo de violência? (Falta de apoio familiar) 5. De que maneira o texto busca sensibilizar o leitor para a gravidade da violência doméstica? (Sensibilização e conscientização) 6. De que maneira o texto utiliza o contraste para destacar a diferença entre as percepções iniciais das vítimas e a realidade dos relacionamentos abusivos? (Contraste e comparação) 7. O texto inclui expressões de opinião e julgamento em relação às atitudes dos agressores e à falta de percepção das vítimas. Como essas expressões influenciam a interpretação do leitor? (Expressões de opinião e julgamento).

A atividade dez, foi apresentado uma outra notícia intitulada “Apoio de amigos e do estado ajuda mulher a enfrentar violência em casa, mostra pesquisa”, também do Diário de Pernambuco, publicado em 20/11/2020 (anexo E), com o objetivo é fazer com que os alunos entendam que o combate à violência doméstica contra a mulher não é função apenas do Estado, mas de toda a sociedade. Seguiram alguns questionamentos para compor a análise: 1. Como os dados e estatísticas fornecidos na pesquisa contribuem para a compreensão do problema da violência doméstica? (Dados e estatística) 2. Quais são os pontos de vista predominantes expressos pelos entrevistados na pesquisa? (Percepção da população) 3. Como o isolamento social e a vigilância do agressor são destacados como obstáculos? (Desafios durante a pandemia) 4. Como são mencionados os discursos a serem desconstruídos, conforme identificado na pesquisa? (Conscientização e desconstrução de discursos) 5. Quais são as sugestões dadas pelos entrevistados para apoiar as vítimas? (Reação da população e apoio às vítimas) 6. Quais são os dados relacionados à conscientização sobre linhas de apoio e aplicativo? (Conhecimento de recurso).

A atividade onze, foi apresentada a Lei Maria da Penha 11.604/06 para que em pares analisassem os resultados e mudanças ocorridas nesses 17 anos após a sua vigência. Foram apresentadas as taxas de homicídio femininos no Brasil e Pernambuco a partir de 2020, período da pandemia até os dias atuais, com a finalidade de analisar os resultados da implantação da Lei em defesa da mulher vitimizada e conhecer nova redação com abrangência da violência física, moral, patrimonial, psicológica e sexual (Anexo H). Como atividade será proposto os principais resultados da eficácia e da ineficácia da Lei.

Quadro 4 – Plano de aula das atividades 09, 10 e 11

| Oficina 04 – atividades 09, 10 e 11 |
|---|
| <p>Objetivo geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover a investigação de notícias sobre violência contra a mulher de modo que os estudantes possam perceber a forma de abordagem da edição on-line do jornal Diário de Pernambuco, a partir de 2020 mediante postagens analisadas. <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimular o trabalho em equipe como forma de trocar experiências de aprendizagens. - Estimular os estudantes a perceberem quais recursos-discursivos (na dimensão textual) são mais empregados nos textos jornalísticos sobre violência contra a mulher; |

| | |
|--|---|
| - Proporcionar discussão entre os estudantes sobre a importância de conhecer uma lei que protege as mulheres e sua evolução com o passar do tempo. | |
| EIXO DE ENSINO | <ul style="list-style-type: none"> • Leitura. • Oralidade. • Escrita. |
| PROCEDIMENTO | <ul style="list-style-type: none"> • Discussão em grupo; • Leitura compartilhada. |
| AVALIAÇÃO | <ul style="list-style-type: none"> • Cooperação mediante análise significativa sob a realização de atividades propostas. • Apresentação de recursos de ajuda. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nos textos fornecidos sobre a violência doméstica foi promovida uma atividade de discussão em grupo para instigar a reflexão e estimular sobre o propósito do tema. Os grupos mencionaram que ambas as histórias descrevem situações de violência física e psicológica em seus relacionamentos. No relato das vítimas, os alunos perceberam as escolhas linguísticas com o uso de termos que relatam comportamentos abusivos, como: “puxava pelo braço”, “trancava a porta”, indicando ações físicas de controle. Para Fairclough, essas falas contribuem para a construção de significado e poder. “Falar sobre educação de relacionamento desde cedo livra muitas mulheres de atos de violência”, percepções evidenciadas por um grupo, quando se trata de experiência dolorosa de um relacionamento saudável, evita, portanto, a naturalização de comportamentos inadequados.

Os textos apresentam uma variedade de recursos discursivos para produzir informações, contar histórias e destacar pontos de vista sobre a violência. Alguns desses recursos observados incluem: Narrativa de histórias pessoais: os relatos de Cecília e Tatiana, no primeiro texto, assim como os dados, exemplos citados na pesquisa, no segundo texto, utilizam histórias pessoais para ilustrar e humanizar a problemática da violência doméstica. Isso cria empatia e torna o tema mais tangível. Citação direta: os grupos sentiram veracidade das informações por constar discursos diretos das pessoas. Essas citações dão voz às experiências reais e reforçam os pontos destacados nos textos. Esse recurso é eficaz para preservar a autenticidade das vozes de transmitir experiências individuais. Apresentação de causa e efeito: “As mulheres evitaram denunciar por causa da pandemia e medo da agressão”, com esta percepção a pesquisa explora as razões pelas quais tiveram dificuldades em denunciar a violência doméstica. Expressões de opinião e julgamento: Expressões como: “é preciso agir rápido” e “discursos a serem desconstruídos” refletidos nos textos, destacam a urgência de ações e as áreas que precisam de atenção.

De acordo com a abordagem da análise do discurso destacamos alguns pontos-chaves em que inclui relatos e experiências de violência doméstica. Aqui estão algumas dimensões para considerar:

Análise do texto: Escolhas linguísticas: as expressões, como: “puxava pelo braço”, “trancava a porta”, indicando ações físicas de controle. No segundo texto, termos como: “percepção da população”, “denúncia” e “saída apoiada pela maioria”, revelam aspectos da linguagem que moldam a percepção do fenômeno.

Expressões de dificuldade: o relato inclui expressões, como: “falta de percepção” e “não sabia muito bem o que estava fazendo”, sugerindo a complexidade emocional e cognitiva das vítimas diante da situação. No segundo texto, a expressão “ficou mais difícil para a mulher denunciar durante o período da pandemia”, indicando os desafios específicos enfrentados pelas vítimas.

Prática discursiva:

Produtores do discurso: As vítimas são os produtores do discurso, suas vozes são apresentadas nos relatos de experiência de relacionamentos abusivos envolvida por uma narrativa pessoal e detalhada das experiências vividas pelas mulheres. No caso de Cecília e Tatiana, são apresentadas em 1ª pessoa, proporcionando uma perspectiva direta e íntima sobre as situações que enfrentaram. Quanto à recepção desses relatos pela sociedade, pode ser acolhido com compaixão e apoio. A conscientização crescente sobre a importância de combater a violência doméstica e o entendimento de que o abuso pode ocorrer em diversos contextos têm contribuído para uma maior sensibilização. No entanto, ainda há desafios a ser enfrentado devido a ideia equivocada, como culpar a vítima ou minimizar a gravidade do abuso. Algumas mulheres enfrentam resistência a compartilhar suas histórias, especialmente quando há falta de compreensão sobre os ciclos de violência e suas complexidades.

O papel da mídia, das organizações e das comunidades é fundamental para promover uma resposta mais empática e informada. Campanhas de conscientização, programas educacionais e serviços de apoio podem ajudar a mudar atitudes e criar um ambiente mais solidário para as vítimas.

Produtores do discurso: No segundo texto, os pesquisadores que conduziram a pesquisa são os produtores do discurso. Os institutos Patrícia Galvão e Locomotiva mencionados na pesquisa também podem ser considerados produtores indiretos do discurso, pois são responsáveis pela condução da pesquisa sobre violência doméstica contra a mulher na pandemia. No entanto, a notícia em si é o resultado da interpretação e apresentação dos dados coletados pelos jornalistas da Agência Brasil. Seguem algumas observações como a análise sobre a violência

doméstica foi abordada: Ênfase nas fontes da pesquisa: A notícia destaca que a pesquisa foi realizada pelos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, o que confere credibilidade aos resultados apresentados. Isso sugere uma abordagem jornalística baseada em dados e pesquisa. Destaque para números e pesquisas: O texto enfatiza porcentagens e estatísticas obtidas na pesquisa, como os 77% que acreditam na necessidade de apoio da família e amigos. A abordagem quantitativa busca fornecer uma visão objetiva e mensurável da situação. Inclusão de citações e entrevistas: Citações diretas de especialistas, como a diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, e a diretora de pesquisa do Instituto Locomotiva, Máira Saruê Machado, são incluídas para oferecer análises e interpretações adicionais aos dados apresentados. Ênfase na sensibilidade da sociedade: O texto destaca que a sociedade demonstra sensibilidade em relação às barreiras enfrentadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica. Esse destaque pode ser interpretado como um esforço para reconhecer a empatia da sociedade diante dessa problemática. Abordagem dos desafios durante a pandemia: A notícia ressalta os desafios adicionais impostos pela pandemia, como o isolamento social e a possibilidade de o agressor vigiar a vítima. Essa abordagem contextualiza a pesquisa, considerando o cenário específico da pandemia. Apelo à ação rápida: O texto destaca a necessidade de agir rapidamente na consolidação e comunicação de portas de saída efetivas para romper com o ciclo da violência. Essa abordagem sugere um apelo à ação e à conscientização pública.

Prática social

Relações de poder e controle: De acordo com o primeiro texto, os relatos fornecidos, algumas dinâmicas de poder evidentes incluem o controle, manipulação emocional e física por parte dos agressores. Aqui estão algumas das dinâmicas específicas mencionadas nos relatos: Controle físico: No relato de Cecília, ela descreve que seu namorado a puxava pelo braço para o quarto e trancava a porta, mesmo quando ela expressava seu desconforto e falta de consentimento. Esse comportamento demonstra um controle físico, onde o agressor utiliza a força para impor sua vontade sobre a vítima. Manipulação emocional: Tatiana menciona experimentar um relacionamento abusivo que envolveu abuso psicológico, humilhações e a revelação de traições por parte do parceiro. Esse tipo de comportamento configura uma forma de manipulação emocional, onde o agressor busca minar a autoestima da vítima, controlar suas emoções e mantê-la em um estado de dependência emocional. Descrédibilização da vítima: No caso de Cecília, ela relata que os pais não acreditavam nela e, na visão deles, o

comportamento abusivo era algo consentido por ela. Esse tipo de descrédibilização é uma dinâmica de poder, onde a vítima enfrenta dificuldades para ser levada a sério e obter apoio, contribuindo para sua sensação de isolamento e vulnerabilidade. Ciclo vicioso de violência: Ambos os relatos indicam a presença de um ciclo vicioso de violência. Tatiana, por exemplo, descreve como, mesmo após descobrir a traição, ela enfrentou dificuldades para sair do relacionamento abusivo. Esse ciclo muitas vezes envolve episódios de violência intercalados com períodos de aparente calma, o que pode confundir e manter a vítima presa ao relacionamento.

Essas dinâmicas de poder destacam como os agressores buscam exercer controle sobre as vítimas, seja por meio de manipulação emocional, violência física ou descrédibilização. Identificar essas dinâmicas é crucial para entender a natureza do relacionam

Relações de poder e controle: O segundo texto, destaca os desafios específicos enfrentados pelas mulheres vítimas de violência doméstica. De acordo com os grupos seguem algumas maneiras pelas quais o texto aborda esse aspecto: Isolamento social como obstáculo: O texto destaca que o isolamento social imposto pela pandemia pode tornar mais difícil para as mulheres romperem o ciclo da violência. O agressor pode vigiar a mulher o tempo todo, limitando sua capacidade de buscar ajuda ou denunciar. Aumento da violência durante a pandemia: A pesquisa mencionada no texto indica que, na percepção de 87% dos entrevistados, a pandemia do novo coronavírus contribuiu para um aumento da violência contra a mulher. Esse aumento pode ser interpretado como uma manifestação do poder e controle exercido pelos agressores em um contexto de maior vulnerabilidade. Dificuldades para denunciar: O texto aponta que 49% das pessoas acreditam que ficou mais difícil para as mulheres denunciarem a violência doméstica durante a pandemia. Isso é atribuído ao fato de que o agressor pode vigiar a mulher constantemente, reforçando a ideia de controle sobre suas ações. Motivos para permanecer em relações violentas: A pesquisa revela que, na percepção da população, mulheres que permanecem em relações violentas agem assim principalmente por causa dos filhos, por medo de serem mortas e por dependência econômica. Esses fatores indicam formas de controle exercido pelo agressor sobre a vida e as decisões da vítima. Desafios adicionais durante a pandemia: O texto destaca que o isolamento dos amigos e da família durante a pandemia é apontado como um dos principais motivos que dificultam a denúncia. A limitação dos recursos de apoio social pode aumentar a sensação de controle exercido pelo agressor sobre a vítima.

Assim, o texto aborda as relações de poder e controle ao estacar como a pandemia intensifica esses aspectos, criando um ambiente propício para o aumento da violência doméstica e dificultando a busca de ajuda por parte das mulheres vítimas.

Normas e valores socioculturais: O texto sugere que as normas e valores culturais exercem uma influência significativa na percepção e resposta à violência doméstica. Aqui estão alguns pontos que evidenciam essa relação: Apoio da família e amigos: A pesquisa destaca que 77% dos entrevistados acreditam que as mulheres precisam principalmente do apoio da família e de amigos para enfrentar a violência doméstica. Essa ênfase no apoio social pode refletir normas culturais que valorizam fortemente os laços familiares e de amizade como recursos essenciais de suporte. Apoio do Estado: A percepção de que as mulheres necessitam do apoio do estado (69%) sugere uma expectativa da sociedade em relação à intervenção e proteção governamentais. Isso pode ser influenciado por valores culturais que esperam que as instituições governamentais desempenhem um papel ativo na garantia do bem-estar e segurança das pessoas. Desconstrução do discurso: Apesar de 62% discordarem do ditado “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, 27% ainda concordam. Essa divergência reflete a persistência de normas culturais que podem desencorajar a intervenção externa em questões domésticas, mesmo em casos de violência. Percepção sobre mulheres que permanecem em relações violentas: A pesquisa revela que 75% acreditam que mulheres que permanecem em relações violentas escolhem correr o risco. Isso pode refletir normas culturais que julgam as escolhas das vítimas, sugerindo uma resistência em questionar as dinâmicas de poder tradicionais em relacionamentos. Reações e denúncias por conhecidos: A pesquisa indica que entre aqueles que conhecem uma vítima, 58% aconselharam a fazer uma denúncia. Essa resposta pode ser moldada por normas culturais que promovem a responsabilidade coletiva e a intervenção em situações de injustiça. Desafios na divulgação de recursos: Apenas 31% conhecem aplicativos de ajuda para vítimas de violência doméstica, indicando uma possível falta de conscientização sobre recursos disponíveis. Isso pode ser influenciado por normas culturais que afetam a divulgação eficaz de serviços de apoio, seja devido a barreiras de comunicação ou estigma associado à busca de ajuda.

Ao refletir sobre ideologia e hegemonia, podemos observar como as normas culturais retratadas no texto refletem e reproduzem relações de poder existentes na sociedade. Por exemplo, a ênfase no apoio da família e amigos pode refletir uma ideologia que valoriza os laços familiares e de amizade, mas também pode perpetuar a hegemonia de estruturas familiares tradicionais que podem ser prejudiciais às vítimas de violência doméstica. Da

mesma forma, a percepção sobre a responsabilidade do Estado na proteção das vítimas reflete uma ideologia que atribui ao governo o papel de garantir o bem-estar e a segurança dos cidadãos, mas também pode evidenciar a hegemonia do Estado como o principal provedor de proteção, desconsiderando outras formas de apoio comunitário.

4.5.5 Oficina 05 – Vozes e intenções existem?

A oficina de “Vozes e intenções existem?” contemplou duas atividades de leitura. Inicialmente os alunos foram dispostos em semicírculo, para aplicar a atividade 12. Entregamos uma notícia do jornal Folha de Pernambuco, intitulada “Padre Airton, da Fundação Terra, é acusado de orquestrar estupro contra fiel; ele nega” (Anexo G), para que fosse feita uma leitura colaborativa. A outra notícia intitulada “Ex-secretário de Justiça Pedro Eurico é condenado por violência contra ex-esposa” (Anexo H) contemplou o quadro desse estudo. Em seguida, todas as perguntas desenvolvidas focaram nas relações de poder e ideologias que estavam ou não por trás dos discursos do gênero feminino do referido texto do Anexo G.

As atividades apresentadas aos alunos foram destinadas a aprofundar se os fatos mencionados pelos autores das notícias eram significativos ou não com relação à neutralidade e imparcialidade dos fatos, mediante escolhas lexicais e gramaticais.

Iniciamos a roda de conversa levantando questionamento para nortear o momento. Seguem as seguintes indagações: 1. Como o discurso utilizado na defesa do padre Airton pela Fundação Terra contribui para a construção da identidade do padre e da instituição? Quais são os elementos linguísticos que moldam essa identidade? 2. Como o uso dos termos “acusado” e “suposta vítima” influencia a interpretação dos eventos? Esses termos contribuem para a negociação de significados e perspectivas diferentes sobre o caso? 3. Como a linguagem jurídica e canônica presente no texto medeia as ideologias religiosas e legais? Como essas ideologias influenciam a interpretação das ações tomadas pela igreja Católica? 4. Como as relações de poder são evidenciadas no texto, principalmente no afastamento do padre Airton de suas funções religiosas? 5. Como o discurso usado na nota da Fundação Terra sobre a continuidade das “obras sociais da Terra” influencia a percepção pública das atividades da instituição? 6. Como as práticas discursivas da igreja Católica, representadas nas notas oficiais, refletem uma forma de hegemonia discursiva sobre a narrativa do caso? 7. Como o texto representa o conflito discursivo entre as alegações feitas por Sílvia, a vítima, e a defesa do padre Airton? Quais estratégias discursivas são empregadas por ambas as partes para

influenciar a interpretação dos leitores? 8. Como as práticas discursivas presentes no texto podem influenciar a percepção e a reação da comunidade local? 9. Como você pode repensar sobre a atitude de Sílvia no texto? (Contexto emocional, relação de confiança, possíveis motivações, impacto na comunidade, papel da mídia, legalidade ética, possíveis vieses e a perspectiva da justiça) 10. De que maneira pode refletir sobre as vozes e intencionalidades que se manifestam por trás dos discursos encontrados na notícia?

Quadro 5 – Plano de aula das atividades 12 e 13

| Atividades 12 e 13 | |
|---|---|
| <p>Objetivo geral: Discutir a manipulação da mídia mediante as escolhas lexicais e gramaticais em textos que abordam a violência contra a mulher resultantes de ideologia e hegemonia.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Incentivar os estudantes a repensarem sobre atitudes individuais e coletivas que não cooperam para a violência em geral, especificamente ao gênero feminino. - Articular discussão entre os estudantes acerca das abordagens discursivas de cada notícia trabalhada. - Possibilitar que os estudantes reflitam sobre os efeitos de sentido provocados pela articulação entre o texto verbal e o imagético. - Proporcionar que os estudantes reflitam sobre a ampliação de sentidos e interpretações decorrentes do recurso da intertextualidade. - Estimular os estudantes para que reflitam sobre as vozes e intencionalidades que se manifestam por trás dos discursos das postagens analisadas. | |
| EIXO DE ENSINO | <ul style="list-style-type: none"> • Leitura. • Oralidade. • Escrita. |
| PROCEDIMENTO | <ul style="list-style-type: none"> • Roda de conversa • Leitura compartilhada. |
| AVALIAÇÃO | <ul style="list-style-type: none"> • Cooperação mediante análise significativa sob a realização de atividades propostas. |

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta oficina foram apresentadas 2 notícias, mas apenas uma dela foi o foco para análise. Os alunos refletiram a respeito do tema que abordou a violência contra a mulher. No primeiro encontro, a sala estava organizada em semicírculo para realizar a leitura compartilhada da notícia “Padre Airton, da Fundação Terra, é acusado de orquestrar estupro contra fiel; ele nega” (Anexo G), da qual foi levantado vários questionamentos, através da discussão em grupo.

A análise do discurso envolve a investigação das práticas linguísticas e discursivas para compreender como o poder, as ideologias e as relações sociais são construídas e refletidas na linguagem. Na interpretação do texto fornecido, os estudantes puderam levantar

algumas considerações que estão destacadas: Neutralidade e prudência: Um determinado grupo de alunos informou que “o texto é neutro e cuidadoso quando se fala sobre a Sílvia como ‘a suposta vítima’. Essa escolha linguística busca manter uma abordagem imparcial, reconhecendo a presunção de inocência antes da conclusão das investigações. Influência religiosa e legal: “Muitos termos jurídicos que podem ser o poder que a igreja mantém”, pensamento notificado por um outro grupo sobre a relação entre a igreja Católica e as instituições legais é evidente na abordagem das acusações e nas medidas disciplinares tomadas. Hierarquia eclesiástica: “O bispo de Pesqueira que afastou o padre Airton de suas funções”, destaca a hegemonia da hierarquia eclesiástica sobre seus membros. Essa decisão reflete o exercício do poder dentro da estrutura da igreja. Defesa e preservação de imagem: “A nota da Fundação Terra quer preservar a imagem do padre e também da instituição”, essa defesa é uma prática discursiva voltada para a preservação da reputação em meio a alegações sérias. Comunicação oficial e controle da narrativa: “As notas por parte da Igreja Católica e a Fundação Terra toma toda a notícia”, essas comunicações visam moldar a percepção pública, influenciando como as informações sobre o caso são recebidas pela comunidade religiosa e pela sociedade em geral. Impacto na comunidade religiosa: “A decisão da igreja tem poder sobre os fiéis”. Isso sugere uma dinâmica de poder dentro da comunidade, onde as ações da liderança eclesiástica moldam a resposta da comunidade.

A análise do discurso em sua abordagem crítica, concentra-se na relação entre linguagem, poder e ideologia. Veremos a aplicação de alguns princípios dessa abordagem à interpretação do texto, identificados pelos estudantes: Práticas discursivas e práticas sociais: A ACD destaca que as práticas discursivas não são apenas formas de comunicação, mas também práticas sociais que refletem e moldam relações de poder. No texto, a emissão de notas oficiais pela igreja e pela Fundação Terra, notado pelos alunos, bem como as ações disciplinares tomadas, são práticas discursivas que refletem o poder das instituições religiosas. Relações de poder e hierarquia: A ação do bispo de Pesqueira em afastar o padre Airton de suas funções religiosas e a resposta da comunidade religiosa destacam as relações de poder e hierarquia dentro da instituição eclesiástica. O controle da narrativa e a tomada de decisões refletem a influência da hierarquia sobre a comunidade. Construção de identidade e imagem: A defesa pública do padre Airton pela Fundação Terra pode ser interpretada como uma tentativa de construir uma identidade positiva e preservar a imagem do padre e da instituição em meio às acusações. A ACD enfatiza como o discurso é uma ferramenta para construir e negociar identidades sociais. Discurso como prática ideológica: “As palavras como ‘acusado’, ‘supostas vítimas’ e citações referente à igreja diz a importância da fala” do peso da fala. A

linguagem escolhida influencia a percepção dos leitores sobre os eventos, e o uso de termos jurídicos e religiosos reflete as ideologias subjacentes ao texto. Discurso como lugar de conflito e negociação: “o que diz a defesa do padre Airton e a decisão da igreja mostra o choque e o ajuste.” As partes envolvidas estão utilizando o discurso para moldar a interpretação dos eventos. Sílvia busca criar empatia, destaca a proximidade com o padre e estabelece a culpabilidade, enquanto a defesa do padre se concentra na negação assertiva, na confiança das investigações e em apelos à serenidade para preservar a imagem e a credibilidade do padre.

Ainda de acordo com a abordagem da ACD destacamos outros pontos com relação ao léxico:

Análise do texto: Termos jurídicos e religiosos: Os grupos observaram termos jurídicos, como “acusado”, “denúncia”, “investigação”, “sigilo pela justiça”, indicando a natureza legal do caso. Termos religiosos, como “pároco”, “fiel”, “igreja Católica”, “bispo”, “sacerdote”, “sacramento” que mostra a relevância do contexto religioso; Descrição detalhada do incidente: Os grupos identificaram o local do incidente “residência afastada dentro do terreno da Fundação Terra”, o suposto agressor “motorista e segurança do padre”, e a ação do padre durante o incidente; Reações e medidas tomadas: Termos como “lamenta”, “injustiçado”, “provarão a inocência”, “ad cautelam” são usados na resposta do padre Airton, sugerindo uma defesa ativa contra as acusações. A nota da igreja destaca a proibição do padre de presidir ou administrar sacramentos como uma medida disciplinar; Relação prévia: A relação entre Sílvia Tavares de Souza e o padre Airton é descrita como iniciada em 2019, durante um tratamento para depressão, indicando um relacionamento anterior à acusação; Expressões de confiança e inocência: Identificado pelos grupos que “restabelecer a verdade dos fatos” expressa confiança nas investigações e reafirma sua inocência; Cuidado nas comunicações: O uso de termos como “movidas por interesses que ainda não estão claros” na nota do padre Airton sugere uma atenção para a possibilidade de motivações ocultas por trás das acusações.

Análise da prática discursiva: intertextualidade

No texto em análise não há evidências explícitas de intertextualidade com obras específicas. No entanto, podemos observar algumas características que podem ser relacionadas a contextos culturais e religiosos mais amplos: Expressões religiosas: O texto contém uma linguagem intrinsecamente ligada ao contexto religioso, usando termos como

“sacramento”, igreja Católica”, “bispo” e “sacerdote”. Esses termos são parte do vocabulário religioso que os leitores familiarizados com a tradição católica podem reconhecer; Estilo formal das comunicações oficiais: A nota do bispo de Pesqueira e a resposta da Fundação Terra em nome do padre Airton seguem um estilo formal, que é comum em documentos oficiais e eclesiásticos. Essa formalidade pode ser associada a gêneros textuais específicos dentro do contexto religioso e legal; Referência a cânones da igreja: A nota do bispo menciona a “disposição do cânon 1395, § 2, do Código de Direito Canônico”, indicando uma referência explícita ao código legal da igreja Católica. Essa referência contribui para a compreensão do processo disciplinar adotado pela igreja.

Embora não haja referências diretas a textos externos, a linguagem e o estilo do texto estão enraizados em convenções específicas do discurso religioso e legal. Essas características podem ser consideradas intertextuais, pois refletem a influência de tradições e gêneros textuais específicos.

A prática discursiva no texto envolve a comunicação de informações relacionadas a um evento específico, neste caso, as acusações feitas contra o padre que pode ser identificada através de vários elementos presentes no texto: Relato e eventos: O grupo apontou que a notícia traz acusação de estupro contra o padre Airton. O texto fornece detalhes sobre o suposto incidente, como o local, as pessoas envolvidas e a natureza das alegações; Resposta do padre: A resposta do padre Airton, veiculada pela Fundação Terra, é outra prática discursiva. Ele nega as acusações, expressa sua tristeza e confiança na investigação, e assegura aos fiéis que as atividades sociais da instituição continuarão; Cuidado com a imagem do padre: A prática discursiva também inclui estratégias para preservar a imagem do padre. Termos como “injustiçado” e a menção de interesses não claros nas acusações sugerem uma abordagem defensiva para proteger a reputação do acusado; Sensibilidade na abordagem do caso: A maneira como o texto relata o caso demonstra uma sensibilidade para lidar com uma situação delicada. Ele inclui informações sobre o relacionamento prévio entre a suposta vítima e o padre, sem tirar conclusões precipitadas.

Análise da prática social

A prática social presente no texto está relacionada à divulgação e tratamento público de acusações graves contra a figura pública, o padre Airton. Algumas das práticas sociais evidenciadas no texto incluem: Denúncia e visibilidade do caso: “A suposta vítima, Sílvia, trouxe as acusações a público ao relatar o incidente.” Esse ato de denúncia é uma prática

social que visa tornar conhecida uma situação grave; Investigação legal: “Houve investigação no caso da acusação”. A Polícia Civil de Pernambuco (PCPE) e o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) estão envolvidos das acusações. Isso reflete a prática social de lidar com casos de natureza criminal por meio das instituições legais; Afastamento pela igreja: “A igreja afastou o padre de suas funções”. Esse afastamento é uma prática social relacionada à responsabilidade da igreja em lidar com a conduta de seus membros; Reação da comunidade religiosa: “Como confiar em um padre com esse comportamento?”, “Não acreditamos que o padre tenha estuprado essa mulher”. A reação da comunidade religiosa à notícia é uma prática social relevante. As decisões da igreja e as alegações do padre impactam diretamente a confiança e a percepção dos fiéis; Defesa pública do padre: A defesa pública do padre, expressa na nota da Fundação Terra, é uma prática social que busca manter a confiança dos fiéis, assegurando que as atividades sociais da instituição continuarão; Impacto nas obras sociais: A nota da Fundação Terra destaca “obras sociais da Terra serão mantidas”. Isso reflete a prática social de garantir a continuidade das atividades sociais mesmo em meio a acusações sérias contra um membro proeminente da instituição.

A presença de ideologia e hegemonia de poder no texto pode ser analisada considerando alguns elementos contextuais e linguísticos: Ideologia religiosa: O texto está inserido em um contexto religioso, dado que as acusações envolvem uma figura religiosa, o padre Airton Freire, e a resposta inclui comunicados oficiais da igreja Católica. Nesse contexto, há uma influência ideológica ligada à fé, à moral e aos princípios da instituição religiosa; Hegemonia eclesiástica: A decisão do bispo de Pesqueira de afastar o padre de suas funções religiosas destaca a autoridade e o poder da hierarquia eclesiástica sobre seus membros. Essa ação reflete uma forma de hierarquia dentro da estrutura da igreja; Reação da comunidade religiosa: A reação da comunidade religiosa ao afastamento do padre pode ser interpretada como um reflexo da hegemonia da igreja sobre seus fiéis. A decisão do bispo pode moldar a percepção e a resposta da comunidade, evidenciando a influência da autoridade religiosa; Defesa do padre: A defesa pública do padre na nota da Fundação Terra destaca a ideologia de proteção à reputação e imagem da instituição. A defesa do padre pode ser vista como um esforço para preservar a autoridade e a influência da Fundação Terra na esfera social.

Interpretação dos estudantes sobre a atitude de Sílvia

A reflexão sobre a atitude de Sílvia no texto requer uma abordagem crítica e sensível, considerando a complexidade do tema abordado. De modo geral a depressão não justifica ou desculpa comportamentos ilegais, como é o caso das acusações feitas por Sílvia, porém a abordagem da ACD permite analisar o discurso em torno do caso, considerando suas implicações sociais, políticas, ideológicas, incluindo como a depressão pode influenciar a interpretação dos eventos por parte de Sílvia e as estratégias discursivas adotadas para defender o padre acusado.

A influência da depressão nas ações e percepções pode ter desempenhado um papel de distorção cognitiva, vulnerabilidade emocional, autoestima e autocrítica, relações interpessoais, a relação próxima com o padre pode ter sido devido a vulnerabilidade emocional associada à depressão, impactam a dinâmica entre eles.

Com relação à dinâmica de poder entre Sílvia, o padre e o motorista podem ter desempenhado um papel crucial nas interações entre eles, de forma que Jailson, como motorista e segurança do padre, está em uma posição de empregado e, por extensão, subordinado do padre.

De forma subjetiva os alunos abordaram as possíveis motivações por trás das alegações de Sílvia que incluem busca por justiça, proteção pessoal, revelação de abuso de poder, experiência traumática, vingança ou ressentimento. É papel das autoridades judiciais e da polícia analisar as evidências, ouvir todos os envolvidos e chegar a uma conclusão fundamental.

A divulgação pública das acusações contra o padre pode ter uma influência significativa na narrativa e percepção das ações de Sílvia, e a mídia desempenhou um papel crucial nesse processo de forma a moldar tal compreensão. Para os grupos o caso atuou na formação de opinião pública sobre a credibilidade das acusações e a veracidade dos eventos relatados por Sílvia.

Parte dos grupos enfatizaram que a mídia não influenciou a empatia do público em relação a ela. A cobertura ao caso enfatizou a sua coragem ao denunciar um crime grave. A imprensa equilibrou a cobertura para preservar a presunção de inocência do acusado até que as investigações sejam concluídas. “A mídia não foi sensacionalista”, relatado por um grupo, a ponto de prejudicar a reputação do padre Airton antes mesmo e qualquer veredicto legal.

Na discussão houve um grupo que informou sobre “o papel da mídia em estimular a discussão para a sociedade acerca de abuso sexual, como também proteção de vítimas”. A

cobertura midiática também pode estimular outro tema relacionado, como o abuso de poder. Isso pode aumentar a conscientização sobre tais problemas dentro da sociedade.

Vozes e intencionalidades

Ao refletir sobre as vozes e intencionalidades por trás dos discursos de uma postagem analisada, os grupos consideraram várias dimensões que influenciaram a construção da mensagem. Seguem algumas orientações para essa reflexão: Identificação das vozes envolvidas: Sílvia - Ela é a suposta vítima no caso e a pessoa que fez a denúncia contra o padre Airton Freire. A postagem inclui informações sobre seu relacionamento com o padre, desde o momento em que ela procurou ajuda durante o tratamento contra a depressão até a alegação de estupro; Padre Airton Freire - Ele é o acusado na denúncia de estupro. O padre Airton Freire é conhecido por seus serviços religiosos prestados à Fundação Terra em Pernambuco. Ele nega veementemente as acusações e expressa sentir-se injustiçado por elas; Bispo de Pesqueira, Dom José Luiz Ferreira Salles - O bispo emite um comunicado afirmando a suspensão de ordem do padre Airton Freire de Lima, proibindo-o de presidir ou administrar qualquer Sacramento ou Sacramental. O bispo representa a autoridade eclesiástica local e toma medidas em resposta às acusações; Motorista e segurança do padre, Jailson Leonardo da Silva - A denúncia de Sílvia menciona Jailson Leonardo da Silva como o motorista e segurança do padre, alegando que ele a forçou a ter uma relação sexual a pedido do religioso e os advogados Mariana Carvalho e Marcelo Leal - Na nota da Fundação Terra, são mencionados os advogados Mariana Carvalho e Marcelo Leal como aqueles que estão defendendo o padre Airton Freire; Contextualização da intencionalidade: A intenção geral por trás da postagem parece ser informar o público sobre as acusações de estupro feitas contra o padre Airton Freire, destacando a reação da comunidade religiosa e das autoridades eclesiásticas. A postagem busca relatar os eventos relacionados ao caso, incluindo a denúncia da suposta vítima, a reação da Igreja Católica local e a resposta do padre Airton Freire. No entanto, é importante considerar que a intencionalidade pode variar dependendo do veículo de mídia, do autor da postagem e de outros fatores. A postagem pode ter sido redigida com o objetivo de gerar conscientização sobre a questão do abuso dentro de instituições religiosas, estimular o debate público sobre a proteção de vítimas ou, em alguns casos, até mesmo influenciar a opinião pública em relação ao padre Airton Freire. Além disso, a escolha de palavras, a forma como os eventos são apresentados e o tom da postagem podem influenciar a resposta emocional dos leitores. A notícia de acusações de estupro é intrinsecamente

emocional, e a postagem pode ter sido elaborada de maneira a suscitar empatia pelas vítimas, indignação em relação ao crime ou mesmo desconfiança em relação à instituição religiosa.

Essa abordagem reflexiva ajuda o aluno a desenvolver uma compreensão mais profunda das dinâmicas por trás do discurso, incentivando uma análise crítica e contextualizada das mensagens apresentadas.

4.5.6 Oficina 06 – Atividade final

Considerando a oficina final, foi proposto para esta etapa um seminário em que os alunos argumentaram sobre uma questão do tema determinado. Ênfase que constaram a análise crítica sobre a percepção dos fatos noticiados de violência contra a mulher.

Quadro 6 – Plano de aula da atividade 14

| Proposta de um seminário | |
|---|---|
| <p>Objetivo geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Averiguar se houve avanço no nível de compreensão dos estudantes diante da leitura e análise de notícias do jornal Diário de Pernambuco e do jornal Folha de Pernambuco. <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar se houve mudanças na percepção dos estudantes, através de exposição oral, quanto a questões relacionadas violência contra a mulher, após a vivência das oficinas. - avaliar o nível de percepção dos estudantes diante da análise crítica de notícias a respeito dos seguintes aspectos: propósito comunicativo, intencionalidade dos discursos, articulação entre texto verbal e imagético, intertextualidade e prováveis relações de poder, ideologias e hegemonias. - Verificar os possíveis caminhos de superação no bojo das práticas sociais e nos discursos fazendo uma crítica para a mudança social; | |
| EIXO DE ENSINO | <ul style="list-style-type: none"> • Leitura. • Oralidade. |
| PROCEDIMENTO | <ul style="list-style-type: none"> • Seminário |
| AVALIAÇÃO | <ul style="list-style-type: none"> • Exposição dos argumentos dos alunos |

Fonte: Elaborado pela autora.

A Responsabilidade Ética da Mídia na Abordagem de Casos de Violência contra a Mulher

A mídia desempenha um papel estratégico na formação de opinião e na influência de políticas públicas e pode contribuir para expandir, contextualizar e introduzir o debate sobre a forma da violência contra a mulher.

Nesta oficina, trataremos sobre a mediação de um estudo orientado com foco em leitura crítica, que é uma possibilidade eficaz de promover o pensamento analítico e a compreensão aprofundada de um determinado texto. Ao observar alguns elementos críticos, tais como: construção de significados, contextualização, intenção do discurso, o poder e relações sociais, análise crítica da mídia, bem como os efeitos do discurso, os participantes podem aprofundar sua compreensão do discurso em questão, analisando não apenas o que é dito, mas também como e por quê. Isso promove uma leitura mais aprofundada e uma apreciação mais completa do papel da linguagem na construção de significados e na formação de perspectivas. No que se refere à organização e gestão do seminário correspondente a parte final, salientamos o progresso quanto ao nível de compreensão dos alunos diante da análise do evento em questão.

O andamento da oficina foi dado com a formação de cinco grupos com cinco componentes, realizado por um período de 2h. Propomos uma questão para cada grupo, totalizando cinco perguntas relacionadas à análise temática para a produção do seminário sobre o tema único “A responsabilidade ética dos meios de comunicação social em reportar a violência contra a mulher”.

Foi de livre escolha a ordem de participação dos grupos que de forma simultânea receberam as questões para que iniciassem uma discussão entre eles por 15min e posteriormente foi estipulado 15min de apresentação expondo para o grande grupo suas conclusões.

Para iniciar o momento, entregamos as questões pertinentes aos grupos de acordo com a ordem numérica estabelecida. Assim, seguiram as perguntas para tecer alguns apontamentos sobre a temática.

Pergunta grupo 1: Como a mídia pode modificar sua linguagem ao relatar casos de violência contra a mulher para evitar estereótipos prejudiciais?

Resposta: “a gente acha que pode ser neutra (a linguagem) porque assim se evita preconceito e não culpe as vítimas”. “Escolher com cuidado as palavras e ver o que é mais importante (a informação) para ajudar na escrita (nos textos) ser mais correto”. “Evitar notícias sensacionalistas que muitas vezes só destroem (desumanizam) as vítimas e parentes para ganhar público (ganho midiático).” “Deixar as vítimas falar a verdade sobre o ocorrido.” “Dizer informações sobre a acontecimentos de violência contra a mulher.

Essas respostas refletem uma abordagem alinhada com os princípios da ACD, buscando uma representação mais ética e equitativa nos relatos de casos de violência contra a mulher. A ACD cultiva uma perspectiva emancipatória, reconhecendo o papel da linguagem na produção, manutenção e mudança de relações de poder na vida social. A linguagem é vista como uma ferramenta que pode promover a reflexão e contribuir para a autonomia de grupos desfavorecidos, sendo uma forma de luta pela mudança social. A ACD foca na mudança discursiva em relação à mudança social e cultural, destacando a linguagem como um modo de ação que molda o mundo e os sujeitos. A função identitária, relacional e ideacional do discurso são fundamentais nessa produção, revelando como o discurso contribui para a construção de identidades sociais, relações sociais e significações do mundo.

Como foi posto pelo grupo, a linguagem é vista como uma ferramenta que pode promover a reflexão e contribuir para a autonomia de grupos desfavorecidos, (as vítimas), sendo uma forma de luta pela mudança social. A ACD foca na mudança discursiva em relação à mudança social e cultural, destacando a linguagem como um modo de ação que molda o mundo e os sujeitos. Deve-se considerar que a mídia, ao modificar sua linguagem ao relatar casos de violência contra a mulher, deve abordar criticamente o léxico, garantindo que as palavras utilizadas não perpetuem estereótipos prejudiciais, como a representação da mulher sendo frágil, submissa ou culpabilizada, como também desfiar ativamente os estereótipos de masculinidade que podem estar associados à violência. Deve-se igualmente dar ênfase na responsabilidade do perpetrador, destacando suas ações como atos violentos e criminosos, em vez de atribuir a responsabilidade à vítima, utilizando uma linguagem que destaque a gravidade da violência e suas implicações legais. É relevante a promoção de empatia e sensibilidade dos meios de comunicação ao relatar casos de violência contra a mulher reconhecendo o impacto emocional nas vítimas e seus familiares. Dessa forma, evita descrições sensacionalistas que possam desumanizá-las ou explorar a tragédia para ganho

mediático. É mais do que necessário a inclusão de múltiplas perspectivas de diversas fontes para evitar visão unilateral ou simplificada dos casos. Na prática discursiva, a mídia deve buscar a diversidade de perspectivas, assegurando que as vozes das vítimas sejam ouvidas e respeitadas. Isso envolve desconstruir estereótipos de gênero e evitar narrativas que simplifiquem ou estigmatizem. Na dimensão da prática social, a mídia desempenha um papel crucial na formação da consciência social e, portanto, deve colaborar ativamente com especialistas e defensores para garantir que suas práticas estejam alinhadas com os objetivos de eliminar a violência de gênero. Uma abordagem crítica, sensível e informada é essencial para contribuir positivamente para a mudança social e cultural.

A ACD busca desnaturalizar práticas discursivas e sociais para evidenciar desigualdades e promover a reflexão crítica sobre o uso da linguagem na sociedade.

Pergunta grupo 2: Como a mídia tratou os casos de violência contra a mulher no período da pandemia? E nos dias atuais?

Respostas: “a gente percebeu que a violência aumentou no período da pandemia e também soubemos pelas redes sociais.” “A reportagem (os meios de comunicação) disse que foram muitas dificuldades para uma pessoa ter ajuda.” “As notícias publicadas nas redes sociais ‘bateu’ (sensibilizou) curiosidades nas pessoas.” “A mídia mostrou que as mulheres ‘sofreu’ mais devido o fator econômico.”

Durante a pandemia, a mídia tratou os casos de violência contra a mulher de várias maneiras, refletindo a gravidade do problema e as mudanças nas dinâmicas sociais durante esse período. Aqui estão algumas sugestões abordadas por este grupo: Destaque da escalada da violência doméstica: A mídia destacou o aumento dos casos de violência doméstica e de gênero durante os períodos de confinamento e distanciamento social. Relatos de organizações de apoio e estatísticas oficiais foram amplamente divulgados para alertar sobre a gravidade do problema; Reportagens sobre obstáculos ao acesso e ajuda: Muitas reportagens abordaram os desafios enfrentados pelas vítimas de violência doméstica para buscar ajuda durante a pandemia. Isso incluiu restrições de movimento, dificuldades em acessar serviços de apoio e medo de represálias por parte dos agressores; Ênfase na importância da conscientização e da solidariedade: A mídia também desempenhou um papel crucial na sensibilização do público sobre a violência contra a mulher, incentivando a denúncia de casos suspeitos e promovendo uma cultura de solidariedade e apoio às vítimas; Exploração das causas estruturais da

violência de gênero: Além de relatar casos individuais, alguns veículos de mídia exploraram as causas estruturais da violência de gênero, incluindo desigualdades econômicas, sociais e de poder, bem como normas culturais prejudiciais; Destaque para serviços de apoio e recursos disponíveis: A mídia também forneceu informações sobre os serviços de apoio disponíveis para vítimas de violência doméstica, incluindo linhas diretas, abrigos de emergência e recursos online.

De acordo com a abordagem da ACD, a análise da importância dada aos casos de violência contra a mulher na mídia durante a pandemia pode ser examinada em três dimensões: texto, prática discursiva e prática social. 1. Dimensão do Texto: Isso envolve a análise das escolhas linguísticas feitas no texto em si. Isso inclui a seleção de palavras, estruturas de sentenças, uso de imagens etc., que influenciam a representação dos casos de violência contra a mulher na mídia. A dimensão textual examina como esses elementos comunicativos contribuem para a construção de significados e narrativas em torno do tema: 2. Prática discursiva: Esta dimensão vai além do texto em si e se concentra nas práticas sociais e institucionais que moldam a produção e a disseminação do discurso na mídia. Isso inclui considerar as condições sociais, políticas e econômicas que influenciam a forma como os casos de violência contra a mulher são abordados na mídia durante a pandemia. Aspectos como agendas políticas, interesses comerciais, influências culturais e poder institucional são examinados nesta dimensão. 3. Prática social: Esta dimensão analisa as consequências e os efeitos do discurso sobre os casos de violência contra a mulher na mídia dentro da sociedade. Isso envolve considerar como as representações midiáticas influenciam as percepções, atitudes e comportamentos das pessoas em relação à violência de gênero. Além disso, investiga-se como essas representações podem perpetuar ou desafiar normas sociais existentes e estruturas de poder.

Ao examinar a importância dada aos casos de violência contra a mulher na mídia durante a pandemia através dessas três dimensões, é possível obter uma compreensão mais abrangente de como o discurso midiático contribui para a construção e reprodução de significados e práticas sociais relacionadas à violência de gênero.

Pergunta grupo 3: Vocês encontram manifestação de poder e ideologia (visão de mundo, de pensamento, de ideia que orienta para ação social ou política) nos textos de notícia de violência contra a mulher? Caso a resposta seja positiva, justifiquem.

Resposta: Sim. “Tem sempre uma autoridade na notícia; um policial, um delegado, um juiz para dar nota do caso, como foi visto a notícia do padre Airton que até o bispo se

pronunciou”. “Os editores dos jornais podem optar pela notícia a ser apresentada e ali colocar ou esconder muitos fatos.”. “O machismo pode tomar conta nos textos que dependem de dados de outros setores.” “Às vezes podem ter nesses textos o apoio de feministas que vão defender a violência sofrida por determinada pessoa.”

Nos textos de notícia de violência contra a mulher, encontramos diversas manifestações de poder e ideologia que moldam a forma como esses eventos são retratados e percebidos. Aqui estão alguns exemplos que vão de acordo com o que foi relatado pelo grupo 3: Poder institucional: Muitas notícias de violência contra a mulher destacam o papel das autoridades policiais, judiciais e políticas na resposta aos casos de violência. Isso pode refletir uma ideologia de confiança nas instituições estabelecidas para lidar com crimes e proteger os direitos das vítimas. No entanto, também pode destacar as falhas e lacunas nos sistemas de justiça e proteção. Poder midiático: As notícias de violência contra a mulher são moldadas pelo poder dos meios de comunicação de massa para influenciar a percepção pública e definir a agenda de discussão sobre questões sociais. Os jornalistas e editores exercem poder ao decidir quais histórias são dignas de cobertura, como são enquadradas e quais detalhes são incluídos ou omitidos. Isso pode resultar em uma representação distorcida da extensão e natureza da violência contra a mulher. Poder das fontes e narrativas dominantes: Os textos de notícias muitas vezes dependem de fontes oficiais, como autoridades policiais ou porta-vozes do governo, para fornecer informações e perspectivas sobre os casos de violência. Isso pode resultar na amplificação das vozes e pontos de vista das instituições estabelecidas, em detrimento das experiências e análises das próprias mulheres. As narrativas dominantes sobre violência de gênero, muitas vezes influenciadas por discursos patriarcais, podem ser reforçadas e legitimadas por meio dessas fontes. Resistência e contra narrativas: Apesar das tendências dominantes, os textos de notícias também podem servir como espaços para desafiar e contestar as ideologias de gênero e poder. Isso pode incluir a inclusão de vozes feministas, a cobertura de movimentos de resistência e a promoção de uma análise crítica das estruturas sociais que perpetuam a violência contra a mulher.

Uma análise dos textos de notícia sobre violência contra a mulher durante a pandemia, utilizando a abordagem da ACD, pode revelar várias formas de poder e ideologia. Vamos explorar isso em três dimensões, conforme proposto por Fairclough: texto, prática discursiva e prática social. 1. Dimensão texto: Linguagem e estrutura: A escolha de palavras e a estrutura das notícias podem refletir uma ideologia de gênero dominante. Por exemplo, os perpetradores podem ser retratados de maneira mais passiva, enquanto as vítimas podem ser

descritas com adjetivos que as colocam em uma posição de fraqueza. Enquadramento: A forma como os incidentes são enquadrados nas notícias pode influenciar a percepção do público sobre a violência contra a mulher. Se os casos são apresentados como incidentes isolados ou como parte de um padrão sistêmico de opressão, isso afetará a compreensão mais ampla do problema; 2. Prática discursiva: Fontes e autoridades: As notícias muitas vezes dependem de fontes oficiais, como a polícia ou funcionários do governo, para relatar os casos. Isso pode refletir a hierarquia de poder existente na sociedade, onde as vozes das autoridades têm mais peso do que as das vítimas ou grupos ativistas. Produção e distribuição: As decisões editoriais e os processos de produção de notícias são influenciados por interesses comerciais, políticos e sociais. Isso pode levar à seleção seletiva de histórias que se alinham com determinadas agendas e ideologias, enquanto outras são negligenciadas ou distorcidas; 3. Prática social: Impacto na percepção pública: As notícias moldam a percepção pública sobre a violência contra a mulher, influenciando atitudes, crenças e comportamentos. Se os casos são retratados como eventos isolados e excepcionais, isso pode obscurecer a compreensão da prevalência e da natureza sistêmica da violência de gênero. Reforço ou desafio das normas sociais: As representações na mídia podem reforçar as normas sociais existentes relacionadas ao gênero e à violência, legitimando ou questionando práticas e valores sociais. Se os casos de violência são tratados como algo inevitável ou justificado, isso perpetua uma ideologia de subordinação feminina.

Em resumo, uma análise dos textos de notícia sobre violência contra a mulher durante a pandemia à luz da abordagem da ACD revela como o poder e a ideologia são manifestados e reproduzidos em diferentes níveis do discurso midiático. Essa análise crítica é essencial para entender como as narrativas da mídia influenciam a percepção pública e moldam as respostas sociais e políticas à violência de gênero.

Pergunta grupo 4: Há uma questão que não aparece na mídia: O direito à reparação para as mulheres vítimas de violência doméstica precisa ser promovido de forma mais ativa. De quem é a responsabilidade?

Respostas: “Acreditamos que o governo municipal e estadual pode ajudar as mulheres dando um apoio em resguardá-las e ter direito à justiça para que o processo seja feito de forma rápida.” “Ter um apoio psicológico e médico”. “Também ter a garantia de um abrigo, caso ela seja obrigada a sair de seu lar.” “A sociedade pode ajudar as mulheres levando para algum grupo de apoio que preste serviço de forma gratuita.” “As redes sociais podem ter tal

responsabilidade, já que publicam os casos deveriam também compartilhar os acessos de proteção.”

De acordo com a ACD, a responsabilidade pela promoção do direito à reparação para as mulheres vítimas de violência doméstica pode ser examinada em vários níveis discursivos e práticas sociais. Fairclough sugere que a linguagem é uma forma de ação social e que os discursos refletem e reproduzem relações de poder e ideologias dominantes. Nesse contexto, a responsabilidade pode ser atribuída da seguinte maneira: Discurso governamental e legislativo: O discurso oficial do governo e da legislação é fundamental na promoção e na garantia dos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica. Isso inclui a criação e a implementação de leis que protejam as vítimas, punam os agressores e garantam o acesso à justiça e à reparação. Discurso institucional e jurídico: As instituições jurídicas e judiciais têm a responsabilidade de oferecer um discurso que assegure as mulheres vítimas de violência doméstica sejam ouvidas, respeitadas e apoiadas durante os processos legais. Isso inclui o fornecimento de recursos e serviços jurídicos acessíveis e sensíveis às necessidades das vítimas. Discurso da sociedade e ativismo. O discurso da sociedade civil, incluindo organizações de defesa dos direitos das mulheres e grupos de ativistas, desempenha um papel crucial na promoção da conscientização, na denúncia da violência doméstica e na pressão por mudanças políticas e sociais que garantam a reparação às vítimas. Discurso educacional e conscientização: O sistema educacional e os programas de conscientização têm a responsabilidade de oferecer informações sobre os direitos das mulheres, a violência doméstica e os recursos disponíveis para as vítimas. Isso pode ajudar a capacitar as mulheres a reconhecerem a violência, a buscarem ajuda e a exigirem reparação. Discurso midiático e cultural: Os meios de comunicação têm a responsabilidade de abordar a violência doméstica de forma sensível, responsável e não sensacionalista. O discurso midiático pode influenciar a percepção pública sobre a violência doméstica e as necessidades das vítimas, contribuindo para a conscientização e para a demanda por reparação.

Em resumo, de acordo com a ACD, a responsabilidade pela promoção do direito à reparação para as mulheres vítimas de violência doméstica é compartilhada entre diferentes atores sociais e institucionais, cada um dos quais influencia e é influenciado pelos discursos dominantes e pelas relações de poder na sociedade.

Pergunta grupo 5: Podemos desconstruir mitos? Teremos uma mídia como agente transformador na luta contra a violência à mulher"?

Resposta: Dois alunos se posicionaram de forma contrária dizendo que enquanto houver pessoas poderosas por trás de certos crimes, no caso aqui de violência contra a mulher, haverá o silêncio de muitos. “Quando o caso se torna muito falado porque o agressor é uma pessoa conhecida, a imprensa pode se calar, muitas vezes, porque o processo transcorre em segredo de justiça.” Os outros três estudantes informaram que sim, relatando o seguinte: “Tem que ter cada vez mais informação nas redes sociais para a população.” “Permitir que as pessoas envolvidas falem do processo de violência sofrida.” “Trazer a figura masculina que rejeita atitudes de violência como ponto de apoio na luta contra essas ações.” “A mídia deve pressionar a justiça os casos para punição e resolução dos agressores envolvidos.”

Certamente podemos desconstruir mitos e a mídia desempenha um papel fundamental nesse processo, especialmente quando se trata da luta contra a violência contra as mulheres. Desconstruir mitos envolve desafiar e desmontar ideias falsas, estereótipos prejudiciais e percepções equivocadas que perpetuam a violência, a discriminação e a desigualdade de gênero. A mídia tem um impacto significativo na forma como as pessoas percebem o mundo ao seu redor, moldando atitudes, crenças e comportamentos. Portanto, ela pode ser uma poderosa aliada na luta contra a violência contra as mulheres. Aqui estão algumas maneiras pelas quais a mídia pode atuar como agente transformador nessa luta, segundo o relato desse grupo:

Conscientização e educação: A mídia pode educar o público sobre os diferentes aspectos da violência contra as mulheres, incluindo suas causas, consequências e formas de prevenção. Isso ajuda a desfazer mitos e equívocos comuns sobre o tema:

Amplificação de vozes: A mídia pode ampliar as vozes das sobreviventes e defensoras dos direitos das mulheres, permitindo que compartilhem suas histórias, experiências e perspectivas. Isso ajuda a sensibilizar o público e a criar empatia em relação às vítimas.

Desconstrução de estereótipos: A mídia pode desafiar e desconstruir estereótipos de gênero que perpetuam a desigualdade e a violência. Isso inclui evitar a representação de mulheres como objetos sexuais, promover relações saudáveis e igualitárias entre homens e mulheres, e retratar homens como aliados na luta contra a violência.

Denúncia de violência e responsabilização: A mídia desempenha um papel importante ao relatar casos de violência contra as mulheres, dando visibilidade às questões e pressionando por justiça e responsabilização dos agressores. Isso pode ajudar a mudar normas sociais e culturais que toleram ou perpetuam a violência.

A perspectiva de Fairclough oferece insights valiosos sobre a relação entre linguagem, poder e mudança social, o que pode ser aplicado à discussão sobre a mídia como agente transformador na luta contra a violência à mulher e na desconstrução de mitos. Dessa forma, a mídia, através de sua linguagem e representações, pode influenciar a percepção pública e as normas sociais relacionadas à violência de gênero.

Aqui estão algumas ideias que podem ser derivadas da perspectiva de Fairclough em relação à mídia e à desconstrução de mitos: Análise do discurso midiático: Fairclough enfatiza a importância de analisar o discurso midiático de forma crítica para identificar como ele constrói significados e influencia as percepções do público. Isso envolve examinar não apenas o conteúdo textual, mas também os aspectos sociais e políticos do discurso. Reprodução e resistência: Fairclough argumenta que o discurso midiático muitas vezes reproduz e legitima as ideologias dominantes, incluindo aquelas que sustentam a violência contra as mulheres. No entanto, ele também reconhece que o discurso pode ser contestado e resistido, abrindo espaço para a mudança social. Construção de identidades e relações de poder: A mídia desempenha um papel crucial na construção de identidades de gênero e na negociação de relações de poder entre homens e mulheres. Através de representações estereotipadas ou empoderadoras, a mídia molda as percepções do público sobre o que é aceitável e o que não é em termos de comportamento de gênero. Agente transformador: Embora a mídia possa ser um veículo poderoso para a reprodução de ideologias patriarcais e mitos prejudiciais, ela também tem o potencial de ser um agente transformador na luta contra a violência à mulher. Ao desafiar estereótipos, dar voz às vítimas e promover a conscientização, a mídia pode contribuir para a mudança de atitudes e comportamentos em relação à violência de gênero.

Em resumo, a perspectiva de Fairclough destaca a importância de uma análise crítica da linguagem e do discurso midiático na luta contra a violência à mulher. Ao compreender como a mídia constrói significados e influencia as relações de poder, podemos trabalhar para promover representações mais justas e igualitárias de gênero e desconstruir mitos que perpetuam a violência e a discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o contexto histórico e sociocultural da violência contra a mulher é reconhecer essa ação como um problema enraizado na desigualdade de gênero, perpetuado ao longo da história e configurando uma questão sociocultural grave, destacando-se a importância de entender suas causas e formas, indo além da violência física. A ideologia machista/sexista é um sistema de crenças que coloca os homens como superiores às mulheres, atribuindo-lhes papéis de poder, autoridade e controle sobre as mulheres. Essa ideologia permeia todos os aspectos da vida social e cultural e se manifesta de várias maneiras, desde a desigualdade salarial até a violência doméstica e o assédio sexual.

No contexto brasileiro, essa ideologia é reforçada por uma estrutura patriarcalista que perpetua a supremacia masculina e marginaliza as mulheres. Essa estrutura é caracterizada por relações de poder desiguais, onde os homens têm mais acesso a recursos, oportunidades e controle sobre as decisões que afetam suas vidas. Isso se reflete não apenas nas esferas públicas, como política e economia, mas também nas esferas privadas, como família e relacionamentos íntimos.

Além disso, a sociedade brasileira é marcada pela elitização e pela discriminação racial, onde pessoas brancas têm acesso privilegiado a recursos e oportunidades em comparação com pessoas negras e de outras minorias étnicas. Essa discriminação racial intersecta com a ideologia machista/sexista, exacerbando a marginalização e a violência contra as mulheres negras e de outras minorias étnicas.

O conservadorismo também desempenha um papel significativo na manutenção da hegemonia da ideologia machista/sexista na sociedade brasileira. Grupos conservadores muitas vezes promovem valores tradicionais de gênero e família, rejeitando mudanças sociais que desafiam as hierarquias de gênero e o status quo patriarcal.

Essa estrutura patriarcalista, elitista, racista e conservadora é sustentada por tradições culturais que reforçam estereótipos de gênero e normas de comportamento que discriminam as mulheres e as minorias étnicas. Essas tradições são transmitidas de geração em geração e trabalham para manter as relações sociais de poder desiguais, preconceituosas e injustas que perpetuam a violência contra a mulher e outras formas de opressão.

A análise crítica das políticas públicas e da legislação, com destaque para a Lei Maria da Penha, revela tanto avanços significativos quanto limitações no combate à violência contra a mulher no contexto brasileiro. Ela representa um marco importante ao oferecer medidas de proteção e assistência às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, além de

prever a punição para os agressores. No entanto, ao considerar a efetividade do sistema punitivo, surgem limitações evidentes como a dificuldade na aplicação consistente das leis, a falta de treinamento adequado para os profissionais envolvidos, a insuficiência de recursos para apoiar as vítimas e a persistente impunidade dos agressores em muitos casos..

Ademais, os impactos da pandemia do SARES Covid-19 na violência contra a mulher exacerbaram a situação da violência de gênero no Brasil, apontando a falta de políticas públicas eficazes, além de que o distanciamento social contribuiu para aumentar a vulnerabilidade das mulheres, destacando a urgência de abordagens mais abrangentes e eficazes.

Neste contexto, os meios de comunicação desempenharam um papel crucial, não apenas na disseminação e sensibilização sobre a questão da violência contra a mulher, mas também se tornaram uma importante fonte de material para promover o letramento crítico aos alunos da 4ª fase da EJA em relação às notícias apresentadas nas oficinas que correspondiam ao nosso objetivo principal deste estudo.

Essa abordagem é significativa por trazer várias razões à luz da ACD como resposta do universo perceptivo dos estudantes com relação à conscientização e engajamento sério dos meios de comunicação, incluindo notícias jornalísticas, sendo fontes importantes de informação sobre questões sociais, como a violência contra a mulher. Ao promover o letramento crítico, os alunos foram direcionados a entender, analisar e questionar essas informações, tornando-se cidadãos mais conscientes e engajados, de modo que essa habilidade crítica, torne-se avaliadores de fontes, identificação de viés, análise de linguagem e interpretação de discursos.

Ainda mais, foram orientados a desconstruir estereótipos de gêneros, preconceitos e desigualdades presentes na cobertura de casos de violência contra a mulher. Consequentemente os capacita a desafiar essas representações e promover uma visão mais justa e igualitária da sociedade.

Por outro lado, os estudantes conscientizaram-se sobre o empoderamento das vítimas ao compreenderem as nuances da cobertura jornalística sobre violência contra a mulher, reconhecendo como são retratadas e como suas histórias são contadas. Dessa forma, ajudou aos discentes entender melhor as experiências das vítimas e a promover uma narrativa mais empática e solidária em relação a elas.

Como resultado, houve promoção da mudança social quando os alunos instruídos a analisar criticamente as notícias, sentiram-se engajados, informados e mais propensos a se

tornarem agentes de mudança em suas comunidades, advogando por políticas e práticas que combatam a violência de gênero.

A Teoria Social do Letramento de Brian Street pôde oferecer uma perspectiva valiosa para abordar a temática do seminário "A Responsabilidade Ética da Mídia na Abordagem de Casos de Violência contra a Mulher". Esta teoria enfatizou que o letramento não é apenas uma habilidade técnica, mas uma prática social e ideológica, profundamente enraizada nas relações de poder e nos contextos culturais.

Ao examinar a responsabilidade ética da mídia na abordagem de casos de violência contra a mulher, a Teoria Social do Letramento nos lembrou que a maneira como os casos foram relatados e as histórias foram contadas na mídia não eram neutras. Em vez disso, reflete valores, crenças e ideologias presentes na sociedade. Street argumenta que diferentes grupos sociais podem interpretar e responder aos textos de maneiras distintas, dependendo de suas próprias experiências, contextos culturais e identidades.

Nesse sentido, a Teoria Social do Letramento nos encorajou a examinar criticamente os discursos midiáticos sobre violência contra a mulher, questionando não apenas o que foi relatado, mas também como e por quê. Ela nos ajudou a entender como as narrativas na mídia puderam refletir e até mesmo perpetuar estereótipos de gênero, hierarquias de poder e desigualdades sociais.

Além disso, a Teoria Social do Letramento ressaltou a importância de reconhecer a diversidade de letramentos e perspectivas dentro da sociedade. Isso significou que devemos estar atentos às diferentes maneiras pelas quais diferentes grupos de pessoas puderam interpretar e responder à cobertura midiática da violência contra a mulher, levando em consideração suas próprias experiências e contextos culturais.

Portanto, ao explorar a responsabilidade ética da mídia nessa questão, a Teoria Social do Letramento nos ofereceu uma estrutura conceitual para analisar criticamente os discursos midiáticos, considerando seu contexto social, cultural e ideológico, e promoveu uma narrativa mais inclusiva, sensível e responsável sobre a violência de gênero.

Como resultado final, além do desenvolvimento do seminário, essa pesquisa gerou um material didático que se caracteriza como recurso de suporte para o docente (apêndice D) Para isso, destacamos então, a produção de um caderno pedagógico com versão para o professor: este recurso resulta como apoio ao professor para direcionar os estudantes a promover uma compreensão mais profunda e crítica da linguagem e do poder, de forma que eles se tornam participantes ativos e informados em uma sociedade cada vez mais centrada na comunicação e na mídia;

Em virtude do exposto, frisamos que a relevância social desta pesquisa se manifesta em quatro áreas principais: impacto tecnológico e econômico; impacto educacional; impacto social; e impacto cultural.

Com relação ao impacto tecnológico na educação: ao utilizar notícias jornalísticas online como objeto de estudo, a pesquisa aproveita os recursos tecnológicos disponíveis para promover o letramento midiático entre os alunos da EJA.

Já o impacto econômico, temos a contribuição para a redução do analfabetismo digital: O desenvolvimento de competências digitais pode aumentar as oportunidades de emprego e melhorar a inserção dos alunos no mercado de trabalho, contribuindo indiretamente para o desenvolvimento econômico.

O impacto educacional, coopera para a melhoria da qualidade da educação: a pesquisa oferece uma abordagem inovadora para o ensino da leitura crítica e do letramento midiático, enriquecendo o currículo da EJA e incentivando práticas educacionais mais dinâmicas e engajadoras.

Quanto ao impacto social, atua significativamente para o aumento da conscientização sobre a violência de gênero, convence os alunos da EJA a combater o discurso de ódio e estereótipos de gênero, desenvolve habilidades críticas de mídia e fortalece a educação em gênero e direitos humanos.

E quanto ao impacto cultural: entendemos que se trata da sensibilização para questões de gênero: Ao abordar a violência contra a mulher nas notícias jornalísticas, a pesquisa contribui para sensibilizar os alunos sobre questões de gênero e promover uma cultura de respeito e igualdade.

Diante disso, nos é possível resgatar a problemática motivadora da dissertação de Mestrado que se configura na seguinte pergunta: Quais as contribuições da análise crítico-discursiva de notícias on-line sobre questões de violência contra a mulher nas aulas de Língua Portuguesa podem contribuir para formar e letrar criticamente estudantes da EJA? Em resposta a este questionamento, a pesquisa resultou trazer diversas contribuições significativas para formar e letrar criticamente estudantes EJA em aulas de Língua Portuguesa: **desenvolvimento de habilidades de leitura crítica:** a análise das notícias sugere que os alunos da EJA desenvolvessem habilidades de leitura crítica, aprendendo a identificar atributos, estereótipos e discursos implícitos nas reportagens. **Conscientização sobre questões de gênero:** ao estudar notícias que abordam a violência contra a mulher, os alunos tiveram a oportunidade de refletir sobre questões de gênero, desigualdade e machismo na sociedade contemporânea. **Estímulo ao pensamento reflexivo:** a análise crítica das notícias

promoveu o pensamento reflexivo e a capacidade dos alunos de questionar as informações apresentadas, considerando diferentes perspectivas e contextos sociais. **Promoção do diálogo e debate:** as aulas que envolveram a análise crítica de notícias promoveram o diálogo e o debate entre os estudantes, permitindo que expressassem suas opiniões, compartilhassem experiências e discutissem pontos de vista divergentes. **Fortalecimento da cidadania:** ao entenderem como a mídia retrata questões sociais complexas como a violência contra a mulher, os alunos foram habilitados a se tornarem cidadãos mais críticos e conscientes de seus direitos e responsabilidades na sociedade. **Estímulo à produção textual crítica:** a partir da análise das notícias, os estudantes podem ser incentivados a produzir textos críticos e reflexivos sobre temas relacionados à violência de gênero, exercitando sua capacidade de expressão escrita e argumentativa. **Prevenção da violência e promoção do respeito:** a discussão aberta e honesta sobre a violência contra a mulher nas notícias contribuiu para a prevenção desse tipo de violência, bem como para a promoção do respeito, da empatia e da igualdade de gênero entre os alunos.

Em suma, a análise crítico-discursiva de notícias sobre violência contra a mulher nas aulas de Língua Portuguesa na EJA não apenas promoveu o desenvolvimento de habilidades linguísticas, mas também qualificou os estudantes a se tornarem cidadãos mais críticos, conscientes e engajados em questões sociais relevantes.

Dessa forma, entendemos que esse estudo, ao qual estimula a leitura crítica do discurso em notícias de violência contra a mulher por meio midiático, sob a perspectiva da análise crítica do discurso, dentro da sala de aula da EJA, por meio de uma abordagem didática baseada na realização de oficinas de leitura, se apresenta como uma pesquisa relevante, uma vez que requer produções, especialmente nesse tipo de ensino. Diante disso, acreditamos que o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica tem um longo caminho a percorrer no desenvolvimento de pesquisas que contribuam para a formação de competência linguística e leitora crítica de nossos estudantes e para a superação da visão prática da educação, centrada em alcançar e superar metas estabelecidas pelos sistemas de ensino, mas sim fornecer experiências de leituras significativas que favoreçam para a formação de cidadãos autônomos, críticos e interativos.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J.; STUKER, P.; TOKARSKI, C.; ALVES, I.; ANDRADE, K. **Políticas públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da covid-19: ações presentes, ausentes e recomendadas.** Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/>> Acesso em: 27 out. 2023.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado.** São Paulo: Martins Fontes, 1958.
- ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. **Diálogos na educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte/MG, Autêntica, 2005, p. 19- 50.
- ARROYO, M. G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- ARROYO, M. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens.** 15. ed. RJ: Vozes, 2013.
- BACICH, L.; MORAN, J. (Org.) **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática.** Porto Alegre: Penso, 2018.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski.** 2 ed. rev. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BHATIA, V. K. *Analysing Genre: language use in professional settings.* London: Longman, 1993.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina.** Tradução: Maria Helena Kuhner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf> Acesso em: 18 ago. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019.** Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília: Presidência da República, 2019a.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores sobre Brasil Alfabetizado.** Brasília: Portal Brasileiro de Dados Abertos, 2018. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/brasil-alfabetizado>> Acesso em: 11 ago. 2023
- BRASIL. Ministério da Educação. **Manual Operacional do Programa Brasil Alfabetizado.** Brasília: MEC, 2011. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/brasilalfabetizado/pba_passoapasso.pdf>

Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Indicadores sobre Brasil Alfabetizado. Brasília: Portal Brasileiro de Dados Abertos, 2018. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/brasil-alfabetizado>. Acesso em: 11 ago. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília, DF, 1993.

BRASIL, Ministério da Educação. Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: alunas e alunos da EJA. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Decreto no 99.519, de 11 de setembro de 1990. Institui a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1990.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99519.htm>

Acesso em: 10 ago. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania:

Marcos de Referência. Brasília: MEC/SEB, 1991. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br>> Acesso em: 11 ago. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação, Coleção trabalhando com a educação de jovens e adultos, Caderno 5: O processo de aprendizagem dos alunos e professores. Brasília, 2006.

BURGOS, M. P.; FERREIRA, P.; COIMBRA, J. L. 2017. Fórum da Educação de Jovens e Adultos de Pernambuco – Brasil: primeiras reflexões sobre sua contribuição para o controle social das políticas públicas. Disponível em: <<file:///C:/Users/login/Downloads/1.%20BURGOS.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2024.

CALDAS-COULTHARD, C. R. *News as social practice*. Florianópolis: UFSC, 1997.

CASTANHEIRA, M. L.; CARVALHO, A. M. P.; MACHADO, A. R. **Letramentos acadêmicos como práticas sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CHOULIARAKI, L.; N. FAIRCLOUGH. **Discourse in late modernity**. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COPE, B.; KALANTZIS, M. Multiliteracies: New Literacies, New Learning. *In*: HAWKINS, M. R. **Framing languages and literacies: socially situated views and perspectives**. New York: Routledge, 2013.

- COSTA, I. **Análise do discurso da mídia: a reestruturação promocional do texto jornalístico.** Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Recife: UFPE, 2016.
- DI PIERRO, M. C. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999.** 2000. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: < <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1813/1784>.> Acesso em: 08 ago. 2023.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: Textual analysis for social research.* London/New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of Pragmatics*, v. 9, n. 6, p. 739-763, 1985.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora da UnB, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Trad. I. Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power.* London: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. *Critical discourse analysis.* In: VAN DIJK, T. A. (Ed.). *Discourse as social interaction.* London: Sage, 1997. p. 258-284.
- FALCONE, K. **O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do Jornal.** Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Recife: UFPE, 2003.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Tradução por Roberto Machado. 20. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- FOUCAULT, M. *The archaeology of knowledge.* London: Routledge, 1972.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 1989.

- MADEIRA, V. P. C. O desafio fundamental do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC. **Em Aberto**, Brasília, ano 10, n. 50-51, p. 56-65, abr./set. 1992.
- MEDEIROS, M. C. Unidos contra a violência. *In*: BRASIL. **Marcadas a Ferro: violência contra a mulher uma visão multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.
- MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. *In*: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005, p. 81-106.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco da Educação de Jovens e Adultos**, 2021.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco: ensino fundamental**. Área de Linguagens. Recife: A Secretaria, 2021. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/19487/Linguagens.pdf>> Acesso em: 03 set. 2023.
- PERNAMBUCO. **Dossiê: Violência contra as mulheres em Pernambuco**. Recife, 2022.
- PESSOA, A. M. Gênero, violência e conjugalidade: superando desafios. **Anais do IX Congresso Brasileiro de Direito de Família**. São Paulo. 2006.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. Análise Crítica do Discurso (ADC), do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **LemD – Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 185-207, jul./dez. 2004.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. Análise Crítica do Discurso (ADC), do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **LemD – Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 185-207, jul./dez. 2004.
- RESENDE, V. **Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico**. São Paulo: Pontes, 2009.
- RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ROCHA, P. **Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009.
- ROJO, L. M. Fronteira interior - análise crítica do discurso: um exemplo sobre "racismo". *In*: ÍÑIGUEZ, L. (coord.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ROJO, R. Alfabetização e letramento: segmentação de práticas e (des)articulação de objetos de ensino. **Perspectiva**, v. 24, n. 2 jul./dez. 2006.
- ROJO, R. Pedagogia dos Multiletramentos. *In*: ROJO, R.; MOURA, E. A. de (Orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 11–31.

- RUMMERT, S. M; VENTURA, J. P. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade: considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007.
- SANTOS, C. M; PASINATO, W. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinários de America Latina y El Caribe*, v.16, n. 1, p. 147-164. Israel: Universidade de Tel Aviv, 2005.
- SILVA, E. T. **Conferências sobre leitura-trilogia pedagógica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Autêntica Editora, 1998.
- SOLE, I. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artemed, 1998.
- STREET, B. **Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Tradução por Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial. 2014.
- SWALES, J. *Genre analysis: English in academic and research setting*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- TRAVERSINI, C. S. **Programa Alfabetização Solidária: o governo de todos e de cada um**. 2003. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- VAN DIJK. T. A.; KINTCH, W. *Strategies of Discourse Comprehension*. New York: Academic Press. 23, 1983.
- VENTURA, J. P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos**. 2011. Disponível em: <<http://ppgo.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/educacao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf>> Acesso em: 08 ago. 2023.
- VIEIRA PINTO, A. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

WODAK, R. De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. *In*: WODAK, R; MEYER, M. ***Métodos de análisis crítico del discurso***. Barcelona: Gedisa, 2004, p. 17-34.

APÊNDICES**APÊNDICE A**

Questionário do aluno

O objetivo deste questionário é fazer uma sondagem sobre o seu contato com a leitura.

1. Você costuma praticar algum tipo de leitura? Qual (is)?

2. Marque a seguir em qual (is) suporte (s) você busca por leituras.

Classifique sua busca por ordem de prioridade:

- Jornal impresso.
- Textos disponíveis de forma eletrônica na Internet.
- Revista impressa.
- Facebook, whatsapp e outros.
- Livro impresso.
- E-books.
- Televisão.
- Rádio.

3. Qual (is) tipo (s) de notícia mais desperta (m) seu interesse? Por quê?

4. Você acha que as notícias dizem sempre a verdade? Justifique.

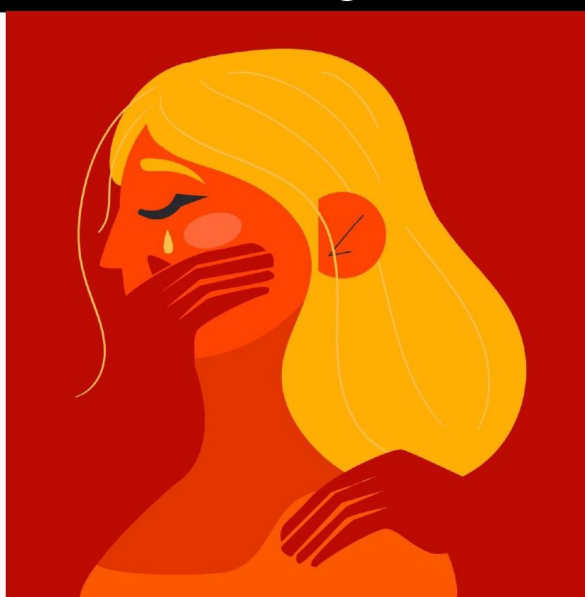
APÊNDICE B

1. Com base no quadro acima, vamos analisar a notícia **“Mulheres, jovens e negros são maiores vítimas da violência em Pernambuco, diz IBGE”**, quanto à estrutura.
- a) Os elementos anteriores citados, que compõem a estrutura de notícias foram empregados na notícia lida? Comente sua resposta.
- b) Qual é a diferença do tempo verbal do Título e do lide? Que efeitos de sentido causa no leitor?
- d) A notícia **“Mulheres, jovens e negros são maiores vítimas da violência em Pernambuco, diz IBGE”**, está estruturada no formato jornalístico? Qual a importância dessa estrutura nesse gênero?
-
-
-
- e) Na notícia lida, predomina a neutralidade sobre o que se noticia ou o jornalista demonstra a sua opinião sobre o assunto? Justifique sua resposta apresentando trechos da notícia em análise.
-
-
-
- f) Dentre os sinais de pontuação, o ponto final é bastante usado em textos de notícia, porém a interrogação e a exclamação nunca aparecem. Por quê?
-
-
-
- g) Uma característica fundamental da notícia é a veracidade. Os fatos noticiados devem ser reais. Quem é(são) o (s) responsável(eis) pelo que é divulgado em um jornal?
-
-
-
- h) Para atrair a atenção do leitor e conduzir a leitura de uma notícia, além do lead, utilizam-se recursos, tais como: foto com legenda, título em destaque e olho da notícia – trecho escrito em destaque. Esses recursos foram empregados na notícia lida? Comente-os
-

APÊNDICE C

Responda as questões:

- a) O clip aborda a violência feminina. Qual foi a intenção da gravadora gospel MK Music com relação ao primeiro vídeo gravado pela cantora gospel Cassiane em hino A Voz? Por que o vídeo foi tão criticado?
- b) O vídeo foi reeditado e lançado nas redes sociais. Qual foi a postura das personagens do clip?
- c) A imagem que Cassiane representa é uma força explícita. O que de fato simboliza?
- d) No mesmo ano, 2020, o TJPE criou um slogan com o sinal de um X. Por que o setor público lançou a campanha “sinal vermelho para a violência contra a mulher”?

APÊNDICE D – CADERNO PEDAGÓGICO**Guiando o Saber: atividades sequenciadas e estratégias docentes**

Luciene Maria dos Santos
Ivandilson Costa

Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1iaBu_mPCC--D5YZFkZvadY--ihjPM240/view?usp=sharing>

Observação: Para manter as configurações e/ou diagramação do Caderno pedagógico, favor acessar o link acima.

ANEXO A

Mulheres, jovens e negros são maiores vítimas da violência em Pernambuco, diz IBGE

Por: Lara Tôres

Publicado em: 07/05/2021 15:34



Dados divulgados nesta sexta (7) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da “Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019: Acidentes, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social” trazem informações alarmantes sobre a violência em Pernambuco: 1,1 milhão de pessoas com mais de 18 anos sofreram algum tipo de violência ao longo daquele ano.

Gênero e raça

O levantamento, feito junto ao Ministério da Saúde e envolveu visitas a 4.560 municípios de agosto de 2019 até março de 2020. Seus resultados mostram que os grupos sociais tradicionalmente mais vulneráveis foram os mais penalizados pela violência. No recorte de gênero, o percentual de mulheres atingidas por ações violentas é de 17,2% das pernambucanas, contra 14% dos homens. No Recife, que apresenta sozinho uma taxa de violência maior que a do estado (20%), 21,9% das mulheres e 17,6% dos homens foram vítimas.

A questão racial também se mostrou um fator determinante. Entre as vítimas de ações violentas apontadas pelo estudo, 20,1% dos negros sofreram violência no estado, contra 15,4% dos que se declaram pardos, índice próximo aos 15,6% de brancos que foram vítimas.

Juventude

A idade também se mostrou um fator de risco, sendo mais provável sofrer violência no estado quanto mais jovem a pessoa for. De acordo com os dados do IBGE, 22,4% das pessoas entre 18 e 29 anos foram vítimas de violência, frente a 8,5% no grupo acima dos 60 anos de idade. Analisando apenas o Recife, o índice de violência contra idosos é semelhante ao registrado no estado (8,4%), mas no grupo que vai dos 20 aos 29 anos, o percentual salta para 30,9%.

Os impactos da violência em cada grupo também são distintos. Ao todo, 148 mil pessoas afirmaram ter deixado de realizar suas atividades cotidianas habituais devido à violência sofrida, o que significa 13,2% do total.

Quando olhamos os números mais de perto, nota-se que o impacto é muito maior entre as mulheres: enquanto 8,2% dos homens alegam ter deixado afazeres como consequência da violência, entre mulheres o percentual mais do que dobra, vai a 16,5%.

Violência psicológica

Observando o tipo de violência sofrida, percebemos que a violência psicológica prevaleceu entre 15% dos pernambucanos com 18 anos ou mais. A maioria, outra vez, é feminina: o percentual delas é de 16,3%, enquanto a incidência de violência psicológica atingiu 13,3% dos homens em Pernambuco.

No Recife, onde a situação é mais crítica, 20,9% das mulheres e 16% dos homens foram vítimas de violência psicológica. Analisando a população do município como um todo, 18,8% dos recifenses sofreram com esse tipo de ação violenta.

Analisando por faixa etária, 21,5% dos pernambucanos de 18 a 29 anos afirmaram ter sofrido com violência psicológica em 2019. No grupo de 60 anos ou mais, o percentual é de 8,1%. No recorte racial, 19,2% dos pretos, 14,5% dos pardos e 15,1% dos brancos foram vítimas.

Violência física e sexual

Segundo a pesquisa, em 2019 224 mil pernambucanos sofreram com violência física, o que equivale a 3,2% da população com mais de 18 anos. Novamente, o percentual é maior entre mulheres (3,4%) que homens (2,8%). Na categoria da violência sexual, 4,3% da população foi vítima desse tipo de agressão pelo menos uma vez na vida. A incidência foi de 6,7% entre mulheres e 1,3% entre os homens.

ANEXO B

Cassiane muda clipe após ser acusada de romantizar violência doméstica

Por: Philippe Santos

Publicado em: 20/07/2020 | Atualizado em: 20/07/2020



Cena do novo clipe e Cassiane em pedido de desculpas (Foto: YouTube e Instagram/Reprodução)

O clipe da música A Voz, da cantora gospel Cassiane, se tornou alvo de críticas nas redes sociais (sobretudo no Twitter) no último final de semana por um enredo acusado de romantizar a violência doméstica ao negligenciar a importância da denúncia. Publicado na última sexta-feira (18), o vídeo mostrava uma mulher evangélica sendo agredida pelo marido alcoólatra. Ela abandona o lar, mas perdoa o agressor após constatar que ele leu a bíblia e se converteu ao evangelho. Em nenhum momento se fala em denunciar. No final da noite deste domingo (19), a gravadora gospel MK Music publicou uma nova versão do clipe. Dessa vez, o vídeo mostra a mulher ligando para o 180 e o marido sendo preso. Nas redes, Cassiane pediu desculpas.

Desde o lançamento, o clipe passou a ser criticado. No último domingo (19), a polêmica cresceu ainda mais após ativistas reclamarem nas redes sociais. Entre os críticos, está o youtuber Felipe Neto. "Meu Deus do céu. Que que aconteceu nesse clipe? Meu Deus do céu. MEU DEUS DO CÉU!", escreveu, no Twitter. A postagem de Neto foi em cima de um tuíte do ativista e ex-BBB Rodrigo França. "O clipe é cruel, violento, desonesto e criminoso. Romantizar qualquer tipo de violência é perversidade. Denuncie! LIGUE", pediu ele nas postagens.

Cassiane pede desculpas. Diante das críticas, a cantora Cassiane pediu, nesse domingo, "com humildade, perdão a todos". Ela informou que procurou a gravadora para mudar o clipe. "Se me conhecesse ou pelo menos respeitassem minha história (de 39 anos dando frutos)... Com amor fariam: 'Cassiane, seria bom colocar a informação da denúncia no clipe' (...) Recebi

vários ataques e julgamentos terríveis", reclamou.

A cantora também afirmou que jamais falaria para alguém não denunciar e alega que o clipe incentiva a denúncia. "Porém, na mesma hora falei com a gravadora, e a MK prontamente entendeu que houve uma falha ao aprovar sem essa informação (de denunciar) tão importante (...) Sou humilde e aceito que houve uma falha, um erro em não expor sobre a denúncia explicitamente", disse.

Segundo a gravadora, o roteiro original do clipe não teve interferência de Cassiane. "Mas, se não foi compreendida por alguns". "Com muito amor, responsabilidade, humildade, e para que esta mensagem poderosa alcance e inspire muitas vidas, sem nenhum ruído. muito em breve vocês poderão assistir a nova versão", informou antes do novo clipe ser lançado.

ANEXO C

O slogan da campanha do Tribunal de contas sobre a violência contra a mulher

Notícias

CNJ lança campanha para denúncia silenciosa de vítimas de violência doméstica durante a pandemia



Recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), para conter o avanço da pandemia provocada pelo novo coronavírus, o isolamento social pode ser um dos motivos de subnotificação dos episódios de violência doméstica e familiar, constatada nas unidades policiais e judiciárias do país, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A razão seria a dificuldade da vítima em acionar os canais de denúncia externos, fora de sua residência, ou de pedir ajuda às pessoas próximas, convivendo no mesmo ambiente do agressor. Por esse motivo, o Conselho e a Associação de Magistrados do Brasil (AMB) lançaram a campanha “Sinal Vermelho para a Violência contra a Mulher” no Brasil, nesta quarta-feira (10/6). O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), por meio da Coordenadoria da Mulher no Estado, está dando apoio à iniciativa.

Instituída pela Portaria 70/2020, a campanha consiste na promoção de uma forma silenciosa de denúncia que represente um pedido de ajuda das mulheres, vítimas de violência doméstica, ao se dirigir a farmácias e drogarias de suas cidades. O método encontrado foi o sinal de um “X” feito com batom vermelho (ou qualquer outro material), na palma da mão (ou pedaço de papel, o que for mais fácil), pela vítima de violência doméstica para que ela seja identificada pelos atendentes em farmácias ou drogarias, previamente cadastradas pelo CNJ.

A partir da identificação, os atendentes estão orientados a acionar a Polícia Militar, Patrulha Maria da Penha, onde houver, ou guarda civil metropolitana. A vítima será acolhida pela Polícia Militar ou a autoridade policial responsável, ingressando em seguida no sistema de justiça no qual contará com o apoio da Rede de Proteção à Mulher.

Para atuar na iniciativa, o atendente de farmácias e drogarias, previamente cadastradas, receberá uma cartilha e um tutorial em formato visual, preparados pelo Grupo de Trabalho do CNJ responsável pela campanha, com as orientações necessárias ao atendimento da vítima e acionamento da polícia, de acordo com protocolo preestabelecido.

Através da Coordenadoria da Mulher no Estado, o TJPE contactou o Conselho Regional de Farmácia e a Secretaria de Defesa Social do Estado para informar sobre a iniciativa. A Coordenadoria também ficará com o papel de orientar, no âmbito da Justiça estadual, as

mulheres vítimas de violência doméstica encaminhadas pelas farmácias. A Justiça atuará em parceria com os demais órgãos que compõem a Rede de Proteção à Mulher, como Ouvidoria da Mulher no Estado, Central de Atendimento à Mulher, Centro Especializado de Atendimento à Mulher Clarice Lispector, Polícia Militar, Secretaria de Defesa Social, e Central de Teletendimento à Cidadã Pernambucana.

.....
Texto: Ivone Veloso | Ascom TJPE

Imagem: CNJ

ANEXO D

"Ele me puxava pelo braço para o quarto, trancava a porta" A falta de percepção do relacionamento abusivo pode impactar severamente a vida de uma mulher

Publicação: 26/10/2020 03:00

Numa história social marcada pela anestesia e falta de indignação contra as altas taxas de agressões doméstica e sexual contra as mulheres, o Diário ouviu vítimas de um sistema que insiste em silenciá-las. Como forma de preservar suas identidades para não sofrerem qualquer tipo de represália, usaremos nomes fictícios para as entrevistadas.

Cecília, criadora de conteúdo digital de 23 anos, que é natural do Recife, conta que seu ciclo de violência começou cedo, ainda na adolescência, quando ela tinha 13 anos de idade. “Eu tinha um relacionamento e não sabia muito bem o que estava fazendo. Eu achava que namorar era somente a pessoa ir à minha casa, me dar uns beijinhos e ir embora. Na verdade ele tinha uma mentalidade e uma vivência muito diferente da que eu poderia imaginar”.

Ela lembra que o namorado tinha por volta dos 16 anos na época, e apesar de ser menor de idade, tinha experiências de um adulto. “Apesar de conversar com minha família, tudo era muito por alto. Nada tão específico, então as coisas foram acontecendo e eu fui aceitando. Começou com um simples beijo na minha casa. Quando meus pais saíam, ele queria me empurrar para o quarto, apagar a luz e me agarrar. E eu não queria que isso acontecesse. É difícil dar detalhes”, conta.

A professora de psicologia Jullyane Brasilino da UFPE, alerta sobre como a falta de percepção do relacionamento pode impactar severamente a vida de uma mulher. “Logo de início essa mulher não identifica a relação como abusiva ou de violenta. O que acontece é que há uma naturalização e uma falta de percepção e identificação do que realmente está acontecendo”, esclarece.

Foi o que também aconteceu com Tatiana, auxiliar de coordenação pedagógica de 35 anos, da Região Metropolitana, que vivenciou um relacionamento abusivo por cinco anos em seu casamento. “No primeiro ano foi um relacionamento tóxico e, a partir do segundo, começou a violência (física). Sem falar do abuso psicológico e das humilhações, como falar que me traía e procurava outras mulheres por coisas que eu não tinha. Quando eu descobri a traição, fui diagnosticada com dependência emocional abusiva e fiz tratamento. Não conseguia sair desse ciclo tão facilmente”, conta.

“O ciclo de violência começa, quando se trata de violência doméstica, num relacionamento em que existe sentimento. O ciclo se inicia com ciúmes, mas que na verdade é uma forma de agressão”, esclarece Glauce Medeiros, que também desenvolve pesquisas sobre gênero.

“Muitas mulheres estão doentes, com transtornos e não se atentam para isso. E ficam naquele ciclo vicioso e não conseguem sair. Eu sofri bastante. Eu via as traições, mas eu não conseguia terminar. Queria saber o motivo de ele me trair. Por que ele estava fazendo isso. E quanto mais eu via, mais me machucava e mais eu não largava ele”, analisa Tatiana, que há dois anos se separou.

A insistência no relacionamento também levou Cecília para lugares que ela não imaginava. “Eu queria que ele tivesse respeitado o meu momento e o meu jeito ao invés de forçar a barra, ao ponto de me fazer acreditar que eu precisava fazer alguma coisa para agradá-lo”, conta a mulher, que na época tinha apenas 13 anos e recebeu dos pais a descrença.

“Na visão dos meus pais até hoje foi algo consentido. Ele me puxava pelo braço para o quarto, trancava a porta. Eu dizia para ele não fazer. São detalhes de situações em que não havia meu consentimento. Eles (os pais) acham que eu busquei isso, que eu corri atrás disso. Pelo fato de eu querer ir à casa dele e ver ele e a família dele, não era porque eu queria passar por aquela situação”, relata.

ANEXO E

Apoio de amigos e do estado ajuda mulher a enfrentar violência em casa, mostra pesquisa

Por: Agência Brasil

Publicado em: 20/11/2020 22:25



Foto: Arquivo/Agência Brasil

Pesquisa mostrou que a percepção da população para romper o ciclo da violência doméstica é que as mulheres precisam principalmente do apoio da família e de amigos – resposta dada por 77% dos entrevistados – e do estado para se proteger do agressor (69%). Feita de forma online, a consulta revelou também que a pandemia de Covid-19 tornou ainda mais difícil para as mulheres romper esse ciclo.

A pesquisa Violência Doméstica contra a Mulher na Pandemia, realizada pelos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, ouviu 1,5 mil homens e mulheres com 18 anos ou mais de idade, entre os dias 2 e 14 de outubro, em todo o Brasil.

A denúncia de atos de violência à polícia é uma saída apoiada pela maioria. Para 94% dos entrevistados, se uma pessoa vê, ou ouve, um homem batendo em uma mulher, ela deve denunciar, enquanto 78% consideram que, quando uma mulher é agredida pelo companheiro, deve procurar a Delegacia da Mulher.

Para 49% das pessoas, no entanto, ficou mais difícil para a mulher denunciar a violência doméstica durante o período de pandemia. O fato de que o agressor pode vigiar a mulher o tempo todo, e o isolamento dos amigos e da família foram apontados como os principais motivos que dificultam a denúncia no contexto de pandemia.

“A sociedade já demonstra sensibilidade sobre as barreiras que as mulheres enfrentam para romper com o ciclo da violência doméstica. Mas, mesmo compreendendo todas essas dificuldades, 83% afirmam que terminar a relação é a melhor forma de acabar com a violência e 78% consideram que a mulher agredida deve procurar a Delegacia da Mulher”, disse a diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo.

Entre aqueles que conhecem uma vítima de violência doméstica, 58% disseram ter aconselhado a mulher a fazer uma denúncia na polícia; 35% conversaram com a mulher; 26% recomendaram procurar a ajuda de um advogado; 22% indicaram um serviço de ajuda especializada; 8% conversaram com o agressor; 7% disseram que ela procurasse a igreja. As pessoas que souberam de casos de agressão a uma mulher e tiveram contato com a vítima apresentaram, em média, duas reações.

Apesar da percepção da população em relação à violência doméstica revelada na pesquisa, há ainda discursos a serem desconstruídos. Entre os entrevistados, 62% discordam do ditado popular que diz: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. No entanto, 27% ainda concordam com essa sentença.

Além disso, 75% afirmam que mulheres que permanecem em relações violentas escolhem correr o risco e 19% discordam disso. A pesquisa revela, porém, que, na percepção da população, mulheres que são agredidas e não se separam agem assim sobretudo por causa dos filhos (fator mencionado por 47% dos entrevistados), por medo de serem mortas (46%) e por dependência econômica (41%).

Reações e denúncias

Entre as mulheres vítimas de violência doméstica, 58% terminaram o relacionamento, 24% denunciaram as agressões à polícia e 7% não fizeram nada. Em 20% dos casos, a mulher contou a alguém da família e, em 18%, houve conversa entre a mulher e o parceiro, que acabaram se resolvendo entre eles. As entrevistadas podem ter tido mais de uma reação.

“A pesquisa mostra que três quartos da população conhecem uma mulher vítima de violência doméstica. Apesar de inúmeras conquistas no enfrentamento dessa situação – como a Lei Maria da Penha, que é reconhecida pela maioria – a percepção de falta de acolhimento às vítimas acaba desmobilizando as denúncias. Para 87%, a pandemia do novo coronavírus fez com que a violência contra a mulher aumentasse”, afirma a diretora de pesquisa do Instituto Locomotiva, Maíra Saruê Machado.

Para solucionar essa desmobilização nas denúncias, considerando o contexto atual, Maíra diz que “é preciso agir rápido na consolidação e comunicação de portas de saída efetivas para que seja possível romper com o ciclo da violência presente na vida de tantas mulheres”.

Quanto ao conhecimento de recursos à disposição das vítimas de violência doméstica, 74% das mulheres entrevistadas disseram saber qual é o número de telefone para ajuda às agredidas, mas apenas 24% citaram o 180.

Considerando todos os entrevistados, 31% já ouviram falar sobre aplicativos criados na pandemia que ajudam vítimas de violência doméstica a pedir ajuda. No entanto, metade dessas pessoas não soube dizer o nome dos aplicativos e 44% afirmam já ter ouvido falar sobre a campanha Sinal Vermelho, que ajuda vítimas de violência doméstica.

ANEXO F

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II

DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II
DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A
MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

ANEXO G

ACUSADO

Padre Airton, da Fundação Terra, é acusado de orquestrar estupro contra fiel; ele nega

Após caso ser levado a público pela suposta vítima, Igreja Católica afastou o pároco de suas funções religiosas

___01/06/23 às 15H42 atualizado em 01/06/23 às 18H56

Sílvia Tavares de Souza e padre Airton Freire se conheceram em 2019; ela pediu ajuda dele durante tratamento contra depressão - Foto: Arquivo Pessoal



O padre **Airton Freire**, conhecido pelos serviços religiosos prestados juntos à **Fundação Terra** em Pernambuco, está sendo denunciado por ter orquestrado e participado de um **estupro** contra uma fiel identificada por **Sílvia Tavares de Souza**.

O caso teria acontecido no mês de agosto do ano passado, mas só agora foi levado a público. O religioso nega.

A **Polícia Civil de Pernambuco (PCPE)** e o **Ministério Público de Pernambuco (MPPE)** investigam a acusação, mantida em sigilo pela Justiça.

Na denúncia, ela afirma que o motorista e segurança do padre, **Jailson Leonardo da Silva**, de 36 anos, a forçou a ter uma **relação sexual** com ele **a pedido do religioso**, que presenciava a cena enquanto se masturbava. Segundo ela, tudo aconteceu em uma residência afastada, dentro do terreno da **Fundação Terra**.

Sílvia e o pároco se conheceram em **2019**, enquanto ela buscava ajuda dele durante um tratamento contra a depressão. Desde então, a relação dos dois se tornou mais próxima. Ela o chamava de **“padinho”** e ele a chamava por **“princesa”**.

Após o caso ter vindo a público, o bispo de Pesqueira, **Dom José Luiz Ferreira Salles proibiu**, nesta terça-feira (30), **o padre Airton Freire de “presidir ou administrar qualquer Sacramento ou Sacramental”**. Abaixo, confira a nota que trouxe a decisão.

“Vimos, através desta, comunicar que o Exmo. Revmo. Dom José Luiz Ferreira Salles, CSsR, Bispo Diocesano de Pesqueira, no exercício do seu ministério, como Pastor Próprio desta Igreja Particular, que lhe foi confiada pelo Romano Pontífice, considerando a disposição do cânon 1395, §2, do Código de Direito Canônico, DECRETOU, neste dia 30 de maio de 2023, a SUSPENSÃO DE ORDEM 'AD CAUTELAM' do PADRE AIRTON FREIRE DE LIMA. Em consequência, o referido sacerdote fica privado do 'Uso de Ordem' e não tem jurisdição para presidir ou administrar qualquer Sacramento ou Sacramental. Ser-lhe-á vedado, portanto, o exercício do ministério presbiteral e quaisquer cargos eclesiásticos.”

O que diz o padre acusado
 Por meio de uma nota da **Fundação Terra**, o padre Airton Freire **lamentou** as acusações feitas por Sílvia e disse estar se sentindo "injustiçado", **negando** que isso tenha acontecido. No mesmo comunicado, ele ainda garantiu aos fiéis que os trabalhos de cunho social feitos pela instituição continuarão. Confira abaixo a nota na íntegra.

"O padre Airton Freire lamenta e se sente injustiçado por denúncias de atos ilícitos que jamais cometeu, movidas por interesses que ainda não estão claros. Apesar de muito triste, padre Airton tem confiança que as investigações realizadas restabelecerão a verdade dos fatos — isto é, provarão que crime algum foi cometido. Enviamos esse comunicado a todos os irmãos e irmãs para que se mantenham tranquilos, porque as obras sociais da Terra serão mantidas. O padre está sendo defendido pelos advogados Mariana Carvalho e Marcelo Leal. Também tomamos o cuidado de responder a todas as reportagens na imprensa, com o intuito de reafirmar a inocência do padre Airton. Esperamos que todos se mantenham serenos, pois quem está com a verdade de Cristo não tem o que temer.”

ANEXO H

DECISÃO DA JUSTIÇA

Ex-secretário de Justiça Pedro Eurico é condenado por violência contra ex-esposa

Ele pegou 1 ano e nove meses de prisão, mas poderá recorrer em liberdade, segundo TJPE

Por: Wilson Maranhão

Publicado em: 15/12/2023 16:15 | Atualizado em: 15/12/2023 16:33



O ex-secretário foi condenado a um ano e nove meses de reclusão, porém, poderá recorrer em liberdade (Foto: Arquivo)

O ex-secretário de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco Pedro Eurico Barros e Silva, de 72 anos, foi condenado pela Justiça a um ano e nove meses de reclusão por cometer os crimes de perseguição, violência psicológica e descumprimento de medida protetiva concedida à ex-esposa dele, a economista aposentada Maria Eduarda Marques de Carvalho.

Pedro Eurico também foi multado em 148 dias/multa, o que corresponde a R\$ 6.512.

A decisão foi confirmada pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), nesta sexta (15).

Pedro Eurico poderá recorrer em liberdade e a sua defesa já sinalizou que irá impetrar recurso para tentar reverter a decisão.

A sentença foi proferida e publicada na quinta (14), pela juíza Patrícia Caiaffo de Freitas Arroxelas Galvão, da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Olinda, na Região Metropolitana do Recife (RMR).

O ex-secretário só poderá ser preso de forma definitiva quando o processo for transitado em julgado, sem a possibilidade do ingresso de recursos por parte da defesa do acusado.

O ex-secretário também responde a outro processo, oferecido pela 26ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital por perseguição, violência psicológica contra a mulher, denunciado pela ex-esposa e remetido à Justiça pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

No entanto, o processo ainda não foi julgado pelo judiciário.

Os dois processos, segundo a assessoria de imprensa do TJPE, correm em segredo de Justiça.

Entenda o caso

Os crimes foram cometidos em 2021, após o fim do relacionamento do ex-secretário com a economista. Durante o divórcio, Maria Eduarda deixou o apartamento em que vivia com Pedro Eurico, no Recife, e firmou residência em Olinda.

Ela acusou o ex-marido de persegui-la ao tentar falar com ela no apartamento da mãe, além de descumprir uma medida protetiva concedida para ela no qual determinava que o ex-secretário mantivesse distância dela por 300 metros.



A economista aposentada Maria Eduarda Marques de Carvalho acusou o ex-marido pelo cometimento de três crimes (Foto: Arquivo)

Logo após a divulgação das denúncias, Pedro Eurico pediu afastamento do governo de Pernambuco.

O que diz a defesa de Pedro Eurico

A reportagem do Diário procurou a defesa de Pedro Eurico representada pelo escritório Rigueira, Amorim, Caribé & Leitão, disse que vai recorrer da sentença.

Em nota, o escritório afirmou que “A defesa de Pedro Eurico entende que a sentença padece de equívocos e, infelizmente, desconsiderou as provas testemunhais e documentais apresentadas. As contas de energia do apartamento de Olinda onde Maria Eduarda alegava residir e sofrer perseguição demonstram que o imóvel, naquela época, estava desocupado e em obras. Comprovou-se também que nunca houve envio de lixo para a casa da ex-esposa no bairro da Jaqueira, e sim livros e objetos pessoais que a ela pertenciam, conteúdo atestado pelos próprios portadores dos objetos. Por outro lado, todas as outras ex-esposas de Pedro Eurico testemunharam o respeito com que sempre foram tratadas, não havendo qualquer histórico de agressão. A defesa, representada pelo escritório Rigueira, Amorim, Caribé & Leitão, recorrerá da sentença, confiando que o Judiciário restabelecerá a justiça”, disse em nota.

Tags: [justiça](#) | [condenação](#) | [crime](#) | [violência](#) |

Seguiram várias perguntas para explorar mais a fundo o significado e as implicações do texto.

Qual é o contexto por trás dessa notícia? O que levou à condenação do ex-secretário de Justiça por violência contra a ex-esposa? Qual é a importância ou relevância desse caso no contexto mais amplo da violência doméstica ou das questões de ética e integridade na esfera

pública? Como a notícia é apresentada? O título da notícia é imparcial ou parece ter algum tipo de viés? Quais as implicações sociais e políticas dessa notícia? Como a condenação de uma figura pública por violência contra a mulher pode influenciar a percepção pública sobre esse problema? Como a condenação de uma figura pública por violência contra a mulher pode influenciar a percepção pública sobre esse problema? Como essa notícia reflete questões mais amplas da sociedade? Como a cobertura da mídia desse caso contribui para a compreensão pública da violência contra a mulher ou da conduta ética de figuras públicas? Quais são os próximos passos ou desdobramentos esperados desse caso? Como esse caso pode influenciar a conscientização e a ação em relação à violência doméstica ou à responsabilidade de figuras públicas?